



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPGPq
Centro de Ciências e Tecnologia - CCT
Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos – MPGNT



ALINE ROCHA PITOMBEIRA

TURISMO NA ZONA COSTEIRA DE AQUIRAZ-CE:
UM OLHAR SOBRE OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA PRAINHA

Fortaleza - Ceará
2014

ALINE ROCHA PITOMBEIRA

**TURISMO NA ZONA COSTEIRA DE AQUIRAZ-CE:
UM OLHAR SOBRE OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA PRAINHA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Negócios Turísticos.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Perdigão Vasconcelos

**Fortaleza - Ceará
2014**

XXXXX Pitombeira, Aline Rocha

Turismo na Zona Costeira de Aquiraz-CE: um olhar sobre os impactos socioambientais na Prainha / Aline Rocha Pitombeira. – Fortaleza, 2014.

CD-ROM. 165f. : il. (algumas color.); 4 ¾ pol.

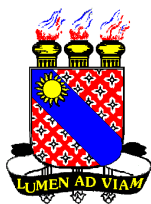
“CD-ROM contendo arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14cm x 7mm)”.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará – UECE. Centro de Ciências e Tecnologia – CCT. Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA. Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos – MPGNT, Fortaleza, 2014.

Orientação: Prof. Dr. Fábio Perdigão Vasconcelos.

1. Turismo. 2. Zona Costeira. 3. Impactos Socioambientais. 4. Meio Ambiente. I. Título.

CDD: 000.00:00



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPGPq
Centro de Ciências e Tecnologia - CCT
Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos – MPGNT



**TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: “TURISMO NA ZONA COSTEIRA DE AQUIRAZ-CE:
UM OLHAR SOBRE OS IMPACTOS
SOCIOAMBIENTAIS NA PRAINHA”.**

Data da defesa: 29/08/2014

Nome do autor (a): Aline Rocha Pitombeira

Nome do Orientador: Prof. Dr. Fábio Perdigão Vasconcelos

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Negócios Turísticos.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fábio Perdigão Vasconcelos
Universidade Estadual do Ceará - UECE
Orientador

Prof. Dr. Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. Marco Túlio Mendonça Diniz
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Aos meus amados pais Antônio de Almeida Pitombeira e Selma Mariano Rocha Pitombeira, meus eternos educadores de toda a vida, por acreditarem no meu potencial e pelo apoio incondicional.

Ao meu esposo Izequiel Pereira de Norões, pelas palavras de incentivo e de admiração, pelo seu amor e sua amizade incondicional.

Ao meu filho Icaro Rocha Pitombeira de Norões, por cada sorriso que embalou meus dias de estudo, meu maior estímulo para a conclusão deste trabalho.

À minha irmã Eveline Rocha Pitombeira pelo exemplo de força, otimismo e determinação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas oportunidades colocadas na minha vida, pela força e inspiração, especialmente nas tempestades que atravessei ao encher-me de coragem e de determinação, agradeço também pelas inúmeras alegrias e oportunidades que me foram dadas.

Aos meus pais Antônio de Almeida Pitombeira e Selma Mariano Rocha Pitombeira, meus primeiros educadores, e a minha irmã Eveline Rocha Pitombeira, pelo amor, força e incentivo que sempre me foram dados, pelo apoio incondicional de sempre cuidar de meu filho recém-nascido todos os dias para que eu pudesse concluir este trabalho, a todos vocês todo o meu amor e meu agradecimento especial.

Ao meu esposo Izequiel Norões, eterno companheiro e parceiro de todas as horas, que por muitas vezes enxugou minhas lágrimas, ao me fazer sempre persistir, na revisão e contribuição com meus textos, companheiro constante nas pesquisas de campo, no estudo, no trabalho e na vida.

Ao meu filho Icaro, o meu melhor presente e a minha maior alegria, que foi concebido durante o mestrado e de quem muitas vezes me privei de sua doce companhia com lágrimas para que pudesse me dedicar a este trabalho.

Ao meu orientador e coordenador do mestrado, Dr. Fábio Perdigão que sempre acreditou no meu potencial. Obrigada, pela paciência, incentivo e apoio durante a minha licença maternidade e após com meu retorno para a conclusão deste trabalho.

À professora Luzia Neide Coriolano, pelas sugestões e indicações de leitura, pelo tempo disponibilizado a este trabalho e pelo empréstimo de livros de seu acervo pessoal.

Aos professores Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro e Marco Túlio Mendonça Diniz que gentilmente aceitaram compor a banca, pelas preciosas contribuições na qualificação e na defesa.

À secretária do mestrado Adriana Fonteles, pelo pronto atendimento sempre em que era solicitada, pela presteza nos procedimentos burocráticos e pela competência e dedicação ao seu trabalho.

As rendeiras do Centro das Rendeiras da Prainha, pelas conversas que viraram fontes valiosas ao processo de construção deste trabalho.

Ao senhor Elvis Clésio, bugueiro da Associação Ecológica dos Bugueiros de Aquiraz – AEBA, que realizou comigo um passeio de buggy por toda a Prainha. Obrigada pelos registros fotográficos e pela entrevista concedida.

A todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste estudo.

10 anos de S.O.S sobrevivência

Nosso povo sobrevive
Da pesca diretamente
A embarcação artesanal
Corta o mar diariamente
Pra capturar o pão
De cada gente.

Viver nesse litoral
É que é ter dignidade
Ter terra para morar
E muita tranquilidade
Direito à natureza
E sustentabilidade.

Para termos sempre isto
Precisa da nossa união
Pra defendermos a terra
Contra a especulação
E cuidar da “nossa” pesca
Que garante o nosso pão.

O não à venda de terras
E à pesca e o turismo irresponsável
Garantem a sobrevivência
No litoral que é viável.
Digamos não com firmeza
Ao invasor miserável!

José Maria Costa (Dedé)

RESUMO

A busca do lazer e da atividade turística organizada e sistemática é um fenômeno da sociedade pós-moderna industrial e urbana. Com o surgimento da automação, ao reduzir a jornada de trabalho e promover maior rentabilidade, gerou consequências por transformar os trabalhadores em consumidores da indústria do turismo e do lazer. Estas transformações ocorridas na contemporaneidade provocam mudanças nos hábitos de consumo dos sujeitos. O que era para ser o dinamizador da atividade turística corre o risco de ser o grande vilão de comunidades litorâneas, como a da Prainha em Aquiraz-Ce, pois o crescente consumo paisagístico especulativo decorrente do atual modelo de desenvolvimento econômico, capitalista, estimulado pelos financiamentos para a construção de segundas residências, complexos turísticos e *resorts*, tem provocado grandes impactos socioambientais na comunidade. O município de Aquiraz possui uma extensão territorial de aproximadamente 483 Km² e 30 Km de litoral e está inserido na porção Nordeste do Estado do Ceará e no âmbito da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Está inserido em uma área relativa à zona costeira do distrito sede do município de Aquiraz, mais especificamente na praia denominada de Prainha, objeto deste estudo. Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar os impactos socioambientais existentes na Prainha provocados pela atividade turística. Assim, obteve-se, como resultado desta pesquisa, que a zona costeira da Prainha passa por um processo desvirtuado das relações socioeconômicas, especialmente agravadas pelos impactos socioambientais de diversas esferas. Verificou-se, também, que além dos impactos de ordem natural, constatam-se impactos oriundos de intervenção antrópica e a percepção de que a tendência do turismo contemporâneo, sustentado no modelo de gestão integrada participativa através da educação ambiental no litoral da Prainha, contribuirá para uma atividade turística menos degradante.

Palavras-chaves: Turismo. Zona Costeira. Impactos Socioambientais. Meio Ambiente.

ABSTRACT

The pursuit of pleasure and the organized and systematic tourism is a phenomenon of the post-modern industrial and urban society. With the advent of automation, reducing the workday and promoting increased profitability, generated consequences, turning workers into consumers of the tourism and leisure industry. These transformations in contemporary times have led to changes in consumption habits of the subjects. What was to be the facilitator of tourism, run a risk to be the the greatest villain of coastal communities like Prainha in Aquiraz-Ce, as the growing speculative landscaped consumption, due to the current model of capitalist economic development, stimulated by the for funding the construction of second homes, tourist complexes and resorts has caused great social and environmental impacts on the community. The municipality of Aquiraz has a land area of approximately 483 Km² and 30 Km² of coastline and is inserted in the northeastern state of Ceará and under the Metropolitan Region of Fortaleza (MRF). This inserted in an area on the coastal zone of the district headquarters of the municipality of Aquiraz, more specifically on the beach called Prainha, the object of this study. Given the above, this paper aims to analyze existing social and environmental impacts caused by tourist activity Prainha. Thus, we have obtained as a result of this research that the coastal zone of Prainha undergoes a process undermined the socio-economic relations especially compounded by social and environmental impacts of various spheres, it was also found, that in addition to the impacts of natural order, it was noted impacts from anthropogenic intervention and the perception that the trend of contemporary sustainable tourism in participatory integrated management model through environmental education in coastal Prainha contribute to a less degrading tourist activity..

Keywords: Tourism. Coastal Zone. Social and Environmental Impacts. Environment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do litoral leste e oeste cearense.....	35
Figura 2: Localização de Aquiraz, no estado do Ceará.....	43
Figura 3: Imagem de São José de Ribamar de Botas, padroeiro de Aquiraz.....	44
Figura 4: Igreja Matriz de Aquiraz-CE, Brasil.....	45
Figura 5: Museu sacro São João de Ribamar, antiga Casa de Câmera e Cadeia em Aquiraz-CE, Brasil.....	46
Figura 6: Praça Cônego Araripe, Aquiraz-CE, Brasil.....	47
Figura 7: Mercado das Artes, antigo Mercado das Carnes em Aquiraz-CE, Brasil.....	48
Figura 8: Casa do Capitão-Mor Fonseca Jaime em Aquiraz-CE, Brasil.....	48
Figura 9: Mapa das principais praias de Aquiraz-CE, Brasil.....	50
Figura 10: Vista aérea do Beach Park no Porto das Dunas em Aquiraz-CE, Brasil.....	51
Figura 11: Riacho Maceió na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.....	52
Figura 12: Praia do Presídio em Aquiraz-CE, Brasil.....	53
Figura 13: Ponta do Iguape em Aquiraz-CE, Brasil.....	54
Figura 14: Blocos de rochas na praia do Barro Preto em Aquiraz-CE, Brasil.....	54
Figura 15: Lagoa do Batoque em Aquiraz-CE, Brasil.....	55
Figura 16: Rodovia Estadual CE-040 que liga Fortaleza a Aquiraz-CE, Brasil.....	57
Figura 17: Rodovia Estadual CE-025 que liga Fortaleza ao Porto das Dunas em Aquiraz-CE, Brasil.....	57
Figura 18: Mapa Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Brasil.....	58

Figura 19: Mapa de Aquiraz: divisão político-administrativa.....	60
Figura 20: Mapa de caracterização geoambiental da Prainha, Aquiraz-CE, Brasil.....	64
Figura 21: Faixa de praia litoral na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.....	66
Figura 22: Planície flúvio-marinha e riacho Maceió na Prainha, Aquiraz-CE, Brasil.....	67
Figura 23: Dunas móveis na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.....	69
Figura 24: Dunas semi-fixas na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.....	70
Figura 25: Duna fixa na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.....	71
Figura 26: Feira Livre sede de Aquiraz-CE, Brasil.....	73
Figura 27: EEEP-Escola Estadual de Educação Profissional na sede de Aquiraz-CE, Brasil.....	75
Figura 28: Pescador fazendo passeio de jangada com turistas no riacho Maceió em Aquiraz-CE, Brasil.....	85
Figura 29: Igreja Nossa Senhora dos Navegantes na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.....	87
Figura 30: Sede a AERA na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.....	89
Figura 31: Aula prática de <i>surf</i> – AERA na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.....	90
Figura 32: Bugueiros associados à AEBA na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.....	91
Figura 33: Centro das Rendeiras na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.....	93
Figura 34: Barracas improvisadas com lonas no Centro das Rendeiras na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.....	93
Figura 35: Rendeiras ocupando a área externa na Pousada Solar na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.....	94

Figura 36: Rendeiras ocupando o espaço no restaurante Leôncio na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.....	95
Figura 37: <i>Outdoor</i> na entrada de Aquiraz-CE, publicidade ligada ao consumo do territorial.....	99
Figura 38: Vista aérea de casas de veraneio à beira mar na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.....	100
Figura 39: Condomínios e casas de veraneio na Prainha Nova, em Aquiraz-CE, Brasil.....	102
Figura 40: Desordenamento das barracas de praia na margem do Maceió, ocasionando ocupação irregular na faixa de praia na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.....	126
Figuras 41 e 42: Na figura 41, pode ser observada a presença de banheiros químicos sem manutenção e limpeza adequada. Na figura 42, observa-se a falta de infraestrutura adequada de esgoto e água nas barracas na margem da laguna do Maceió na Prainha, Aquiraz-CE, Brasil.....	127
Figuras 43, 44, 45 e 46: Nas figuras 45 e 46, é possível observar o uso de moto aquática (jet-ski) e lanchas na margem do Catu na Prainha. Na figura 47, observa-se a prática de esportes náuticos <i>kate-surf</i> e passeios de barcos na laguna do Maceió na Prainha, e na figura 48, observa-se toboágua na lagoa do Catú, na Prainha, com jato d'água provocando desperdício.....	128
Figura 47: Vista aérea da Lagoa do Catu, na Prainha em Aquiraz-CE, aterrada mesmo depois do embargo realizado pela SEMACE.....	131
Figuras 48 e 49: Nas figuras 48 e 49, é possível observar cerca e muro impedindo o livre acesso dos transeuntes na margem da laguna do Maceió na Prainha. Na figura 49, observa-se área privativa do hotel Laguna Blu bloqueando o acesso à praia na Prainha.....	133
Figura 50: Privatização da área de duna por equipamento hoteleiro na Prainha, Aquiraz-CE, Brasil.....	136

Figura 51: Vista aérea e panorâmica do hotel Dom Pedro Laguna no complexo turístico Aquiraz Riviera em Aquiraz-CE.....	137
Figura 52: Tubulações de esgoto implantadas pelo complexo turístico Aquiraz Riviera no corpo dunar na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.....	138
Figura 53: Duna fixa com cascalhos no canto direito da imagem, impedindo a ação dos ventos nas tubulações de esgoto na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.....	139
Figuras 54 e 55: Na figura 54, observa-se circulação de veículo nas dunas na Prainha, e na figura 55, tem-se a compactação da duna por uma estrada aberta, partindo a duna ao meio na Prainha.....	140
Figuras 56 e 57: Na figura 56, observa-se a presença de lixo espalhado nas ruas na Prainha, e na figura 57, tem-se o lixo em área de duna na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.....	141
Figura 58: Mapa de impactos socioambientais relacionados à atividade turística na Prainha, Aquiraz-CE, Brasil.....	143

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Situação Geográfica de Aquiraz.....	56
Quadro 2: Demografia: população residente de Aquiraz 1991/2000/2010.....	61
Quadro 3: Evolução política administrativa de Aquiraz.....	61
Quadro 4: Planejamento de roteiro turístico da Secretaria de Turismo de Aquiraz para a consolidação do município como destino turístico 2014-2016.....	106
Quadro 5: Oferta de equipamentos e serviços turísticos na Prainha em 2013.....	108
Quadro 6: Oferta de unidades habitacionais na Prainha em 2013.....	108
Quadro 7: Oferta de equipamentos gastronômicos na Prainha em 2013.....	109
Quadro 8: Quadro-resumo dos principais impactos positivos e negativos recorrentes da prática da atividade turística.....	116
Quadro 9: Princípios do turismo responsável, segundo o WWF-Brasil.....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Receita turística e impacto sobre o PIB no Ceará de 1995 a 2013.....	38
Tabela 2: Principais municípios visitados pelos turistas que ingressaram ao Ceará via Fortaleza em 2012.....	39
Tabela 3: Principais mercados emissores para o Ceará 2006/2011.....	40
Tabela 4: Movimentação turística no Ceará 2000/2012.....	41

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

% – Por cento

‰ – Por mil

ACT – Atividade Característica do Turismo

AEBA – Associação Ecológica dos Bugueiros de Aquiraz

AERA – Associação dos Esportes Radicais de Aquiraz

APP – Área de Preservação Permanente

ASCOM – Assessoria de Comunicação

BPMA – Batalhão de Polícia Militar Ambiental

CE – Ceará

CO₂ – Gás Carbônico

CODEPE – Conselho de Desenvolvimento da Pesca

COGERH – Companhia de Gerenciamento de Recursos Hídricos

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

DERT – Departamento de Edificações, Rodovias e Transporte

DPC – Diretoria de Portos e Costas

EEEP – Escola Estadual de Educação Profissional

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

Hab. – Habitantes

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégias Econômicas do Ceará

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPLANCE – Instituto de Planejamento do Ceará

Km – Quilômetros

km² – Quilômetros quadrados

m – Metro (unidade de medida)

m² – Metro quadrado (unidade de medida)

MIS – Museu da Imagem e do Som

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MP-CE – Ministério Público Estadual

MPF-CE – Ministério Público Federal no Ceará
MTur – Ministério do Turismo
NO – Noroeste
OMT – Organização Mundial do Turismo
PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PIB – Produto Interno Bruto
PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PRODETUR – Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo
PRODETURIS – Programa de Desenvolvimento do Turismo
RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais
RMF – Região Metropolitana de Fortaleza
SE – Sudeste
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará
SEMAD – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Aquiraz.
SETUR/AQUIRAZ – Secretaria de Turismo de Aquiraz
SETUR/CE – Secretaria de Turismo do Estado do Ceará
SPU – Serviço de Patrimônio da União
SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
TJCE – Câmaras Criminais Reunidas do Tribunal de Justiça do Ceará
UC – Unidade de Conservação
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
WTTC – World Travel & Tourism Council
ZN – Zona Costeira

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	11
LISTA DE QUADROS.....	15
LISTA DE TABELAS.....	16
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	17
1. INTRODUÇÃO.....	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
2.1 Analisando o turismo: conceitos e definições.....	25
2.2 Lazer e turismo na contemporaneidade.....	28
3. MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA.....	31
4. O LITORAL LESTE CEARENSE E O TURISMO.....	34
4.1 O litoral de Aquiraz e seu recorte do passado imperial ao presente.....	42
4.2 A dinâmica litorânea de Aquiraz.....	62
4.3 A ocupação econômica do litoral de Aquiraz e o turismo.....	71
5. ZONA COSTEIRA DA PRAINHA E SUA OCUPAÇÃO TERRITORIAL.....	77
5.1 A comunidade de pescadores e rendeiras da Prainha.....	82
5.2 O lazer de segunda residência e os conflitos territoriais.....	96
5.3 A oferta turística na Prainha.....	103
6. IMPACTOS DO TURISMO LITORANEO, SUSTENTABILIDADE E GESTÃO INTEGRADA.....	112
6.1 Impactos socioambientais na Prainha.....	125
6.2 Educação ambiental como instrumento de gestão integrada e participativa na zona costeira.....	144
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS.....	152

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação intitulada: **“Turismo na zona costeira de Aquiraz: Um olhar sobre os impactos socioambientais na Prainha-CE”** tem como objeto de análise a zona costeira no município de Aquiraz e como foco de estudo a área relativa à Prainha.

Aquiraz é um dos municípios do litoral leste voltado intensamente para as atividades de segundas residências, lazer e turismo. Neste contexto da zona costeira de Aquiraz está nosso objeto de investigação, o litoral da Prainha, que tem sido alvo constante do acelerado processo de ocupação territorial, dando lugar às múltiplas formas de uso no litoral.

O turismo é compreendido como um fenômeno econômico e social que se desenvolve nos grandes centros urbanos, nas pequenas cidades e até mesmo em comunidades litorâneas, propiciando o surgimento de inúmeras atividades econômicas de apoio como alojamentos, meios de transportes, agenciamentos, entretenimento e lazer. Em ritmo cada vez mais acelerado, o lazer e o turismo são notadamente atividades que mais crescem na zona costeira (IGNARRA, 1999).

Para Yázigi (1999), a atividade turística compreende tanto a produção quanto o consumo do espaço geográfico agindo articuladamente, apropriando-se de lugares exóticos, de paisagens naturais e históricas, transformando-os em lugares que geram lucro ou renda.

Para Coriolano (2007), empreendedores e turistas se apropriam desses lugares de forma fugaz e intermitente, sacralizando a natureza e a história passada, transformando-as em mercadoria.

A apropriação desses lugares aliado aos interesses capitalistas, que determinam o uso do espaço e a relação social de produção de forma predatória, nos leva a uma reflexão importante, que diz respeito ao desenvolvimento durável ou a necessidade dele se tornar menos impactante, tanto para o ambiente natural, cultural, quanto para o social. Dentro desta perspectiva, surge a relação sociedade e natureza, sociedade esta que determina as formas de uso da natureza, do espaço e do trabalho (CORIOLANO, 2007).

Os espaços de vida e de trabalho na comunidade da Prainha vêm sendo transformados pela urbanização e pelo desenvolvimento turístico, tendo como consequência à especulação imobiliária acompanhada de uma hipervalorização de terras por grileiros e por empresários do setor, colocando em risco o meio ambiente, as tradições e a própria existência desta comunidade. Esta ocupação desordenada pode ocasionar um desequilíbrio dinâmico com consequências e impactos negativos ao ambiente costeiro.

A zona costeira por sua vez, é um universo marcado pela diversidade de atributos que vão desde a localização geográfica, com terrenos próximos ao mar altamente valorizados pelo capital e pelo turismo, até a biodiversidade dos ecossistemas de alta riqueza e relevância ecológica, o que os qualificam como importantes fontes de recursos. É um lugar de expressiva pressão demográfica e econômica, e a combinação desses fatores está na origem de muitos conflitos de usos e interesses atuais e futuros (Coriolano, 2007).

A atividade turística na zona costeira, para Lima (2002), privilegia relações sociais típicas da sociedade de consumo, sendo uma atividade que ainda é excludente, pois é praticada por indivíduos ou grupos de pessoas que têm condições de pagar para consumir serviços ou produtos turísticos oferecidos pelas empresas do setor. Países, como o Brasil, investem no receptivo internacional com o intuito de movimentar capital em território nacional, motivados pelo desejo da entrada de divisas (BRASIL, 2011).

Pode-se ressaltar que estes investimentos, no turismo receptivo, sem um devido preparo nas comunidades que os recebem, geram conflitos que ocorrem, principalmente no contexto do processo de mediação de interesses entre atores locais, especuladores e turistas que agem sobre o meio físico natural e construído, provocando uma diversidade de impactos (Rodrigues, 2004).

Os impactos do turismo nestes ambientes naturais estão associados tanto à instalação de infraestruturas hoteleiras como na circulação de pessoas que a prática turística promove nestes lugares, gerando uma série de impactos negativos e até mesmo irreversíveis ao meio ambiente. Estes impactos decorrentes da atividade turística não têm tido uma relação harmoniosa com o meio ambiente, deixando marcas ao longo do litoral, segundo Rodrigues.

O cenário atual da área de estudo em questão, considerando o modelo de desenvolvimento preconizado para o litoral, é incipiente, pois a zona costeira está em processo de degradação ambiental, advindo, principalmente, das atividades setoriais predominantes que ali acontecem. Especialmente as que estão relacionadas com o setor turístico e imobiliário. A lógica destes setores econômicos ainda está centrada na exploração irracional dos recursos naturais, bem como no lucro em curto prazo.

Diante dos aspectos de mudanças do cenário turístico e paisagístico da comunidade da Prainha, partiu-se da seguinte problematização: quais os impactos socioambientais existentes na Prainha provocados pelo turismo?

Desse modo, este trabalho teve como objetivo geral analisar os impactos socioambientais existentes na Prainha provocados pelo turismo. Sendo que, através dos objetivos específicos, buscou-se:

- entender o processo de ocupação do litoral e os diferentes usos turísticos na zona costeira na Prainha;
- identificar os impactos positivos e negativos do turismo;
- descrever os impactos socioambientais da atividade turística;

Para o embasamento teórico, dados bibliográficos e documentais dos principais teóricos do Turismo foram pesquisados, dentre os quais se destacam: Coriolano (1998, 2007), Dóris Ruschmann (1997), Eduardo Yazigi (2003), Ignarra (1999), Margarita Barreto (1995), Mário Beni (2001), Mário Petrocchi (2001), Luiz Godoi Trigo (1998), além da análise de mapas e documentos que direcionaram a pesquisa para a discussão proposta neste trabalho.

O referencial teórico, aqui dissertado, objetiva o esclarecimento dos temas trabalhados, estruturando o trabalho em 7 partes, para uma melhor compreensão dos conceitos trabalhados.

A primeira unidade tratou da parte introdutória deste trabalho com uma breve contextualização do tema e suas especificidades, apresentando de forma geral o objeto de estudo e seu contexto, problematização, objetivo geral e o específico e a metodologia aplicada. A segunda unidade foi composta pelo referencial teórico que

traz discussões dos conceitos e definições chaves do turismo e lazer. A terceira unidade trata da definição e aplicação dos métodos da pesquisa. A quarta unidade é marcada pela caracterização do litoral de Aquiraz, especialmente a dinâmica natural, geoambiente litorâneo e a sua relação com o turismo. A quinta unidade destaca-se pela ocupação territorial, os conflitos e transformações na comunidade da Prainha com a chegada do veraneio. Na sexta unidade, identificam-se e analisam-se os principais impactos socioambientais do turismo na Prainha e, finalmente, as considerações finais.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

Para entender o fenômeno turístico, há que se trabalharem os conceitos, situar o objeto estudado em um contexto maior, as próprias contradições da sociedade, compreender sua evolução e seu desenvolvimento em diferentes sociedades e épocas.

O estudo desse fenômeno, chamado turismo, tornou-se importante à medida que se compreendeu que seu crescimento vem transformando as sociedades, as economias, a vida de muitos indivíduos, as culturas e os espaços geográficos atingidos por essa atividade.

É comum afirmar hoje que o turismo exerce efeito dinamizador sobre a economia, especialmente sobre o setor de serviços. Este efeito tem curso de forma bastante clara e expressiva, através de um aumento da movimentação nos setores de alojamento, de alimentação, de transporte, da comunicação e do consumo de modo geral.

Essas tendências sociais aliadas à atividade turística têm sido evocadas por muitos como uma atividade que leva ao desenvolvimento local e gera emprego e renda. A incorporação dos espaços, através da dinâmica turística, tem levado à transformação de vários lugares da zona costeira cearense, acarretando uma desestruturação das atividades tradicionais como a pesca e o artesanato. Esta é uma fragilidade comum às comunidades pesqueiras litorâneas cearenses.

O litoral representa área de grande potencialidade turística e a intensificação do turismo, de forma desordenada, aliada a aspectos sociais e ambientais negativos, tem contribuído para a descaracterização e empobrecimento destas comunidades como afirma Alcântara (2003, p. 89):

Algumas colônias de pescadores consideradas comunidades tradicionais, foram levadas a se transformar em núcleos receptores do turismo, algumas perdendo suas identidades e seus espaços, outras como forma de resistência participativa, optando por um turismo que oferece oportunidade aos nativos e a seus lugares.

O turismo participativo vem sendo desenvolvido nas comunidades litorâneas do Ceará porque necessita do envolvimento de todos, considerando os direitos e deveres individuais e coletivos, elaborando um processo de planejamento participativo, desde as tomadas de decisões até a execução das atividades turísticas.

2.1 Analisando o turismo: conceitos e definições

O fenômeno turístico é uma atividade complexa. Explicá-lo implica basear-se em uma série de disciplinas relacionadas às Ciências Sociais. Trata-se de um fenômeno vinculado diretamente ao tempo livre e às culturas. Está relacionado com viagens, porém não são todas as viagens que podem ser consideradas turismo.

Sempre que alguém passa algum tempo significativo fora de sua residência ou domicílio habitual, carece de alojamento e de alimentação, serviços e bens, e isso estimula setores da construção civil, da indústria imobiliária, dos serviços de manutenção, da agropecuária e da indústria alimentícia. Daí dizer-se que ele tem efeito multiplicador.

Na sociedade moderna, na pós- Revolução Industrial, com o advento das tecnologias, a automação e os novos arranjos políticos e produtivos ocorridos em escala mundial, desenvolvimento das ferrovias e do aperfeiçoamento dos meios de transportes, foi descoberta esta nova forma de fazer lazer – o lazer de viagem.

Foi o inglês Thomas Cook que, em 1841, introduziu o turismo estandardizado, inaugurando a primeira agência de viagens da Inglaterra, realizando, de trem, a primeira viagem de lazer de forma coletiva e organizada, contribuindo para a expansão desse fenômeno moderno chamado turismo. Durante muito tempo, Cook promoveu outros passeios pela Europa e Estados Unidos, através de sua empresa, objetivando dinamizar e desenvolver o turismo, dentro e fora do velho continente.

Pode-se dizer que o berço do turismo está nas estruturas urbanas industriais da Europa Ocidental de 1840. A partir de então, o contato da Europa com o resto do mundo ficou mais fácil, com a evolução das viagens marítimas, terrestres e aérea, possibilitando assim o intercâmbio entre países. Diz Ignarra (1999, p.19) que viagens intercontinentais passaram a ser viáveis comercialmente, iniciando-se um grande intercâmbio turístico.

O turismo e as viagens tornaram-se objetos de consumo e intensificaram-se após a Revolução Industrial, quando foram instituídas as férias pagas aos trabalhadores, havendo uma elevação geral no nível de consumo, a valorização do lazer, uma mudança de hábitos de consumo nas sociedades e o crescimento do setor de serviços, Trigo (1998, p.19).

Aos poucos, as pessoas foram conquistando o direito ao tempo livre e como usufruir esse tempo, sobretudo, aqueles trabalhadores formais. Sabe-se que, nos países economicamente dependentes, a grande parcela da população fica excluída do turismo, assim como de outros serviços, em razão do seu baixo poder aquisitivo decorrente da exploração dos trabalhadores e acumulação da mais-valia por parte dos empresários do setor.

Quando se fala em turismo, imagina-se logo uma viagem para conhecer lugares de interesse, visitar familiares, pessoas em férias fazendo lazer. No entanto, ao longo dos tempos, o conceito de turismo tem assumido as mais variadas conotações: sociais, econômicas, ambientais e culturais.

Entre as primeiras tentativas de conceituação do turismo, está a dos autores Hunziker e Krapf (apud Armand e Ruiz, 1998, p.02), que conceituam turismo como um conjunto das relações e fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora de suas residências, sempre que esse deslocamento ou estadia não seja motivado por atividade lucrativa.

Ignarra (1999, p.25) diz que turismo é o deslocamento de pessoas de seu local de residência habitual por períodos determinados e não motivados por razões de exercícios profissionais constantes.

Nessa definição de Ignarra, as viagens de negócios ainda não eram consideradas turismo, pois havia exclusão das viagens de turismo por

negócios/lucros. Atualmente, são viagens de negócios (congressos, reuniões) também responsáveis pela ocupação, pela dinâmica do turismo dos meios de hospedagem, sobretudo em períodos de baixa estação, denotando uma revolução de conceitos.

A Organização Mundial de Turismo (OMT) considera turismo as atividades praticadas pelos indivíduos as suas viagens e permanência em locais situados fora do seu ambiente habitual, por um período contínuo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros (OMT, 1998). Essa atividade ocasiona a produção de bens e serviços para o homem visando à satisfação da necessidade, do lazer e entretenimento.

O Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR, 2012) considera turismo o conjunto de relações e fenômenos a permanência de pessoas não residentes em determinada localidade.

O turismo está essencialmente ligado às características dos visitantes, às condições em que viajam e permanecem, aos motivos do seu deslocamento e aos núcleos receptores.

Assiste-se, hoje, uma tomada de consciência crescente do papel que o turismo tem ou poderá ter para a vida dos residentes e nos chamados núcleos receptores.

O turismo moderno, marcado pela globalização econômica e mundialização cultural, tem tornado o turismo um elemento degradador das pequenas economias, de culturas locais e de espaços ambientais, o que é mais aceitável. O local e o global precisam articular-se de forma cooperativa e não apenas competitiva. (CORIOLANO 1998, p.07). O turismo e as viagens participam como conectores da dinâmica global ou local na medida em que aproximam ou afastam as pessoas dos lugares.

Espera-se, em breve, que o turismo venha ter teorias e conceitos próprios, tornando-se uma atividade ética integradora de economias locais e globais.

Para WWF – Brasil – World Wildlife Fund (Fundo Mundial para a Natureza), o turismo sustentável:

deve apoiar a conservação da natureza, especialmente a proteção da vida selvagem nos ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos e evitar contribuir para a fragmentação de paisagens naturais que reduzem a qualidade da experiência do turismo e degradam o ambiente. Deve obedecer a convenções internacionais e as leis nacionais, estaduais e locais que apoiam o desenvolvimento sustentável e a conservação do espaço natural.

A conservação e o uso sustentável dos recursos naturais são essenciais para um meio ambiente sadio em longo prazo. A concentração de turismo no espaço pode impor um sacrifício muito pesado aos recursos naturais, pois sempre que extrapola sua capacidade de carga, seus efeitos são danosos ao lugar.

2.2 Lazer e turismo na contemporaneidade

A sociedade do século XXI, pelas vias da crescente informatização, na qual os sujeitos são soterrados nas permanentes avalanches de novas informações, aponta para a necessidade de transformação do lazer e turismo. Neste, decorreu um modelo universal padronizado e homogeneizado, oriundo de concepção positivista que produz sujeitos, efeitos únicos, concebidos como produtos eficientes de uma economia globalizada, dominante e a serviço dos interesses do capital universal excludente.

O turismo surge em meados da Idade Moderna, durante a Revolução Industrial, como consequência da valorização do ócio e da procura por lazer. O lazer é considerado uma necessidade das pessoas para recompor suas forças de trabalho, um bem de consumo na medida em que são criados equipamentos e atividades específicas para direcioná-lo. Aponta-se o turismo como umas das opções, Barreto (1995, p.61).

O lazer pode ser entendido também como uma atividade educativa e intelectual, realizada pelos homens em suas horas livres, na busca do prazer e entretenimento. Pode ser visto como uma oportunidade de descanso e divertimento.

Se o lazer não existe, não há turismo. O que diferencia lazer de turismo é a viagem, que pode ser por qualquer motivo, não somente por lazer. Se a viagem acontece por algum motivo e nela há lazer, então existe o turismo (CORIOLANO, 1998, p.29).

Coriolano (1998, p.113) lembra que o uso do tempo livre do cidadão para diversão pode ser realizado inclusive sem gastos. Visitar amigos, jogar cartas, praticar esportes, [...], são exemplos simples do lazer ativo discricional.

A indústria do lazer e do turismo absorveu as características da sociedade contemporânea, pós-moderna. Isso acontece no capitalismo, portanto no turismo ou fora dele, não somente pela liquidez, hiperconsumismo ou a pressa em si, mas também pelas relações sociais, culturais, econômicas que se estabelecem na produção e distribuição da mercadoria, diferentes da produção não capitalista. Por outro lado, não é justo que o lazer e o turismo se difundam incidindo apenas sobre os espaços capitalistas e para grupos de maior poder aquisitivo mantendo-se inacessíveis para a maioria das pessoas.

Milton Santos (2000, p.32) mostra como o lazer se desenvolve saindo de um modelo artesanal e passando para um modelo industrial, capitalista.

Saímos de um lazer artesanal localizado para um lazer industrial globalizado, de um lazer entranhado na sociedade a um lazer automatizado. Essa automatização fez do lazer uma indústria, uma operação onde as diversas peças formam um sistema, seja ele o turismo ou o esporte ou qualquer sorte de divertimento. As revoluções dos transportes, do som, da imagem, das telecomunicações fazem a integração de lugares e de suas formas de representações, como: imagem, som e mensagem gerando a interatividade, com maiores possibilidades de relação e de respostas mútuas entre residentes e turistas. Contudo, a grande contradição está no fato de que em vez de se ter um conhecimento mais verdadeiro dos lugares, com sua variedade de combinações e escolhas, com a produção mercantil enviesada de imagens do mundo e de imagem das pessoas, estamos sob a ameaça permanente da manipulação. A imagem estereotipada ameaça substituir o gosto pela fantasia e pela descoberta.

Se a modernidade tem como grande símbolo o apelo à razão, à análise, à decomposição dos fenômenos para explicá-los, as sociedades contemporâneas, pelo contrário, vem, através da imaginação, reinventar e reencantar o mundo, ou

melhor, buscar compreendê-lo, tomá-lo por todos os lados, de forma a percebê-lo não somente a partir das ciências, mas por outros caminhos: pelos afetos, pelos sentidos, pela memória, pelos mitos, pelas imagens.

A relação do turista com o lugar visitado é sempre transitória, passageira e, em grande parte das vezes, fugaz e superficial. A imagem gerada pela paisagem é a primeira instância do contato do turista com o local visitado e, por isso, ela está no centro da atratividade dos lugares para o turismo. Desta forma, algumas cidades se reorganizam completamente para produzir imagens (paisagens) atrativas para o consumo e para o lazer.

Para Yázigí (2003), as paisagens turísticas são imagens que podem ser manipuladas, recriadas, copiadas e coladas (no território). Para o turismo, é o valor estético da paisagem que está em pauta. E a estética da paisagem turística é aquela ditada pelos padrões culturais de uma época. Hoje, essa estética tem uma estreita relação com o modismo e com a cultura de massa.

A homogeneização de paisagens pelo e para o turismo contemporâneo, ainda segundo Yázigí (2003), é resultante da massificação de gostos e de modismos, produtos de uma “indústria de produção de imagens” e frutos de uma sociedade de consumo mundializada.

Para Leitão (2003), a pós-modernidade não é do discurso, da moral, mas sim, das sociedades do espetáculo, sociedades da proliferação das imagens, do crescimento das indústrias criativas e o fenômeno da transfiguração do turismo ao longo das últimas décadas. Através das imagens do turismo, podem-se observar tendências sociais, esboçar traços do “espírito do tempo” neste início de século, do retorno aos mitos, às artes, ao espetáculo, aos afetos, ao nomadismo das sociedades.

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

Entende-se por metodologia o caminho do pensamento e da prática que tem como propósito a compreensão dos meios ou comportamentos, princípios formais de identidade ou de objetividade (SELLTIZ, 1975).

A metodologia é uma forma de tratar a realidade, oferecendo subsídios relacionados com o espírito analítico, crítico e autoconsciência através de métodos e técnicas aplicados a partir dos fins pretendidos.

A pesquisa sobre os impactos socioambientais do turismo na zona costeira da Prainha, Aquiraz-Ce, região metropolitana de Fortaleza, baseou-se na metodologia de cunho qualitativo, sob a forma de pesquisa descritiva e exploratória.

Segundo Richardson (1999), os estudos qualitativos são realizados, na sua maioria, no local de origem dos dados. Não impedem o pesquisador de empregar a lógica do empirismo científico (empregada para fenômenos claramente definidos). Podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

Andrade (2002) destaca que a pesquisa descritiva, preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los e o pesquisador não interfere neles. Assim, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador.

Gil (2007) destaca que a pesquisa exploratória é desenvolvida com objetivo de proporcionar visão geral, do tipo aproximativo, acerca do objeto estudado. Esse tipo de pesquisa é realizado, especialmente, quando se busca conhecer, com maior profundidade, o assunto, de modo a tornar a pesquisa mais clara ou construir questões importantes para a sua conclusão.

Fugindo de uma análise linear, adotou-se a perspectiva histórica como parte do método da análise do objeto. No entanto, não se deve entender o método histórico como uma linearidade. Moraes (2002) explica a historicidade materialista e a discute em uma perspectiva dialética, onde a realidade é entendida como movimento incessante, no qual os fenômenos só podem ser apreendidos como

processos em contínuo fluir, cabendo aos pesquisadores captar o sentido lógico e histórico das diversidades das formas e das relações estabelecidas no processo e formação territorial.

Os conceitos estudados que subsidiaram a base teórica foram: o Turismo, Lazer, Zona Costeira, Impactos. Estes conceitos nortearam a pesquisa e serviram para teorizar o objeto de estudo.

Os dados coletados foram tratados de fontes primárias e secundárias. Os de natureza primária foram coletados através da pesquisa de campo com observação direta do *“modus vivendi”* da comunidade. Os dados secundários foram obtidos através de registros dos órgãos municipais de Aquiraz, além de embasamento bibliográfico.

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de outubro de 2013 a maio de 2014, estas viagens foram imprescindíveis para a elaboração das fontes cartográficas e dos registros fotográficos que ajudaram na ilustração dos pontos de impactos e conflitos do trabalho. Foram realizadas visitas às instituições públicas do Município de Aquiraz, como a Secretaria de Turismo, Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMAD), utilizou-se informações de instituições públicas do Estado do Ceará como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR), ocasião em que se teve contato com documentos oficiais.

A técnica adotada foi entrevista semiestruturada com atores locais da comunidade, entre eles: empresários e funcionários de barracas de praia e de meios de hospedagens (hotéis e pousadas), bugueiros, representante do governo municipal (Secretaria de Turismo de Aquiraz), moradores da comunidade entre eles as rendeiras e pescadores da Prainha. Caracterizando uma pesquisa de abordagem qualitativa.

As entrevistas tinham como objetivos a obtenção sobre o modo de ver e pensar da comunidade sobre a zona costeira, bem como os problemas vividos por ela. As entrevistas tiveram roteiro previamente formulado. Os diálogos foram

gravados com permissão dos entrevistados e depois transcritos no corpo do trabalho.

Em relação aos meios, é classificada como bibliográfica por utilizar como fontes para a revisão da literatura livros, dissertações, teses, artigos e *sites* na Internet sobre o tema (LAKATOS; MARCONI, 2006).

Segundo Demo (2000, p.20), a pesquisa bibliográfica trata-se da pesquisa que é “dedicada a reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos”. Demo (1994, p.36) diz ainda que:

Esse tipo de pesquisa é orientado no sentido de reconstruir teorias, quadros de referência, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes. A pesquisa teórica não implica imediata intervenção na realidade, mas nem por isso deixa de ser importante, pois seu papel é decisivo na criação de condições para a intervenção.

Assim sendo, para o desenvolvimento do trabalho, adotou-se uma postura de investigação, pautada no levantamento de dados e informações em fontes já constituídas, como também o envolvimento com a comunidade local e com protagonistas envolvidos no processo desta pesquisa, onde o resultado contribuirá para um maior conhecimento sobre este tema, levantando informações a futuras pesquisas.

4. O LITORAL LESTE CEARENSE E O TURISMO

A ocupação litorânea no Brasil é um processo histórico, pois foi onde começou a ocupação do território brasileiro, com a chegada dos europeus, por vias marítimas, e a sua permanência na costa, vindo a originar os primeiros núcleos de povoamento e, somente mais tarde, buscaram explorar o continente em busca das riquezas naturais. Observa-se que o Brasil segue uma tendência mundial de crescimento populacional e área ocupada em cidades da zona costeira. Sendo que cerca de 60% da população mundial vive a menos de 100 km do mar, embora tais ocupações causem comprovada degradação dos ecossistemas costeiros e marinhos (RODRIGUES, 2004). Andrade destaca (1998) que a faixa litorânea mundial totaliza uma área de apenas 500.000 km de comprimento, concentrando cerca de 80% da população do planeta, tornando-se o geoambiente mais disputado pelos grupos humanos.

O litoral do Brasil é de aproximadamente 7.408 km, os dados do censo de 2010 demonstram que 26,58% da população brasileira vivem em municípios litorâneos (IBGE, 2010). No estado do Ceará, em 1999, mais de 48,9% da população vivia no litoral, (MORAES, 1999), apesar de a zona costeira representar apenas 14,38% da área total do estado. No ano de 2007, este número teve um aumento para 50,9% (IBGE, 2010). Estes dados demonstram que a crescente procura por áreas litorâneas no estado vem aumentando nos últimos anos, em especial para se morar e lazer.

O litoral cearense está dividido em dois trechos: o primeiro fica a oeste de Fortaleza, possui 363 km de extensão; e o segundo a Leste, com 210 Km, totaliza 573 Km de área litorânea entre os dois trechos, como pode ser observado na figura 1. Também conhecido como Costa do Sol Nascente, o litoral leste tem início em Fortaleza e se estende até o município de Icapuí, divisa com o estado do Rio Grande do Norte e abrange oito municípios: Fortaleza, Aquiraz, Beberibe, Cascavel, Pindoretama, Fortim e Icapuí. O acesso pode ser feito por estradas inter e intra-regionais.



Figura 1: Localização do litoral leste e oeste cearense.

Fonte: <http://gerco.semace.ce.gov.br/>. Acesso em 06 de maio de 2014.

Possuidor de uma exuberância paisagística, o litoral cearense atrai pessoas tanto para a prática do turismo e lazer como para moradia, ocasionando conflitos de interesses, mas segundo Coriolano (2004, p.64), a história do litoral não foi sempre assim. De acordo com a autora, no século XVIII, o litoral era visto como um lugar sombrio, aterrorizante por ser considerado um lugar feio e não adequado à visitação, suas construções se davam de costas para o mar. Logo depois, o litoral passou a ser considerado um lugar terapêutico, recomendado por médicos para a cura de diversas doenças e foi nesta fase que se iniciou o despertar do interesse pelo uso do litoral como área bastante atrativa.

Na Antiguidade, o mar era considerado profano, tenebroso, cheio de ira. Era o lugar onde se devoravam criaturas ruins. Os banhos terapêuticos, curativos de doenças e o prazer que o mar podia proporcionar foram descobertos somente na Modernidade, pois até então o banho de mar era considerado imoral e obsceno. A partir desta descoberta, o litoral passou a ser frequentado por doentes em busca de

cura para as suas enfermidades. Os banhos eram receitados por médicos e acompanhados por um profissional especializado em banhos curativos.

Essas práticas terapêuticas tiveram origem na Europa, berço do modismo, entretanto a história mostra que a ocupação dos continentes aconteceu lentamente entre os séculos XV e XVI a partir das grandes navegações. É neste período que a ocupação do litoral se intensifica aliada às atividades portuárias e posteriormente às atividades industriais. (CORBIN, 1989).

Por este e outros motivos, o litoral passou a ser um objeto de consumo para milhões de pessoas. Este fenômeno de valorização do litoral promove a passagem de uma sociedade interiorana para uma sociedade marítima. Para Linhares (1992), a modificação de mentalidade, associada à evidenciação de novas relações com o meio ambiente e o espaço, suscita a valorização do litoral no seio da sociedade.

Dantas (2003) afirma que, no Ceará, a relação entre o homem e o litoral se desdobra em função de três dinâmicas, sendo que a primeira é resultante de uma estratégia colonial de ocupação do espaço entre os séculos XVII e XVIII. Já a segunda dinâmica é consequência do movimento de abertura do Ceará ao mercado internacional, fazendo com que a elite fortalezense tivesse acesso à cultura europeia, induzindo o cearense a frequentar o litoral no final do século XIX e início do século XX. A terceira e última dinâmica, considerada a mais recente, remete-se à valorização da zona de praia como mercadoria turística voltada para as atividades recreativas e de lazer, caracterizada por um processo de urbanização, industrialização e crescimento turístico ao longo de todo o litoral do estado.

Vasconcelos (2006) observa que a ocupação do litoral cearense se deu em ondas, de ocorrência temporal em localidades da moda. A primeira onda de ocupação foi no final dos anos 1960 até a década de 1980, foi chamada onda da “descoberta dos paraísos litorâneos” e se deu pelos veranistas oriundos basicamente de Fortaleza. Logo após este período de veranismo, surgiu a segunda onda, iniciada na década de 1990, onde se passou a montar a estrutura turística propriamente dita, mais concentrada em Icarai e Iguape na RMF e ainda Morro Branco, Caponga, Flecheiras. A terceira fase caracterizou-se pela identificação dos turistas ou veranistas com os lugares, que passaram a ficar durante todo seu período de férias no local ou vieram morar permanentemente nas vilas litorâneas.

Neste contexto, Vasconcelos (2006, p.46) destaca que os impactos desta terceira onda foram:

Os impactos advindos desses são uma inserção na vida política do local, se tornando contrários a empreendimentos turísticos que são potenciais perturbadores de sua quietude. Esses, que antes eram turistas e veranistas, são agora residentes permanentes que se apropriam do lugar como um reduto para sua tranquilidade, pouco se interessando no desenvolvimento da comunidade. O perfil dos novos habitantes é, geralmente, de estrangeiros, pessoas de outros estados, ou mesmo cearenses aposentados com poder aquisitivo superior ao dos habitantes tradicionais, revelando mais contrastes sociais para a comunidade. Esses últimos pouco têm contribuído para a comunidade, pois não trazem com eles investimentos que possam gerar trabalho, renda ou melhoria nas condições infraestruturais, que são os principais aspectos positivos dessas novas ondas de ocupação do litoral cearense.

Complementando o pensamento de Vasconcelos, destacam-se os relatos de Nascimento (2006) sobre a ocupação humana em Aquiraz. O autor descreve que tal fato se deu de forma bastante heterogênea, somente no século XVIII surgiram os primeiros problemas socioambientais, época em que o Ceará passou a ser entreposto para o gado, necessitando de uma maior extensão de terras. Assim as águas dos rios litorâneos foram sendo poluídas. Primeiro, com a produção do charque, e depois, os curtumes. O desmatamento dos manguezais, tabuleiros e florestas dunares foram lesados inicialmente pela construção civil e produção de lenha, depois, para olarias e padarias. Já nos séculos XIX e XX, observa-se o crescimento da urbanização das cidades costeiras, o que veio a contribuir para a degradação do litoral (NASCIMENTO, 2007).

Este movimento de urbanização do litoral insere-se numa lógica de exploração de disputa pelo espaço dessas atividades muitas vezes provocando a desestruturação sociocultural de comunidades como da Prainha em Aquiraz, objeto de nosso estudo, e a degradação ambiental de alguns ecossistemas. O principal vetor desta urbanização do litoral cearense é o turismo, que vem ocupando um papel de destaque no conjunto de relações políticas e econômicas no estado.

Devido ao aumento do crescimento, o turismo é apontado como uma das principais atividades econômicas em escala global, e o Ceará segue esta tendência.

Dados mais recentes constatados na tabela 1 comprovam a realidade do turismo no Ceará. Os dados apresentam-se em escala crescente e confirmam o crescimento dessa receita e o impacto sobre o PIB/CE, verificando-se que, no ano de 2013, chegou a 11,1%.

Discriminação	1995	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1. Gasto Percapita/dia (R\$)	41,25	113,44	134,51	126,10	132,20	142,83	143,84	152,12	156,90	159,12
2. Permanência Média (Dias)	12,0	10,3	9,0	9,7	10,1	10,3	10,5	10,6	10,9	11,0
3. Gasto Percapita (R\$)	495,00	1.168,41	1.210,63	1.223,14	1.335,24	1.471,12	1.510,31	1.612,43	1.710,25	1.750,31
4. Demanda Turística Via Fortaleza	761777	1968856	2062493	2079590	2178395	2466511	2691729	2848459	2995024	3141406
5. Receita Turística Direta (R\$ milhões)	377,1	2.300,4	2.496,9	2.543,6	2.908,7	3.628,5	4.065,3	4.592,9	5.122,2	5.498,4
6. Renda Gerada (R\$ milhões)	505,3	4.025,8	4.369,6	4.451,4	5.090,2	6.349,9	7.114,4	8.037,6	8.963,9	9.622,3
7. PIB cf (R\$ milhões)	12.495	40.923	46.310	50.331	56.751	60.787	68.000	76.000	83.000	87.000
7. Impacto Sobre o PIB (%)	4,0	9,8	9,4	8,8	9,0	10,4	10,5	10,6	10,8	11,1

Nota: a) O Impacto sobre o PIB é obtido pela relação entre a Receita Turística Total (Direta e Indireta) e o PIB; b) A Receita Direta é obtida pelo produto entre Gasto Percapita e Demanda Turística via Fortaleza; c) Receita Turística Total (Direta+Indireta) ou Renda Gerada decorre do processo interativo dos gastos dos turistas na economia via propensão marginal a consumir (efeito multiplicador); d) O multiplicador dos gastos turísticos utilizado foi de 1996=1,34, 1997=1,43, 1998=1,53, 1999=1,64 e 2000 a 2004=1,75 (in Ferreira, Assuero e Oliveira, Aécio – Estruturação da Matriz de Insumo).

Tabela 1: Receita turística e impacto sobre o PIB no Ceará de 1995 a 2013.

Fonte: SETUR/CE e IPLANCE 2012.

A movimentação econômica proporcionada pelo turismo é sempre questionada, visto que ocorre concentração de lucros na atividade. Alguns núcleos receptores do turismo, ao receberem o turista, oferecem-lhe serviços e produtos disponíveis à venda e se beneficiam da atividade, mas nem todos são beneficiados.

De acordo com Rodrigues (1997), os núcleos emissores são responsáveis por lançar turistas, de modo que estes núcleos são o ponto de partida da viagem. As áreas receptoras são o destino do turista, o principal local, pensado e escolhido para realizar a atividade turística. Os corredores de deslocamentos são visitados de maneira indireta, por estarem no caminho que liga os núcleos emissores e receptores. Estes últimos também se beneficiam da atividade turística, geralmente com visitas rápidas.

Os núcleos receptores sentem mais fortemente os impactos da atividade turística. Esses núcleos têm a paisagem urbana modificada e adaptada para receber a atividade e assim sofrem impactos positivos e negativos proporcionados pelo turismo. A paisagem é necessariamente modificada a fim de que seja atrativa para o turista, capaz de fazer o mesmo optar por aquele lugar.

A tabela 2 mostra os principais núcleos receptores de turistas no Ceará, Caucaia e Aquiraz, que são os municípios mais visitados depois de Fortaleza, na escala de preferência dos turistas.

Discriminação	Percentual na Demanda (%)		Turistas	Permanência (Dias)
	Interior	Total		
1 Caucaia	17,68	11,82	368.546	7,9
2 Aquiraz	17,01	10,65	354.580	9,3
3 Beberibe	15,23	8,48	317.475	8,0
4 Aracati	14,13	8,37	294.545	5,4
5 Jijoca Jericoacoara	9,01	5,03	187.817	8,6
6 Paraipaba	3,59	2,34	74.744	6,5
7 São Gonçalo Amarante	3,01	1,74	62.745	8,9
8 Cascavel	2,81	1,01	58.575	9,8
9 Paracuru	1,98	0,98	41.274	8,9
10 Trairi	1,71	0,92	35.646	5,3
11 Sobral	1,64	0,92	34.186	6,9
12 Sede	1,35	0,73	28.141	7,5
13 Canindé	1,23	0,69	25.640	6,0
14 Guaramiranga	1,16	0,65	24.181	4,9
15 Maranguape	1,14	0,61	23.764	9,1
16 Juazeiro do Norte	1,10	0,57	22.930	6,9
17 Camocim	0,98	0,50	20.428	10,0
18 Icapuí	0,76	0,44	15.842	9,2
19 Maracanaú	0,68	0,44	14.175	8,9
20 Itapipoca	0,60	0,39	12.457	4,7
Subtotal	96,8	57,3	2.017.691	7,6
Outras localidades	3,2	12,3	66.846	-
Total Interiorização	100,0	69,6	2.084.537	8,9

Tabela 2: Principais municípios visitados pelos turistas que ingressaram ao Ceará via Fortaleza em 2012.

Fonte: SETUR/CE e IPLANCE 2012.

Os núcleos receptores proporcionam momentos de lazer aos visitantes e isso pode se dá das mais variadas formas, em diferentes segmentos existentes. Para se consolidar como núcleo receptor, precisa-se de uma infraestrutura básica de suporte ao visitante. Fala-se de vocação natural, como as belezas dos ambientes litorâneos ou criadas pelo homem, fazendo o lugar ficar conhecido pelo turismo. Nos dois casos tem-se a vocação para o turismo, em condições diferentes. No entanto, a vocação turística é questionada porque ela pode ser criada.

A tabela 3 mostra os principais núcleos emissores de turistas para o Ceará via Fortaleza.

Países	Resultados Alcançados										Metas		Variações(%)	
	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2010/06	2011/10
NACIONAIS	1794369	100,00	1.830.039	100,00	1.956.285	100,00	2.256.858	100,00	2.472.299	100,00	2.628.459	100,00	37,8	6,3
Norte	190.203	10,60	172.024	9,40	185.847	9,50	179.646	7,96	234.868	9,50	262.846	10,00	23,5	11,9
Nordeste	662.122	36,90	671.624	36,70	721.869	36,90	776.585	34,41	912.278	36,90	944.142	35,92	37,8	3,5
Centro-Oeste	145.344	8,10	177.514	9,70	187.803	9,60	237.647	10,53	237.341	9,60	258.903	9,85	63,3	9,1
Sudeste	687.243	38,30	717.375	39,20	772.733	39,50	941.787	41,73	976.558	39,50	1.038.241	39,50	42,1	6,3
Sul	109.457	6,10	91.502	5,00	88.033	4,50	121.193	5,37	111.253	4,50	124.326	4,73	1,6	11,8
INTERNACIONAL	268.124	100,00	249.551	100,00	222.110	100,00	209.653	100,00	219.430	100,00	220.000	100,00	-18,2	0,3
Alemanha	10.081	3,76	11.255	4,51	11.505	5,18	11.321	5,40	14.943	6,81	14.520	6,60	48,2	-2,8
Argentina	13.996	5,22	3.519	1,41	2.710	1,22	1.782	0,85	2.875	1,31	3.190	1,45	-79,5	11,0
Austria	2.199	0,82	4.317	1,73	2.332	1,05	2.097	1,00	1.865	0,85	2.200	1,00	-15,2	18,0
Belgica	2.949	1,10	2.570	1,03	2.421	1,09	2.579	1,23	1.470	0,67	1.584	0,72	-50,2	7,7
Cabo Verde	6.515	2,43	12.827	5,14	8.773	3,95	6.499	3,10	5.815	2,65	5.896	2,68	-10,8	1,4
Canada	456	0,17	1.422	0,57	800	0,36	2.159	1,03	2.523	1,15	2.596	1,18	453,6	2,9
Espanha	17.535	6,54	9.233	3,70	10.150	4,57	9.896	4,72	10.774	4,91	15.664	7,12	-38,6	45,4
EUA	5.094	1,90	6.214	2,49	4.864	2,19	14.361	6,85	10.511	4,79	4.862	2,21	106,3	-53,7
Italia	61.374	22,89	56.149	22,50	59.570	26,82	58.535	27,92	56.415	25,71	58.586	26,63	-8,1	3,8
França	16.329	6,09	11.904	4,77	18.480	8,32	17.359	8,28	14.000	6,38	16.984	7,72	-14,3	21,3
Finlândia	7.507	2,80	13.101	5,25	4.775	2,15	4.927	2,35	4.279	1,95	4.356	1,98	-43,0	1,8
Holanda	19.707	7,35	15.572	6,24	13.593	6,12	10.483	5,00	9.523	4,34	2.442	1,11	-51,7	-74,4
Inglaterra	3.459	1,29	6.164	2,47	8.063	3,63	4.067	1,94	2.150	0,98	2.838	1,29	-37,8	32,0
Noruega	5.362	2,00	5.864	2,35	6.574	2,96	6.981	3,33	4.345	1,98	4.664	2,12	-19,0	7,3
Polónia	6.918	2,58	7.536	3,02	8.129	3,66	4.277	2,04	2.436	1,11	2.508	1,14	-64,8	3,0
Portugal	53.625	20,00	39.479	15,82	29.718	13,38	29.268	13,96	39.783	18,13	44.286	20,13	-25,8	11,3
Suíça	13.245	4,94	16.021	6,42	10.306	4,64	9.791	4,67	9.523	4,34	10.472	4,76	-28,1	10,0
Outros	21.772	8,12	26.402	10,58	19.346	8,71	13.271	6,33	26.200	11,94	22.352	10,16	20,3	-14,7
Total	2.062.493	100,00	2.079.590	100,00	2.178.395	100,00	2.466.511	100,00	2.691.729	100,00	2.848.459	100,00	30,5	5,8
Índice(1995 =100)	270,7	-	273,0	-	286,0	-	323,8	-	353,3	-	373,9	-	30,5	5,8
Var Anual(%)	4,8	-	0,8	-	5,6	-	18,6	-	29,4	-	30,8	-	-	-

Tabela 3: Principais mercados emissores para o Ceará 2006/2011.

Fonte: SETUR/CE e IPLANCE 2012.

O litoral é um diferencial em relação às demais localidades, pois atrai grande número de visitantes. Os turistas nacionais e internacionais buscam, no Ceará, a forma de lazer desejada. Os turistas movimentam a economia do estado que tem, no turismo, uma de suas principais atividades econômicas. Isso porque a atividade turística no estado cresce bastante, como se pode verificar na tabela 4.

Anos	Movimentação Turística				
	Capital	(%)	Interior	(%)	Total
. 2000	1.507.914	22,3	5.239.917	77,7	6.747.831
. 2001	1.631.072	25,5	4.755.188	74,5	6.386.260
. 2002	1.629.422	25,0	4.879.847	75,0	6.509.269
. 2003	1.550.857	22,7	5.266.687	77,3	6.817.544
. 2004	1.784.354	23,4	5.826.275	76,6	7.610.629
2005	1.968.856	23,7	6.340.241	76,3	8.309.097
2006	2.062.493	22,5	7.103.255	77,5	9.165.748
2007	2.079.590	21,4	7.639.328	78,6	9.718.918
2008	2.178.395	21,4	8.003.224	78,6	10.181.619
2009	2.466.511	21,5	8.979.520	78,5	11.446.031
2010	2.691.729	21,4	10.008.271	78,6	12.595.005
2011	2.848.459	21,3	10.554.992	78,7	13.403.451
2012	3.050.000	20,4	11.900.000	79,6	14.950.000

Obs: a) Total de 84 municípios turísticos e b) Movimentação turística no estado do Ceará envolvendo fluxos de origem nacional, internacional e intraestadual.

Tabela 4: Movimentação turística no Ceará 2000/2012.

Fonte: SETUR/CE e IPLANCE 2012

Os dados mostram a evolução da atividade turística no Ceará nos últimos anos e é perceptível que é um processo em constante evolução. Esse processo se deve em muito aos investimentos na infraestrutura e incentivos para a atividade e, em contrapartida, gera empregos e novas formas de obter renda.

Os principais segmentos de turismo no litoral leste são: o turismo comunitário e o turismo convencional, embora haja três municípios que recebem o turismo de massa, além de Fortaleza, os municípios de Aquiraz, Beberibe e Aracati. Em Fortaleza, absorve-se fortemente o turismo de massa, o que trouxe ao município grande estrutura de serviços e equipamentos, como hotéis e complexos meios de hospedagem, aeroporto internacional dentre outras produções. No entanto, há também impactos negativos, sobretudo pelo fato de grande parte da infraestrutura ter sido instalada em área de litoral, naturalmente frágil e limitada.

O litoral leste enquanto núcleo receptor do turismo é caracterizado pela rica biodiversidade, sendo reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA como de extrema importância biológica. Tal destaque se dá devido à existência de ambientes de alimentação, reprodução e berçário de espécies susceptíveis à extinção, algumas em estado considerado crítico, como o peixe-boi marinho. O que acontece não somente no litoral leste, mas em todo o litoral cearense. Nesta faixa do litoral, encontra-se o mais importante banco de alimentação e repouso de aves migratórias neotropicais do Ceará (Banco dos Cajuais), a ave trinta-réis-róseo e populações de maçarico-do-papo vermelho. Além dos danos sofridos na biodiversidade, existem outras ameaças nesses ambientes costeiros, como estuários com manguezais, recifes costeiros, bancos de algas.

4.1 O litoral de Aquiraz e seu recorte do passado imperial ao presente

Existem várias interpretações para o significado da palavra Aquiraz. Uma delas aceita pela Administração Pública Municipal diz que ela tem origem do tupi “gentio da terra”. No entanto, a toponímia mais difundida é “água logo adiante” em referências ao Rio Pacoti, sendo citada a referida etimologia em 1968, por Aires Montalbo, na Revista do Instituto do Ceará, sendo nas margens do Pacoti que a cidade se desenvolveu e prosperou.

Em 1699, quando em Carta Régia determinava a Corte que criasse uma Vila no Ceará, omite-se a localização, deixando para o Capitão General Governador de Pernambuco a escolha que melhor aproovesse.

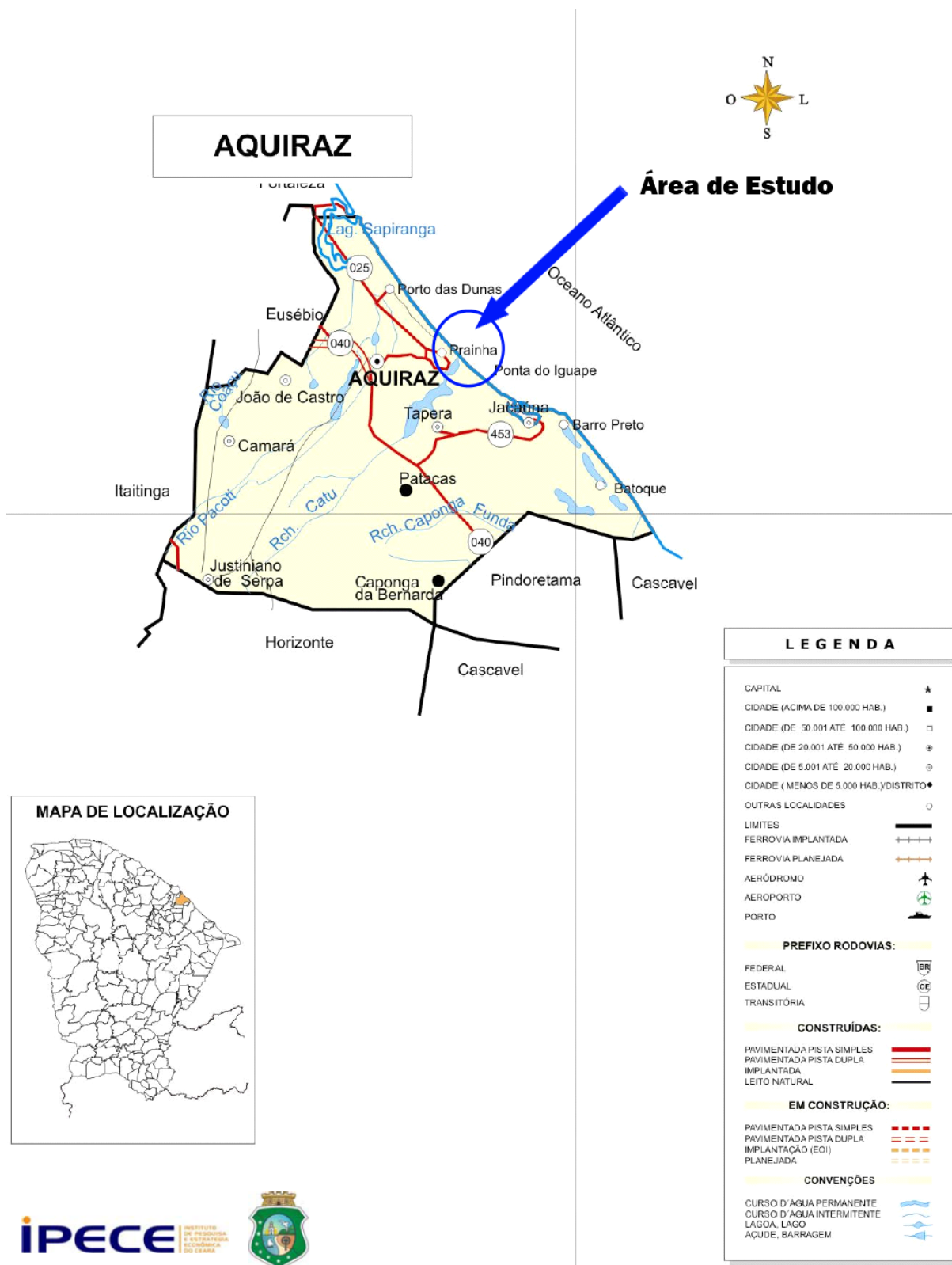


Figura 2: Localização de Aquiraz, no estado do Ceará.

Fonte: IPECE, 2014.

Assim Aquiraz tornou-se a primeira Vila criada em 1699, através da Carta Régia e a primeira capital da Capitania do *Siará Grande* que se chamava Vila São José de Ribamar de Aquiraz, em referência ao padroeiro São José de Ribamar de Botas (figura 3), em homenagem aos bandeirantes desbravadores e valentes.



Figura 3: Imagem de São José de Ribamar de Botas, padroeiro de Aquiraz.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

Montalbo (1968) afirma que Aquiraz não foi a primeira paróquia sendo, no entanto, a primeira Comarca, instituída como a sede da ouvidoria em 1723. A câmara dos vereadores, primeira casa do Poder Legislativo, foi criada dez anos antes, em 1713. Apenas em 1816, Aquiraz perde os privilégios concedidos à capital para Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção, que sempre disputara o título de Vila.

No início, os habitantes de Aquiraz tinham como dever religioso, além das práticas doutrinárias, a caminhada de seis léguas, indo até o presídio de Fortaleza,

onde o Capelão Mor desempenhava suas obrigações litúrgicas. Além dos incômodos próprios da viagem, senhoras de trato queixavam-se dos soldados portugueses irreverentes e a dirigir-lhes com zombaria. Essa situação de mal-estar foi tolerada por algum tempo, porém chegou-se ao momento da reação.

Nessa questão, entrou o padre e Superior João Guedes. Em Ordem Régia, datada de 8 de agosto de 1721, determinando que fossem removidas para Aquiraz imagens e parâmetros existentes na capela de Fortaleza. Concluindo dessa resolução que já possuísse a Vila, sua capela, faltando apenas autorização de ordem superior.

Aquiraz construiu sua história sob influência dos jesuítas, dos índios e negros que compunham o cenário da época. Segundo Cavalcante, Sousa e Albino (2005, p.43). “no Ceará, os primeiros jesuítas chegaram em 1607, instalando-se na serra da Ibiapaba. Por mais de um século e meio (1606 - 1759), os jesuítas criaram escolas de ler, escrever e contar nos aldeamentos”.

Como herança desses tempos áureos, permanecem, em Aquiraz: o mercado das Artes, antigo Mercado da Carne; a Casa do Capitão Mor; o Museu Sacro, antes Casa de Câmara e Cadeia; e, finalmente, a Igreja Matriz São José de Ribamar, figura 4, inserida no espaço da Praça Cônego Araripe.



Figura 4: Igreja matriz de Aquiraz-CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.



Figura 5: Museu sacro São José de Ribamar, antiga Casa de Câmera e Cadeia em Aquiraz-CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

A criação do museu Sacro, ilustrado na figura 5, foi uma batalha pessoal do ex-vigário e colecionador de peças sacras, José Hélio Paiva que manifestou o interesse de reuni-las em um museu. O prédio disponibilizado foi à antiga cadeia. Em 1967 o museu foi fundado, mesmo sob a acusação dos moradores mais antigos que afirmavam que o ex-vigário queria “prender os santos”. O museu possui um acervo significativo do patrimônio histórico e cultural, alusivo do povo cearense.

A Praça Cônego de Araripe, apresentada na figura 6, e a Igreja Matriz, observada na figura 3, foram tombadas através do Decreto nº. 16.237, em 30 de novembro de 1983, com seu ar bucólico que até os tempos atuais, acolhe casais para namorar nos bancos sob a sombra de suas frondosas árvores. A Praça reúne ainda a população nos festejos do município, como a festa do padroeiro.



Figura 6: Praça Cônego Araripe, Aquiraz-CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

O mercado era originalmente utilizado para comercialização de carne na parte central de secos e molhados, representando o centro comercial da cidade. Não existem dados que indiquem, com precisão, o ano de sua construção, mas de acordo com o Guia de Bens Tombados do Estado, presume-se que a edificação seja do final do século XIX e início do século XX. O grande destaque do prédio é o telhado em quatro águas, com estrutura em carnaúba e grande efeito plástico, sendo um autêntico exemplar da arquitetura cearense.

O mercado da Carne, hoje Mercado das Artes, ilustrado na figura 7, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em 1984, devido às técnicas populares adotadas em sua construção e sua importância para a região. A edificação é uma das obras do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, o convênio para execução da obra foi firmado com o Ministério do Turismo – MTur.



Figura 7: Mercado das Artes, antigo Mercado das Carnes em Aquiraz-CE, Brasil

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

A casa do Capitão-Mor, como pode ser observada na figura 8, é na realidade a Casa dos Ouvidores. É a mais antiga do município, construída há aproximadamente 300 anos. A casa pertenceu ao Capitão-Mor Manoel da Fonseca Jaime, que governou o Ceará entre 1713 a 1716, época em que Aquiraz foi sede do governo.



Figura 8: Casa do Capitão-Mor Fonseca Jaime em Aquiraz, Brasil.

Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS).

A casa do Capitão-Mor é um raro exemplar do casario setecentista do Estado. Conhecida também como casa da Ouvidoria, nome do primeiro núcleo judiciário do Ceará, o singelo edifício é feito com paredes de pau a pique, reforçadas com amarras de couro de boi, uma referência material ao ciclo econômico das charqueadas, o qual predominou na região durante o século XVIII. A riqueza de detalhes confere ao “antigo palácio” uma atmosfera nostálgica; lembrando um passado distante, marcado por estórias de botijas, fugas de escravos e pela bravura e sagacidade do respeitado e temido “Capitão-Mor”.

O litoral de Aquiraz possui uma realidade semelhante em relação às demais localidades turística litorâneas do estado do Ceará, pois é possível observar as contradições que permeiam o fenômeno turístico, através de uma expressiva segregação socioespacial desencadeada pela especulação imobiliária, sendo este processo muito intenso na praia do Porto das Dunas. Em Aquiraz, as diferentes maneiras de desenvolver o turismo se manifestam em distintas formas de territorializar e organizar os espaços que se voltam a esta cidade.

O município ocupa uma área territorial de 480,976 Km², divididos em sete distritos com 30 Km de litoral. As seis praias, que fazem parte do seu território, estão representadas na Figura 9, abaixo. São elas: Porto das Dunas, Prainha, Presídio, Iguape, Barro Preto e Batoque, que possuem um forte apelo paisagístico, destacando o segmento de sol e praia no município.

A praia do Porto das Dunas localiza-se a 22 km de Fortaleza. Historicamente foi ocupada apenas por populações indígenas que viviam da pesca artesanal, da agricultura e extrativismo extensivo, porém, tem-se apresentado fortemente descaracterizada, tornando-se um espaço direcionado à classe social detentora de grande poder aquisitivo. Esta praia passou a ser, nos últimos anos, local de residência definitiva e não apenas de fim de semana. Seu índice de urbanização é elevado, com intenso processo de especulação, resultando numa área completamente loteada. Grandes mansões, hotéis e condomínios fechados são originários destes loteamentos, ocasionando a expulsão de nativos, que foram afastados para áreas distantes do mar e de suas atividades tradicionais.



Figura 9: Mapa das principais praias de Aquiraz-CE, Brasil.

Fonte: Prefeitura Municipal de Aquiraz, 2013.

A praia do Porto das Dunas encontra-se bastante integrada a Fortaleza, sendo a praia mais conhecida de Aquiraz por estar concentrado grande número de megaempreendimentos turísticos voltados ao lazer e turismo. Porto das Dunas tem como principais eixos de turismo: o convencional e de eventos, possui o maior parque aquático da América do Sul, o Beach Park, como pode ser observado na figura 10, conhecido internacionalmente pela grande estrutura e diversidade de serviços ofertados.

O Beach Park nasceu em 1985, sendo um empreendimento do empresário João Gentil, que iniciou suas atividades com um restaurante à beira mar, e logo depois no ano de 1989, inaugurou o parque aquático e outras atrações. O complexo

aumentou em 1996 com a construção do hotel, passando para categoria de *resort* em 1998.



Figura 10: Vista aérea do Beach Park no Porto das Dunas em Aquiraz-CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora, 2013.

O complexo ocupa, atualmente, uma área de 170 mil m², sendo que 35 mil m² formam a área total do parque aquático. Segundo site oficial, o empreendimento conta ainda com quatro *resorts*: *Beach Park Suites Resort*, *Beach Park Acqua Resort*, *Oceani Beach Park Resort* e o *Beach Park Wellness Resort*.

A territorialização do turismo, para Coriolano (2007), é profundamente marcada pela presença de *resorts*, característica de um modelo de atividade turística elitista e globalizada, consolidando a praia do Porto das Dunas como polo turístico internacional.

O principal atrativo da Prainha é o veraneio, com suas segundas residências; turismo cultural, com as rendas; e gastronômico, com as barracas de praias, se destaca também pela oferta de hotéis e *resorts*. Prainha é a praia mais próxima de Aquiraz, localizada a 5 km da Sede do Município. Situa-se junto à foz do

Riacho Maceió, representado na figura 11. Apresenta grande ocupação, porém com menor número de equipamentos luxuosos se comparado à praia do Porto das Dunas.

A vila da Prainha é habitada, principalmente, por pescadores, trabalhadores de serviços residenciais conhecidos como caseiros, pequenos comerciantes, empregados de hotéis, restaurantes e barracas de praia, rendeiras e bordadeiras. Alguns nativos tentam guardar um pouco de suas tradições e costumes, a exemplo do Centro de Rendeiras da Prainha, que preserva um pouco da cultura e tradição da renda local.



Figura 11: Riacho Maceió na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

A praia do Presídio, ilustrada na figura 12, já era habitada pelos nativos quando recebeu o primeiro loteamento em 1984. De acordo com a História do Ceará, a denominação de Presídio é explicada por ter sido presídio para os presos que os portugueses deportavam, como as tropas holandesas derrotadas em 1654 (Cavalcante *et al*, 2005). A partir de 1990, vem se intensificando as construções de casas de veraneio. Nesta praia, há uma nítida segregação territorial, ou seja, é

possível notar a separação entre o espaço das casas de veraneio e o espaço das casas dos moradores nativos.



Figura 12: Praia do Presídio em Aquiraz, Brasil.

Fonte: <http://www.aquiraz.ce.gov.br/> Acesso em 02 jun. 2014.

A praia do Iguape, como pode ser observada na figura 13, foi a primeira a ser ocupada pelos colonizadores em Aquiraz e nela ocorreu a primeira eleição da capitania do Ceará em 1700 (Cavalcante *et al*, 2005). A praia ainda guarda características de sua cultura local. Ela é ocupada por antigos moradores, pescadores artesãos. É nesta praia que se localiza uma das maiores colônias de pescadores cearenses. A maioria das casas de veraneio é de construções antigas se comparadas as da praia do Presídio e do Barro Preto, que foram iniciadas por volta dos anos de 1960. A Praia do Iguape é conhecida pela presença de dunas móveis e semifixas ao longo da praia.



Figura 13: Ponta do Iguape em Aquiraz-CE, Brasil.

Fonte: <http://www.pbase.com/alexuchoa/image/Acesso> em 02 jun. 2014.

A praia do Barro Preto está localizada há três quilômetros a leste da praia do Iguape, esta praia permaneceu, por muito tempo, ocupada por pequenas casas de pescadores. Diferentemente das outras praias do município, em Barro Preto, destaca-se a presença de blocos de rochas, vistos na figura 14.



Figura 14: Blocos de rochas na praia do Barro Preto em Aquiraz-Ce, Brasil.

Fonte: <http://www.pbase.com/alexuchoa/image/Acesso> em 02 jun. 2014.

A maioria dos terrenos próximos à praia do Barro Preto que, assim como no Iguape, foram doados aos pescadores através de concessões por parte da colônia de pesca. Estes terrenos foram vendidos pelos próprios pescadores para pessoas de Fortaleza e de outros municípios, que construíram suas casas de veraneio.

Na divisa com o município de Cascavel, localiza-se a última praia de Aquiraz, a praia do Batoque, ilustrada na figura 15, que está a 26 km da Sede do município e 51 km de Fortaleza. Batoque possui características bastante singulares se comparada às demais praias do município, pois é uma Reserva Extrativista, e seus moradores, em sua maioria, pessoas nascidas na própria comunidade, motivo pelo qual a praia encontra-se com um bom nível de preservação de seus patrimônios natural e cultural. Porém, para a comunidade do Batoque obter esse sucesso, os moradores tiveram que resistir e enfrentar várias lutas com empresários e até com o poder público.



Figura 15: Lagoa do Batoque, Aquiraz-CE, Brasil.

Fonte: <http://www.pbase.com/alexuchoa/image/>. Acesso em 02 jun. 2014.

Após muitos conflitos, os moradores do Batoque aguardaram quase cinco anos para que fosse assinado o decreto federal que criou a Reserva Extrativista da

Comunidade do Batoque, dando fim à luta entre moradores locais e empresários. O regulamento da Reserva estabelece regras sobre o uso dos recursos naturais, bem como sobre os direitos e deveres das pessoas que vivem na área.

Mesmo depois de muitas lutas, grande parte da cultura e costumes tradicionais continua sendo preservada em Batoque. O ritmo de vida dos moradores faz esquecer a loucura da modernidade em que se vive.

Mesmo sem estrutura hoteleira, Batoque atrai visitantes de outras regiões, motivados por experimentar um modelo de turismo diferente, onde os habitantes tornaram-se promotores desta atividade. Outro fator atrativo da praia é sua beleza natural com uma extensa faixa litorânea, ainda não muito explorada.

O turismo acontece de forma organizada, e alguns moradores encontram nesta atividade mais uma forma de sobreviver, na tentativa de gerar mais renda na comunidade. A prática desse modelo de turismo diferenciado, promovido não por grandes agências e empresas, mas por residentes na localidade, torna-se o grande atrativo e diferencial da praia de Batoque, atraindo, sobretudo, turistas internacionais que ficam fascinados com as histórias de lutas e resistências desta comunidade.

O município de Aquiraz possui uma população de 72.628 hab. (IBGE, 2010). Localizado na Microrregião Geográfica 12. O município de Aquiraz limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico, Fortaleza e Eusébio; ao Sul com Horizonte, Cascavel e Pindoretama; a Leste com Oceano Atlântico; e a Oeste com Eusébio, Itaitinga e Horizonte como pode ser visto no quadro 1.

Coordenadas Geográficas		Localização	Pontos Limítrofes			
Latitude	Longitude		Norte	Sul	Leste	Oeste
3°54' 05"	38°23'28"	Nordeste do estado do Ceará	Oceano Atlântico, Fortaleza, Eusébio.	Horizonte, Cascavel, Pindoretama.	Oceano Atlântico	Eusébio, Itaitinga, Horizonte.

Quadro 1: Situação geográfica de Aquiraz

Fonte: Perfil Municipal 2012 – Aquiraz; IPECE/IBGE, 2012.



Figura 16: Rodovia Estadual, CE – 040, que liga Fortaleza a Aquiraz-CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2013.

O acesso ao município pode ser feito pelas rodovias estaduais: CE-040 que faz ligação da cidade de Fortaleza com Aquiraz e outros municípios do litoral leste. Essa rodovia foi duplicada até a entrada de Aquiraz, servindo às exigências da modernização do estado para atender o intenso fluxo de veículos que se deslocam para as praias, em busca de turismo e lazer (figura 16); a CE-025 que liga Prainha - Porto das Dunas – Fortaleza é, sobretudo, uma rota do turismo (figura 17); a CE-453 liga a Praia do Iguape a CE-040 e uma federal: a BR-116 que passa pelo distrito de Justiniano de Serpa, ligando Aquiraz a Fortaleza e ao sul do país.



Figura 17: Rodovia Estadual, CE – 025, que liga Fortaleza ao Porto das Dunas, em Aquiraz –CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2013.

De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU do município, Aquiraz integra a região Metropolitana de Fortaleza – RMF, como pode ser observado na figura 18, além de Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama e São Gonçalo do Amarante (figura 18). Esta região foi instituída pelo Governo do Estado para fins de planejamento de sua ação administrativa, visando à espacialização das intervenções setoriais. A RMF foi instituída pela Lei Complementar Nº 14/73 que inicialmente, era composta dos municípios de Fortaleza, Aquiraz, Caucaia, Maranguape e Pacatuba.



Figura 18: Mapa Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Brasil.

Fonte: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/>. Acesso em 07 de maio de 2014.

A população da sede do município, segundo IBGE 2010, representa 92,37% do total enquanto que 7,63% encontram-se divididas pelos demais distritos de Aquiraz que são:

- Camará, criado em 1988, tem como nome uma palavra de origem indígena, que se refere a uma espécie vegetal espinhenta e de pequeno porte, abundante no município.
- Caponga da Bernarda (1988), a origem do nome deste distrito quer dizer: Caponga – Palavra indígena que significa “pequeno lago ou lagoa de água doce que se forma nas areias do litoral”. Bernarda – antiga proprietária de terras local.
- Jacaúna foi criado em 1893 com o nome de Iguape. Em 1931, foi transferido para o município de Cascavel. Em 1933, voltou a fazer parte de Aquiraz com a designação de Jacaúna. O nome Jacaúna pertencia a um cacique indígena que habitava a região da Praia do Iguape. A história conta que Jacaúna liderou o grupo responsável pela expulsão dos holandeses em 1654.
- Justiniano de Serpa, criado em 1933, o distrito homenageia o importante abolicionista nascido em Aquiraz, em 1852, que teve grande destaque no Ceará. Foi presidente da Sociedade Libertadora Aquirazense, Deputado Federal e promoveu importantes reformas na área da educação no Estado.
- Patacas (1988) – Existem duas explicações para a origem de seu nome. Uma refere-se a um tipo de peixe da região. A outra explicação reside no fato de dois trabalhadores terem encontrado, no meio de covas, duas patacas (moedas).
- Tapera foi fundada em 1988 e também é um termo indígena. Significa “casa velha ou aldeia abandonada”. Dizem que alguns habitantes ao chegarem, encontraram casas abandonadas, e por isso deu este nome à localidade.
- João de Castro (1995) – A denominação deste distrito é uma homenagem a um cidadão nascido na região. A sede deste distrito chama-se Tapuio, nome dado pelos índios aos inimigos e significa “índio bravio” ou “mestiço de índio de cabelos lisos e pretos”.

A figura 19 abaixo mostra a localização dos 7 distritos, mais a Sede, e a divisão política e administrativa. Apesar da boa distribuição entre os distritos, a maioria da população reside em áreas urbanas o que justifica o fato do município sofrer influência da cidade de Fortaleza, que já é completamente urbana como mostra o quadro 2 abaixo.



Figura 19: Mapa de Aquiraz: divisão político administrativa.

Fonte: Prefeitura Municipal de Aquiraz, 2014.

Discriminação	População Residente					
	1991		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Urbana	40.772	88,05	54.682	90,43	67.083	92,37
Rural	5.535	11,95	5.787	9,57	5.545	7,63
Homens	23.891	51,59	31.256	51,69	37.130	51,12
Mulheres	22.414	48,41	29.213	48,31	35.498	48,88
Total	46.305	100,0	60.469	100,0	72.628	100,00

Quadro 2: Demografia: população residente de Aquiraz 1991/2000/2010

Fonte: Perfil Municipal 2012 – Aquiraz; IPECE/IBGE, 2012.

O município de Aquiraz passou por diversas mudanças, tanto na formação do seu território como em sua formação política e administrativa. O quadro 3 mostra essa evolução ao longo dos anos. A lista de ocorrência que faz a história de Aquiraz é um demonstrativo, como as práticas de jogos políticos na administração pública estavam longe de atender ao bem comum e se reproduzem nos dias atuais.

DESCRIÇÃO	ANO	INSTRUMENTO LEGAL
Criação da Vila da Capitania do Ceará. Aquiraz é a primeira localidade cearense a ser erigida Vila.	1699	Carta Ordem Régia
Sede foi instalada no núcleo Fortaleza.	1700	Ordem do Governador de Pernambuco
A vila recebe o nome de São José de Ribamar do Aquiraz.	1710	Carta Ordem Régia
Instalação definitiva da sede da vila em Aquiraz.	1713	Carta Ordem Régia

Chegada dos Jesuítas e início da construção do hospício.	1726	Carta Ordem Régia
O município é elevado à categoria de cidade.	1915	Lei Estadual nº 1.258
O município de Aquiraz é suprido e incorporado ao município de Cascavel.	1931	Dec. Estadual nº 193
Aquiraz recobra o predicativo de vila.	1933	Dec. Estadual nº 1.156
Aquiraz é elevada à categoria de cidade e seu território compreende os distritos de Aquiraz, Eusébio, Iguape e Serpa.	1938	Dec. Estadual nº 448
Iguape e Serpa recebem nova denominação de Jacaúna e Justiniano de Serpa respectivamente.	1951	Lei Municipal nº 1.153
O distrito de Eusébio é emancipado de Aquiraz.	1987	Lei Municipal nº 11.333
É criado o distrito de Câmara.	1988	Lei Municipal nº 11.479
É criado o distrito de Caponga da Bernarda.	1988	Lei Municipal nº 11.474
É criado o distrito de Patacas.	1988	Lei Municipal nº 11.470
É criado o distrito de Tapera.	1988	Lei Municipal nº 11.474
É criado o distrito de João de Castro.	1988	Lei Municipal nº 066

Quadro 3: Evolução política administrativa de Aquiraz.

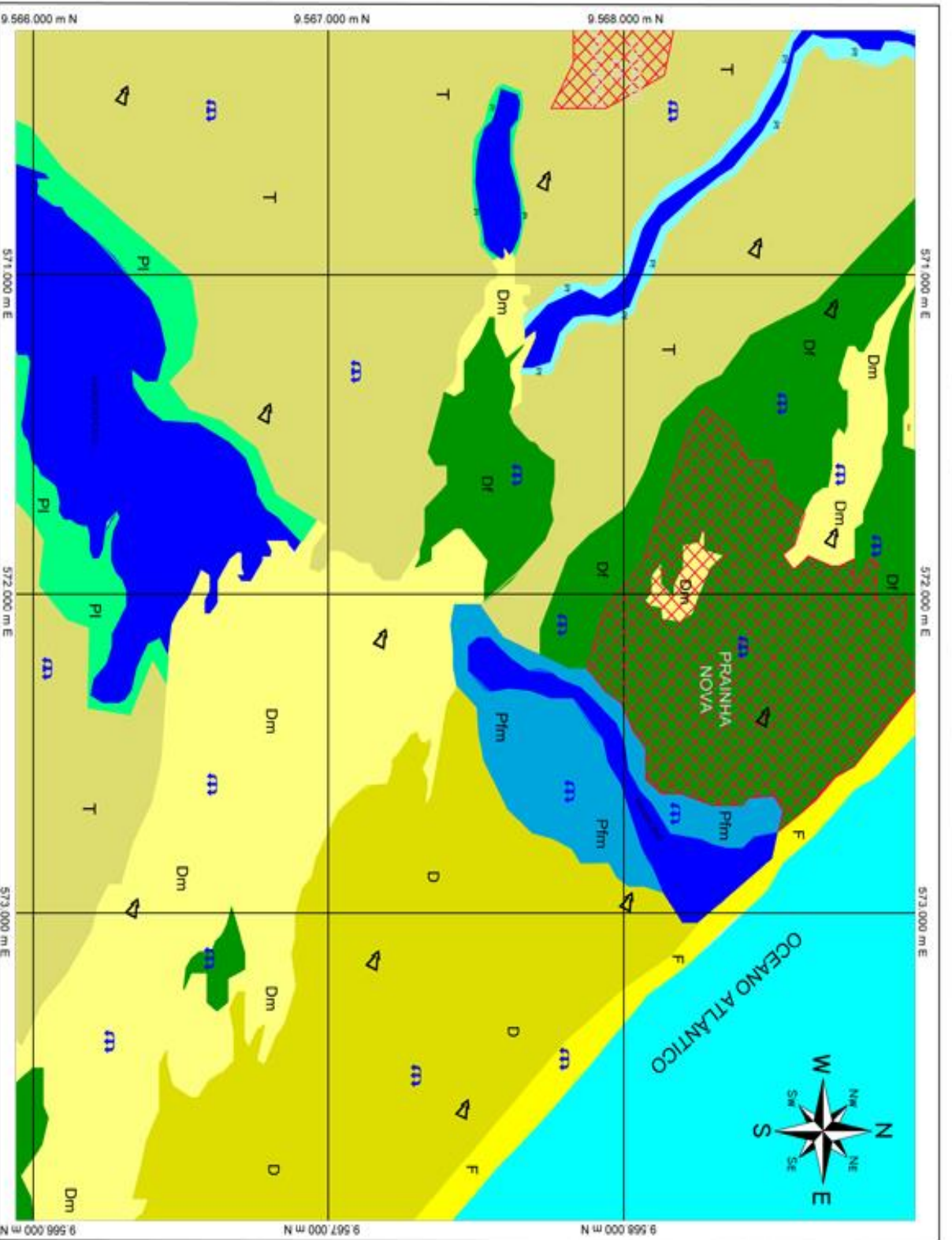
Fonte: IBGE - Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959. IPLANCE - Anuário Estatístico do Ceará, 2001. PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aquiraz, 2000.

4.2 A dinâmica litorânea de Aquiraz

Os ecossistemas do litoral cearense demonstram uma vulnerabilidade que se agrava ao longo dos anos, em decorrência do uso indevido do solo e da inadequada exploração dos recursos naturais pela ação antrópica, na busca de novos espaços de lazer, recreação, turismo e moradia.

O litoral cearense apresenta-se como um ambiente dinâmico de extrema fragilidade que vem se agravando com os processos antrópicos que provocam a quebra do equilíbrio ambiental nos componentes geoambientais distribuídos ao longo de sua extensão.

As unidades geoambientais da paisagem, representadas na figura 20, são compostas por: mar litorâneo, praia, pós-praia, lagoas costeiras, campos de dunas móveis e fixas e a planície flúvio-marinha. As águas apresentam temperaturas médias de aproximadamente 28°C e salinidade em torno de 35‰. As áreas de praia e pós-praia apresentam uma faixa de delimitação variada, dependendo das condições de cada lugar (NASCIMENTO, 2007).



CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA

GEOSSISTEMA		GEOCLASSES		UNIDADE AMBIENTAL		SIMBOLOGIA	
GLACIS DE ACUMULAÇÃO	PLANÍCIE LITORÂNEA	FAIXA DE PRAIA	F	GLACIS DE ACUMULAÇÃO	PLANÍCIE FLUVIO-MARINHA COM MANOLEZAIS	Pf	Pfm
		PLANÍCIE DE DEFLUAÇÃO	D			Pf	Pf
		DUNAS MÓVEIS	Dm			Pi	Pi
		DUNAS FIXAS	Df			T	T

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UCE
 Pós-Graduação em Planejamento e Gestão - PPGPG
 Centro de Ciências e Tecnologia - CCT
 Centro de Estudos Sociais Aplicadas - CESA
 Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos - MPONT

MAPA DE CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA

TÍTULO

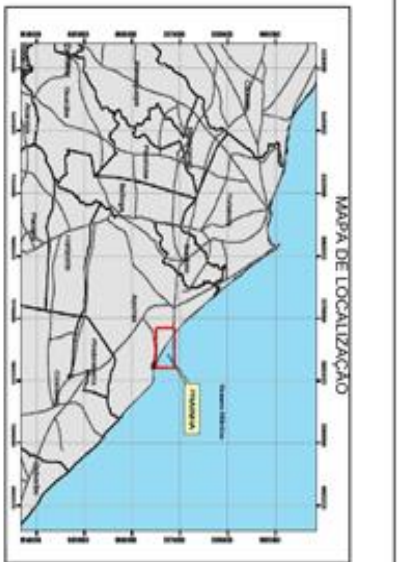
TURISMO NA ZONA COSTEIRA DE AQUARACÉ: UM OLHAR SOBRE OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA PRAIA NOVA

ESCALA GRÁFICA

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Meridiano Central: 39° W - Datum Horizontal: SIRGAS2000 - Zona: 24M
 Origem da Distorsão: 10110000 m - Equador e Meridiano 39° W - G
 Acurácia as constantes: 10 000 km e 500 km, respectivamente.

Autores: ALINE ROCHA PITOMBEIRA
 Orientador: FÁBIO REIS DA SILVA
 Geoprocessamento: DANI RODRIGUES PABELO

- LEGENDA**
- CONVENÇÕES CARTOGRAFICAS
- ZONA URBANIZADA
 - oceano
 - LAGOAS
 - RIO
- CONDICIONANTES AMBIENTAIS
- condição meteorológica local
 - ventos (flúvio eólico)
 - MEIO FUNDOSMARINO
 - ALTA PERMEABILIDADE



FONTE

- IMAGENS GOOGLE EARTH DA DATA 06/07/2013.
 - METODOLOGIA BERTRAND (1972) e SOUZA (2000).

Direção Magnética

Fonte: Coordenadas UTM
 Latitude = 37°07' S
 Longitude = 98°27' W
 Datum = WGS84
 Zona = 24M
 Origem da Distorsão = 10 110 000 m
 Equador e Meridiano = 39° W - G
 Data: 10/06/2013 - Assessor: CBT
 Observatório Nacional - INCT

A identificação e delimitação de unidades geoambientais são resultados da análise entre condições específicas de um dado ambiente. Essas condições, comuns num espaço, possibilitam a existência de relações mútuas, que se estabelecem entre parcelas que constituem o potencial ecológico e a exploração biológica do geoambiente.

Rodrigues (2004) considera unidades geoambientais/unidades de paisagem como feições paisagísticas homogêneas, que ocupam determinada área da superfície terrestre e revelam um conjunto de características físicas e bióticas próprias. Cada uma se diferencia de uma a outra unidade geoambiental vizinha, mantendo entre si interconexões mediante a troca de matéria e energia.

Cada unidade geoambiental apresenta características ambientais singulares e usos específicos que permitem sua individualização enquanto sistemas ambientais.

Campos *et al* (2003) analisa as características dominantes e suas potencialidades e limitações por meio da dinâmica, vulnerabilidade e fragilidade desses sistemas.

Ainda segundo o autor:

As potencialidades são tratadas como atividades ou condições possíveis de praticar em cada unidade geoambiental, respeitando-se os limites impostos pelas fragilidades do meio avaliando-se as condições de sustentabilidade de cada atividade. Já as limitações podem ser apontadas pela legislação ambiental que rege as restrições de uso, identificadas com base na vulnerabilidade e nas deficiências do potencial produtivo e do estado de conservação da natureza, em função dos impactos produzidos pela ocupação da terra. (CAMPOS, 2003, p.30).

A seguir, serão descritas cada uma dessas unidades geoambientais:

Na figura 21, tem-se a faixa de praia que, para Campos (2003), designa-se como área plana ou de declive suave em relação ao mar, resultante de acumulação marinha. Já para Muehe (1995), as praias são depósitos de sedimentos quaternários, comumente arenosos, acumulados por ação de ondas que apresentam mobilidade, ajustam-se às condições de marés e ondas. Tendo uma importante função de proteção do litoral.



Figura 21: Faixa de praia litoral na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

Silva (1993) define praia ou estirâncio como a faixa litorânea composta por sedimentos arenosos ou rochosos, coberta e descoberta pela ação das marés, que ocupam desde a linha de baixa-mar até áreas onde ocorre alteração na morfologia ou se inicie a vegetação permanente. Sendo que a área de pós-praia é aquela logo após a faixa de praia, com relevo suave e intercalado por áreas de depressão, onde as ondas só alcançam durante tempestades fortes.

As praias são ambientes considerados frágeis e instáveis, principalmente devido à alta vulnerabilidade à erosão, uma vez que são parcialmente cobertos pelas marés, sendo sujeitos aos processos litorâneos. Dessa maneira, o uso da faixa de praia é limitado quanto à ocupação, uma vez constatado que o processo do transporte de sedimento é sempre ativo.

Para Meireles (2011), a ocupação inadequada compromete o processo dinâmico, marinho e eólico, importante para a manutenção da linha da costa, ocasionando erosão e recuo da faixa de praia. Por isso, as principais potencialidades de uso da faixa praial são a de conservação, recreação e turismo controlado, pelo fato de essas atividades não serem riscos potenciais para a dinâmica costeira.

Também chamada de praia dorsal ou posterior, é o local onde se depositam por vezes os sedimentos em virtude das marés. “Essas duas unidades estendem-se longitudinalmente por, aproximadamente, 10 km. Apresentam configuração retilínea no sentido SE-NO, com largura média de 60m e altitude abaixo de 10m” (NASCIMENTO, 2007.p.62).

A Pós-praia se desenvolve a partir de uma faixa de terras com poucos contornos e altura próxima de 2m, abrigada da influência das marés, em face de uma superfície frontal, geralmente em forma de barranca. Para o interior, até a base do campo de dunas, os aclives em geral não são pronunciados, apesar de verificar-se no Porto das Dunas uma topografia mais acidentada que na Prainha.

Planícies flúvio-marinhas – determinadas pela área de contato entre o rio Catú e a maré alta, integrando ambientes de forte dinâmica e de água e solos salinos que propiciam o desenvolvimento de vegetações características de manguezais e matas ciliares, minimizando o avanço das dunas sobre os cursos d’ água, contribuindo para a manutenção da linha de costa (figura 22).



Figura 22: Planície flúvio-marinha riacho Maceió na Prainha, Aquiraz-CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

Em relação aos ambientes lacustres, ressalta-se que podem ser de dois tipos: formado pelas lagoas temporárias ou intermitentes e/ou pelas lagoas perenes, onde as primeiras têm um regime irregular, pois são dependentes das chuvas. “Geralmente, localizam-se no pós-praia, no reverso das dunas e no tabuleiro, sendo que, no caso da região de Aquiraz, estão entre os campos de dunas e a zona de praia, ou seja, na faixa longitudinal paralela aos manguezais e na área de tabuleiro”. (NASCIMENTO, 2007.p.65).

As lagoas, em número significativo, têm relevada importância no uso recreativo e para o abastecimento d’água da região. Em seus entornos desenvolvem-se várias atividades econômicas, como agriculturas, exploração mineral e o turismo.

Segundo Prata (1983), *apud* NUGA (1983), o padrão de drenagem dos rios e riachos da região está representado de forma dendrítica e em paralelos com a frequência de meandros, em virtude do pequeno gradiente desses veios fluviais.

Aquiraz, no contexto ambiental de paisagens exclusivas, apresenta um grande potencial paisagístico, entre os cenários naturais destacam-se o Rio Pacoti, Rio Catú e o Riacho Maceió. Os riachos representam grande importância para o município. O mais importante deles é o Catú.

Aquasis (2003) define estuário como sendo um braço de mar, que se estende dentro do vale de um rio, ate onde alcança o limite superior da maré, ou seja, são trechos do rio sujeitos às variações das correntes de marés, constituídos pelas planícies flúvio-marinhas, onde geralmente encontram-se os manguezais, como por exemplo, do Iguape, Barro Preto, Prainha e do Marisco entre outros encontrados em Aquiraz.

Ao longo da faixa litorânea encontram-se as dunas, estas se distribuem irregularmente de acordo com a direção dos ventos, formando cordões contínuos aproximadamente paralelos à linha de costa e se assentam sobre os sedimentos da Formação Barreiras.

As dunas desta região são formadas por sedimentos arenoquartzosos do Holoceno, transportados inicialmente pela ação fluvial até o oceano e pelos efeitos das correntes da deriva litorânea depositadas na praia e deslocadas pelo vento para

a pós-praia. Nesta região, encontram-se dispostas paralelamente à linha de praia, apresentando um relevo ondulado e prolongando-se sobre a zona de tabuleiro no sentido NO. (NASCIMENTO, 2007).

Maia (1998), em estudos realizados na zona costeira da Região Metropolitana de Fortaleza, destaca os depósitos eólicos em quatro gerações:

- as dunas mais antigas estariam associadas ao nível do mar do Pleistoceno (paleodunas);
- a segunda geração seria anterior ao máximo de transgressão holocênica (parabólicas);
- as dunas eolianitas, compostas por sedimentos ricos em bioclastos;
- as gerações migrantes atual, relacionadas às mudanças do nível do mar de menos de 2000 anos;

As dunas móveis são formadas na costa cearense por serem ambientes subordinados aos processos de acumulação eólica de areia de origem marinha (plataforma continental).



Figura 23: Dunas móveis na Prainha em Aquiraz –CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2013.

Conforme Meireles (2011):

Essas formações são desprovidas de solos e de cobertura vegetal, uma vez que são móveis. Possuem boas condições de aquífero mantendo uma reserva de água doce de grande relevância para a manutenção dos ambientes associados como fauna, flora e a população que mora na região. (p.67).

A figura 23 representada pelas dunas móveis presentes no litoral da Prainha exercem importante função como reservatórios de sedimentos para a manutenção de um aporte regulador de areia. Sua morfodinâmica é essencialmente motivada pela ação dos processos eólicos e vegetacionais.

As dunas semi-fixas possuem uma cobertura vegetal espaça localizada geralmente no topo da duna, composta de ervas e pequenos arbustos, como podem ser visualizados na figura 24.



Figura 24: Dunas semi-fixas na Prainha em Aquiraz – CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2013.

As dunas fixas representada na figura 25 possuem uma vegetação fixadora dos corpos dunares, sendo este elemento fundamental de distinção do grau de

mobilidade dessa feição morfológica. Possui um elevado atrativo paisagístico e são de grande potencialidade para atividades ecoturísticas, desde que, sejam realizados estudos ambientais.



Figura 25: Duna fixa na Prainha em Aquiraz – CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2013.

4.3 A ocupação econômica do litoral de Aquiraz e o Turismo

As cidades litorâneas cearenses foram formadas e ocupadas no sentido sertão em direção ao litoral com o intuito de escoar a produção de mercadorias para o exterior. A ocupação no Ceará se dá primeiramente no período colonial. Na zona litorânea, os agrupamentos seguiam a lógica das estratégias de defesa do litoral com a formação de comunidades, que eram lugares de refúgios de nativos resistentes ao processo de ocupação da pecuária no sertão, nas margens dos rios, e da cana de açúcar, nas regiões serranas.

Logo depois, se deu a implantação de pontos de apoio e comércio que constituíram o desenvolvimento das atividades produtivas, como a pesca, pecuária e

o algodão. No século XX e XXI, esta formação se dá com a implantação de atividades econômicas capitalistas nas cidades do circuito produtivo nacional e mundial, fazendo parte deste período, o comércio, o agronegócio e o turismo.

O desenvolvimento das atividades produtivas no litoral, em 1980, está diretamente relacionado com as atividades de turismo e lazer delineadas pelo capital. Lima (2002, p. 60) destaca a disposição das atividades produtivas no território resgatando alguns antecedentes da ocupação turística no Ceará citando-os em quatro fases:

A primeira, observada até fins da década de 60 do século XX, relativa ao uso e à ocupação da zona costeira por comunidades tradicionais, cidade portuária (Fortaleza) e cidades costeiras (Camocim, Aracati e Paracuru). A segunda, a partir do início da década de 1970, inicia-se com o processo de construção dos “paraísos cearenses” (com a “descoberta” da praia de Canoa Quebrada) e surgem os “viajantes” em diferentes localidades praianas; o veranismo chegou aos municípios costeiros vizinhos a Fortaleza (Icaraí e Cumbuco em Caucaia e Prainha em Aquiraz). A terceira, até meados da década de 1980, surgiu com os grileiros e especuladores imobiliários nas praias, casas de nativos, que foram e ainda são compradas e, em seguida, transformadas em segundas-residências. O veranismo alcançou municípios cearenses distantes da capital. A quarta, final da década de 1980 e início da década de 1990, remetem ao processo de urbanização turística e “incorporação produtiva” do litoral cearense à economia nacional e internacional.

As atividades econômicas mais significativas, no século XX, no município de Aquiraz eram a agricultura e a pecuária que definiam a dinâmica de ocupação do solo, Castro (1973). De acordo com Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano: “o Ceará se desenvolvia nos sertões distantes, nas bacias do Jaguaribe e do Acaraú, vias de povoamento em cujas ribeiras prosperavam as fazendas de criação”. Contudo, a presença do Mercado da Carne é o indício de que a atividade pecuária ocorria ao mesmo tempo com a agricultura.

As casas de farinha, os engenhos de rapadura também são de grande importância para a cultura canavieira e beneficiamento da mandioca na região, pois são atividades que ainda representam grande importância para o município, a exemplo das indústrias de cachaça lá instaladas.

Fortaleza passou a ser abastecida na década de 1960, por Aquiraz, visto que a mesma está inserida no raio de influência da capital, especialmente no fornecimento de ovos, caju, rapadura, farinha de mandioca, telha e tijolos de barro. Ainda hoje, o vínculo comercial entre Fortaleza e Aquiraz é forte, especialmente no setor terciário. Fortaleza escoar a produção agrícola e artigos industrializados para Aquiraz e importa deste município produtos manufaturados.

O comércio em Aquiraz caracteriza-se como pequenos estabelecimentos comerciais que atendem à população das localidades, e ocorre semanalmente feira livre na sede de Aquiraz (figura 26), em que são comercializados produtos hortifrutíferas, cereais, aves e gado de pequeno porte. Apesar da precariedade das condições de trabalho sofridas pelos feirantes e pelos frequentadores da feira, pela falta de infraestrutura no local, este comércio é bastante expressivo, pois movimenta a cidade impactando em outros segmentos de mercado.



Figura 26: Feira livre sede de Aquiraz–CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2013.

Conforme o PDDU, o setor secundário do município é composto por indústrias dos segmentos de extrativismo, construção civil e transformação. Dentre as pequenas e médias indústrias, destacam-se as de massas, refrigerantes, cerâmica, lajes e pisos, óleo de oiticica, filtros e isolantes, acústicos, confecção, baterias industriais, produtos elétricos, esquadrias, vassouras, marmoraria.

A exploração de areia e argila destaca-se na extração mineral, essencialmente utilizada na fabricação de telhas e tijolos. No extrativismo vegetal, tem-se a madeira extraída para a construção de cercas e fabricação de carvão e, por fim, a extração da cera de carnaúba.

É comum afirmar que o turismo exerce efeito dinamizador sobre a economia, especialmente sobre o setor de serviços. Este efeito tem curso de forma bastante clara e expressiva através de um aumento da movimentação nos setores de alojamentos, de alimentação, de transporte e do consumo geral. De modo geral, pode-se dizer que a atividade turística tem sido evocada por muitos como uma atividade que leva ao desenvolvimento local e gera um aumento no crescimento do emprego e da renda.

Com o crescimento da atividade turística, especialmente no litoral de Aquiraz, a atividade pesqueira não tem sido expressiva, muitos pescadores abandonaram a pesca para trabalhar em outros setores. Mesmo sendo a pesca a principal atividade econômica do litoral da Prainha, o turismo passa a ter um papel essencial na comunidade, tanto econômico como complemento para renda familiar e social, pois garante a ocupação para homens e mulheres.

O artesanato local das rendeiras tem se sustentado pelo desenvolvimento do turismo. Esta arte é feita principalmente pela população feminina e tem sido, há alguns anos, alternativa de renda para estas mulheres. O ciclo de trabalho das artesãs se processa da seguinte forma: produzem as mercadorias na baixa estação e vendem em maior quantidade na alta estação. Entre os produtos comercializados estão à renda de bilros, bordados, labirintos e o crochê.

A Escola Estadual de Educação Profissional Alda Façanha na figura 27 está localizada na cidade de Aquiraz, inaugurada em 28 de maio de 2012, proporciona ao aluno o ensino médio integrado com o profissional ao mesmo tempo em que prepara o jovem para o mercado de trabalho. A escola conta com 4 (quatro) cursos ofertados: Edificações, Eletrônica, Rede de Computadores e Hospedagem definidos a partir da vocação econômica da região. A escola tem capacidade para atender até 540 estudantes em tempo integral.



Figura 27: EEEP - Escola Estadual de Educação Profissional na sede de Aquiraz-CE, Brasil.

Fonte: <http://www.ceara.gov.br/>. Acesso em 14 de maio de 2014.

A estrutura é composta por 12 salas de aulas, auditório para 201 lugares, biblioteca, laboratórios tecnológicos, de Línguas, Física, Química, Matemática, Biologia e Informática, conta ainda com um ginásio poliesportivo e um teatro de arena.

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional é desenvolvido durante três anos. No último ano do curso, a escola propicia o acesso ao estágio curricular obrigatório e remunerado. Nesse momento, o estudante vai aprimorar seus conhecimentos e estabelecer a união entre teoria e prática.

A qualificação profissional tem sido um fator primordial que busca novos caminhos de desenvolvimento com parâmetros de referência ao desenvolvimento humano, promove gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações.

De acordo com a metodologia da Organização Mundial do Turismo – OMT (2009), dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2009), e o mercado formal de trabalho nas Atividades Características do Turismo – ACTs, no Brasil, passou de 1, 71 milhões de pessoas empregadas em 2002, para 2,27 milhões de pessoas empregadas em 2008, este número correspondeu a 5,76% do total de empregos formais acumulados no país.

Os indicadores turísticos produzidos por órgãos oficiais como o IBGE (2012) destacam que, no ano de 2009, as ACTs contavam com 5,9 milhões de postos de trabalho, representando um aumento de 1,3% em relação a 2008. As atividades que mais contrataram foram serviços de alimentação, alojamento e atividades recreativas, culturais e desportivas, com aumentos de 120,1 mil, 10,2 mil e 8,0 mil postos de trabalho, respectivamente em 2009.

Os indicadores ainda mostram a evolução total dos rendimentos, em 2009. As atividades características do turismo pagaram R\$ 48,8 bilhões em salários e como também outros rendimentos relacionados com o trabalho, o que caracteriza um aumento nominal de 16,7% em relação a 2008. A soma das remunerações dessas atividades representava 4,8% do total do setor de serviços e 3,5% do total da economia (IBGE, 2012).

Esse aumento do número de postos de trabalho e da renda gerada pela atividade turística é reflexo da importância dada ao turismo como vetor de desenvolvimento no contexto local, regional, nacional e internacional. Contudo, esta realidade é discutida por estudiosos da área, que questionam discursos e práticas políticas, haja vista que o turismo ocorre em lugares selecionados pelo capital, gerando incertezas e desconfianças quanto aos benefícios da atividade turística como, por exemplo: que tipo de emprego o turismo gera? O turismo atrai investimentos e gastos para quem? O turismo induz ao crescimento do nível de vida para todos?

5. ZONA COSTEIRA DA PRAINHA E SUA OCUPAÇÃO TERRITORIAL

A zona costeira, no Brasil, é constituída de privilégios para o exercício de diferentes estratégias de gestão ambiental, considerada uma região de contrastes. Já que, de um lado encontram-se áreas onde coincide intensa urbanização, como atividades portuárias, industriais e exploração turística. Por outro lado, têm-se regiões costeiras praticamente desertas ou com pequenas comunidades pesqueiras.

A zona costeira brasileira, segundo o Ministério do Meio Ambiente – MMA, alcança uma faixa de 8.698 km de extensão. Contempla um conjunto de ecossistemas contíguos sobre uma área de aproximadamente 324 mil Km². Compreende uma parte terrestre, comparada a um conjunto de municípios selecionados segundo critérios específicos e uma área marinha que corresponde ao mar territorial brasileiro. (MMA, 2014).

Para um melhor entendimento da área em questão, se faz necessário primeiro definir zona costeira que, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), é uma:

Área definida pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, que inclui nesta categoria os municípios defrontantes com o mar, assim considerados em listagem desta classe estabelecida pelo IBGE; os municípios não defrontantes com o mar que se localizem nas regiões metropolitanas litorâneas; os municípios contíguos às grandes cidades e às capitais estaduais litorâneas, que apresentem processo de conurbação; os municípios próximos ao litoral, até 50 km da linha de costa, que aloquem, em seu território, atividades ou infraestruturas de grande impacto ambiental sobre a zona costeira, ou ecossistemas costeiros de alta relevância; os municípios estuarinos-lagunares, mesmo que não diretamente defrontantes com o mar, dada a relevância destes ambientes para a dinâmica marítimo-litorânea; e os municípios que, mesmo não defrontantes com o mar, tenham todos os seus limites estabelecidos com os municípios referidos nas alíneas anteriores.

Já Vasconcelos (2005, p.25) define zona costeira como:

Lugar de encontro de três sistemas ambientais diferentes, hidrosfera, litosfera e atmosfera. Essa confluência intersistêmica gera um ambiente de dinâmica complexa, sem domínio preponderante entre as fases terrestres, aquática ou aérea.

De acordo com a Lei Nº 13.796 de 30 de junho de 2006, que instituiu o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Estado do Ceará, entende-se zona costeira como:

O espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima que se estende por doze milhas náuticas, medido a partir das linhas de base, compreendendo, dessa forma, a totalidade do mar territorial, e uma faixa terrestre, compreendida pelos limites dos municípios que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes na zona costeira, defrontantes e não-defrontantes com o mar, caracterizados nos termos da legislação federal.

Para Moraes (1999, p.27), zona costeira é um tema que desencadeia polêmicas internacionais. “Quando a perspectiva se afasta do formalismo das definições abstratas, como: zona de interação dos meios terrestres, marinhos e atmosféricos. Observa-se que a questão não permite uma única resposta, já que, tal tema permite uma diversidade de situações que deveriam ser contempladas numa boa definição”.

Moraes (1999) desataca ainda que a zona costeira pode também ser compreendida como um espaço de transição entre o interior e o litoral com paisagens diversificadas apresentando ambientes distintos de relevância ecológica, entre os quais se podem citar: campos de dunas, falésias, mangues, praias, recifes de corais, tornando estes ambientes únicos, atrativos para as atividades de lazer e turismo.

Estas paisagens diversificadas levaram a valorização da zona costeira no Ceará, nos últimos vinte anos, resultado das mudanças econômicas voltadas para o litoral como mercadoria turística, norteando a construção de uma relação entre o homem e o semiárido litorâneo, influenciando as formas de ocupação do litoral em função da adoção de estratégias de organização dos espaços litorâneos.

É importante destacar que a zona costeira cearense desempenha funções relacionadas com a criação de postos de trabalho, crescimento econômico e qualidade de vida. A geração de energia através das ondas e dos ventos, como: parque eólico; atividades pesqueiras diversificadas; atividades turísticas e de lazer são alguns exemplos dessas funções.

A gestão deste território tem sido uma tarefa não muito fácil, não sendo realizada como de fato deveria ser, pois a legislação e as políticas têm sido setoriais e não coordenadas. A gestão sustentável das zonas costeiras tem sido prejudicada frequentemente pelos interesses em longo prazo de planejamentos inadequados e isolados.

Isso se dá pela existência de uma burocracia rígida que contribui para restringir a criatividade e a capacidade de adaptação a nível local, como a ausência de recursos suficientes e de suporte administrativo em estâncias superiores que proporcione tais iniciativas locais de gestão sustentável do litoral.

No entanto, a questão da gestão do litoral tem sido apontada pela ausência de visão político-administrativa e conhecimento técnico limitado dos processos costeiros. A coleta de dados das pesquisas e a investigação científica realizadas no país têm sido limitadas e desarticuladas dos principais interessados e beneficiados dos resultados finais encontrados. Sendo assim, as zonas costeiras são áreas complexas que requerem reflexões e discussões mais aprofundadas.

O conceito de sustentabilidade e de gestão integrada são temas discutidos pela Agenda 21 e pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, esses documentos dispõem ainda sobre o meio ambiente e a qualidade de vida das populações que trazem muito do desenvolvimento excludente e impositivo que sempre teve.

Os capítulos 5, 8 e 10 dessa Agenda discutem sobre a necessidade de integração social, econômica, política, ambiental e cultural nos programas que visam o desenvolvimento sustentável e ressaltam a necessidade da participação popular no gerenciamento do lugar. Muito embora, o que se observa é a imposição de projetos destinados às pequenas comunidades de pescadores, removendo em

alguns casos, comunidades inteiras para a introdução de um desenvolvimento em que a população não foi consultada a seu respeito.

Para a UNESCO (2001), as tentativas de gerir de forma sustentável as zonas costeiras só serão bem-sucedidas se tiverem em conta a totalidade dos muitos sistemas com influência significativa na dinâmica das zonas costeiras e o respeito às culturas e às tradições das comunidades envolvidas. A Gestão Integrada da Zona Costeira – GIZC aparece como um instrumento privilegiado de desenvolvimento sustentável, reconhecendo os problemas e o bom estado ecológico dos recursos, além dos fatores ambientais, econômicos e sociais a estes relacionados.

Na zona costeira da Prainha, o processo de ocupação se dá com o crescimento urbano de Fortaleza e a saturação ocupacional da orla marítima. Com o litoral densamente ocupado, a elite fortalezense, numa tentativa de se distanciar das classes menos favorecidas, vai à busca de outras praias que não tenham violência e nem poluição.

Este fato contribuiu para que áreas litorâneas adjacentes se tornassem alvo do interesse especulativo e da infraestrutura montada para atender à atividade turística. Nesse contexto, a Prainha destaca-se como área receptora dessa classe social.

O município de Aquiraz, até 1960, tinha um contingente demográfico pequeno e suas praias eram praticamente isoladas. Na Prainha, por exemplo, existiam apenas colônias de pescadores, com poucas casas de madeiras, cobertas com palhas. A comunidade sobrevivia da pesca artesanal, de uma pequena agricultura de subsistência e do extrativismo extensivo.

O processo de valorização do espaço litorâneo, em Aquiraz, tem início na década de 1970, quando os fortalezenses disseminam a prática do veraneio, encontrando um ambiente propício à construção de segundas residências, primeiramente na Prainha.

No final da década de 1970, a Prainha vivencia um momento de proliferação do veraneio que se intensifica com a instalação de vários empreendimentos imobiliários. Como consequência deste evento, tem-se a supervalorização do

espaço costeiro e inserção da área numa dinâmica socioespacial diferenciada, baseada no parcelamento do solo.

No início do processo de ocupação do litoral, a Praia do Japão foi a primeira área ocupada pelos pescadores que, com movimentos progressivos dos campos de dunas, se deslocavam pouco a pouco para a Barra do Catu. Atualmente, verifica-se, neste local, um aglomerado residencial misto de algumas segundas residências de pequeno porte, e um aglomerado de casas de nativos e pequenos sítios. Este aglomerado é composto por luxuosas casas de veraneio, empreendimentos turísticos (hotéis e pousadas) e casas de moradores nativos. A área que se localiza próxima ao mar e a margem do rio Catu tem sofrido críticas de excursionistas, banhistas, barraqueiros e bugueiros que se dizem prejudicados pela dificuldade de acesso à praia, em razão das residências construídas.

Segundo relato de moradores local, pessoas de várias localidades, especialmente de Fortaleza, construíram casas na comunidade da Prainha, ao mesmo tempo em que lotes eram vendidos a veranistas de Fortaleza, marcando o início da década de 1980, pela complexidade do espaço litorâneo da Prainha.

A Prainha Nova possui condomínios de veraneio e razoável estrutura hoteleira, localizados no topo das dunas onde se verifica a prática de um lazer privado e isolado. Diferentemente do Porto das Dunas, onde se busca a maior proximidade com o mar, os veranistas da Prainha buscaram instalar suas segundas residências o mais afastado possível da praia. A interiorização da Prainha explica-se pelo fato da área da Prainha Nova estar mais distante da área em que se localizam as residências dos pescadores, que ficam mais perto da praia.

Essa dinâmica possibilitou a gênese de nova configuração espacial onde se presencia formas urbanas (ruas, quadras e esquinas) até então não conhecidas pela comunidade de pescadores. A nova configuração da Prainha, na época, não causou repulsa por parte dos nativos. Mesmo não sendo totalmente beneficiada pela disponibilidade da infraestrutura local, a população aceitou as mudanças de bom grado.

De forma geral, na Prainha, coexistem veraneio e laços comunitários envolvendo os nativos. Esta é uma zona de ocupação mista onde as residências de

veranistas e moradores estão relativamente próximas, apesar do distanciamento na convivência social.

Na década de 1990, é fortalecido o processo de reestruturação desse litoral com o surgimento de outro fenômeno, o turismo, que começa a especializar-se, como resultado das políticas públicas e ações da iniciativa privada.

Neste contexto, o Estado do Ceará passou por um forte processo de reestruturação socioespacial e econômico, sendo o litoral inserido nesse processo por meio de políticas públicas voltadas, sobretudo, à promoção da atividade turística. Dessa nova lógica política e econômica, que caracterizou o denominado “Governo dos Empresários”, surgiram vários programas com o intuito de desenvolver a atividade turística no Ceará, como por exemplo, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral do Ceará – PRODETURIS, Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, Programa de Regionalização do Turismo, dentre outros. Ressalta-se que quase a totalidade dessas políticas concentrou suas atividades e recursos para o desenvolvimento do turismo na zona litorânea do Estado.

Assim, o turismo passou a ser um dos principais vetores da organização espacial da área litorânea de Aquiraz, pois a diversidade de praias constitui um forte potencial para o desenvolvimento do segmento turístico denominado “Sol e Praia”, de grande demanda.

5.1 A comunidade de pescadores e rendeiras da Prainha

A participação da atividade pesqueira na economia é uma das mais antigas e data de 1534, ainda no Brasil colônia, quando, ao ser reconhecida a importância econômica dessa atividade, impôs-se o dízimo do pescado.

O dízimo era uma taxa de 10% de tudo que era produzido na terra e no mar: de cada dez peixes, um era da Coroa Real, e de cada vinte, um era da Capitania Hereditária. Este imposto era recolhido pelos padres jesuítas e pagos à Coroa de

Portugal. Quem administrava a cobrança do dízimo eram as Câmaras das Vilas, que organizavam leilões para dar poderes aos arrendatários que faziam a cobrança do dízimo nas praias e podiam subarrendar para outros; esse permaneceu até 1919 quando, com a fundação das Colônias, foi substituído pelas mensalidades.

Os pesqueiros reais, por outro lado, surgidos desde 1600, fiscalizados por feitores ou por oficiais subalternos, eram regiões demarcadas pela Coroa, de grande produção pesqueira, tanto nos rios quanto no litoral, onde os índios eram obrigados a pescar para o sustento das tropas militares; dos padres Jesuítas, dos Bispos e dos funcionários da Junta da Fazenda Real. Estes, só deixaram de existir em 1827, em função da mortandade dos índios. Aos negros, ficava o trabalho na terra.

No entanto, um dos momentos históricos mais marcantes para o setor pesqueiro no Ceará foi a participação dos pescadores que faziam parte das organizações abolicionistas. Ao recusarem transportar os negros para os navios e fechar o porto do Ceará, os pescadores contribuíram para uma mudança histórica; a partir de então, a jangada torna-se símbolo da libertação dos escravos e o pescador Francisco José do Nascimento, conhecido como Chico da Matilde – Dragão do Mar recebe homenagens que, com certeza, reflete a bravura de toda a categoria profissional.

Com os anos e com as mudanças sociais e econômicas porque passa a sociedade brasileira, novas exigências surgem e, na expectativa de melhorar a atividade pesqueira, conseqüentemente, a qualidade de vida dos pescadores e suas comunidades. Daí a atividade da pesca vai se institucionalizando. São criadas a inspetoria de pesca, as colônias de pescadores e a Confederação Geral dos Pescadores do Brasil.

O ambiente litorâneo pode ser definido como a própria dinâmica da natureza e seus elementos: os oceanos, as praias, as dunas, os manguezais, entre outros. Para compreendê-lo, deve-se entender como o homem sofre ou interfere, em suas relações, com a natureza. Diferentes grupos humanos têm diferentes relações com a natureza. Assim a relação dos pescadores, por exemplo, ou dos pescadores artesanais é bem diferente do tipo de relação do empresário com o mar.

A forma como cada pessoa se apropria dos elementos da natureza vai depender de sua visão de mundo e das coisas que a cercam, isto é, da sua cultura. Essa relação, que se concretiza em nível econômico, político, social e cultural, define as condições da vida humana no planeta e as condições de preservação do próprio planeta, morada do homem, construídas historicamente.

Na comunidade da Prainha, a pesca artesanal é realizada em jangadas de piúba, uma madeira bem leve. Muitas jangadas são fabricadas pelos próprios pescadores. Estas possuem um compartimento abaixo da proa, onde se guarda o peixe pescado. Os pescadores não desfrutam de nenhum conforto e segurança, eles ficam de seis a sete dias em pleno alto mar e só retornam quando a pesca é considerada produtiva. Segundo Sr. Francisco, pescador da Prainha, “às vezes a pescaria não é boa, a gente retorna para casa com pouco ou nenhum peixe, vários colegas pescadores já sofreram acidente grave”.

Para Sr. Luís, pescador local, os problemas enfrentados são vários, desde a insegurança em alto mar, a saudade da família, e os problemas de legalização junto à Capitania de Portos da Marinha, que só registram barcos acima de 4,5 metros.

Aqui na Prainha parte dos barcos só tem 3,5 metros, os pescadores abandonam o pescado para trabalhar no turismo, eu mesmo estou ganhando a vida fazendo passeios de jangadas para os turistas aqui no riacho Maceió. (Sr. Luís, pescador da Prainha, 2014).

A figura 28 ilustra o que o pescador relata em depoimento dado para este trabalho. Atualmente, os jangadeiros viajam de 3 a 4 horas para chegar ao seu pesqueiro, às vezes distantes 50 a 60 milhas de costa, visto que o local onde pescavam não lhes garante mais a sobrevivência. E o pescado, às vezes, é vendido por qualquer preço, pois a produção hoje não é mais das melhores.

Outro fator destacado pelo pescador, em conversa informal em uma das visitas de campo, foi a poluição do riacho Maceió e do rio Catu, local de pesca e de sustento de muitos da comunidade. Ainda, segundo o pescador, muitas fossas de hotéis, pousadas, barracas de praia e residências são ligadas diretamente nestes

mananciais. Estas fossas contaminam a água, que tem sido um atrativo para o lazer e o turismo.



Figura 28: Pescador fazendo passeio de jangada com turistas no riacho Maceió em Aquiraz-CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

Um dos pescadores e também poeta mais popular da Prainha é o Sr. Paulo Horácio de Brito, conhecido como poeta Amor, sua memória sobre a comunidade é significativa e exemplifica a relação dos moradores com o tempo da Prainha no passado.

O povo aqui da Prainha só vive mais de pescar
Ele sai de madrugada não tem pra quem apelar
Alimenta sua família com os produtos do mar
Rendeira e pescador
Todos moram na Prainha
Uma pesca e outra faz renda
Com seu tecido de linha
O pescador sai de manhã
Só vem chegar de tardezinha.

O poeta-pescador declara, em sua poesia, relatos de como homens e mulheres da Prainha se mantinham, que era basicamente da pesca, renda e

agricultura, atividades que possuíam especificidades e ritmos próprios, complementares no sustento da família.

Os papéis desempenhados pelo homem e pela mulher no seio familiar eram bem específicos, essa especificidade era imposta pelas peculiaridades próprias do trabalho que cada um exercia. Os homens tinham como ofício enfrentar um mar cheio de incertezas e perigos, já as mulheres ficavam com as tarefas domésticas, o zelo com a casa, com a educação dos filhos e a arte da renda, que completava o orçamento familiar.

As atividades tradicionais da pesca e da renda desenvolvidas na comunidade da Prainha estão além dos conflitos existentes no universo feminino e masculino. Ao contrário desta disputa de gêneros, o companheirismo e a responsabilidade são compartilhados por homens e mulheres na organização da casa e com os filhos.

A Prainha foi por muito tempo uma comunidade de pescadores e rendeiras. No relato de antigos moradores que guardaram na memória o tempo em que a Prainha era um lugar calmo e pequeno, iluminada apenas pela lamparina e lampião, onde a chegada da energia elétrica aconteceu somente em 1968. De acordo com o depoimento de dona Helena, moradora e rendeira, o povoado da Prainha, naquela época, se resumia praticamente aos pescadores, e a sobrevivência estava intimamente ligada à natureza.

Esse lugar tranquilo para a rendeira, dona Francisca Oleni, se dava porque “não existia pessoas de fora”, dona Oleni se refere ao período anterior a 1968. Esse tempo representa, segundo a depoente, o tempo em que as famílias se reuniam em torno da mesa, do namoro respeitoso, da pesca artesanal e da vida calma de uma pequena comunidade onde todos se conheciam.

Para Sr. Antônio, comerciante local, a Prainha de antes diverge muito da atual. As diferenças relatadas são atribuídas à chegada dos turistas, responsáveis pelo crescimento e variação de atividades e pelas transformações de hábitos de um povo simples. Ele afirma ainda que muitas alterações na paisagem aconteceram em decorrência do fluxo e permanência destes turistas.

As diferenças relatadas atribuídas à chegada do turismo por Sr. Antônio abrem espaço para as lembranças anteriores a esta época, quando a antiga vizinhança, o trabalho, os laços familiares, as crenças e o lazer são relembrados pelos pescadores e rendeiras, desenhando, aos poucos, o ambiente da antiga Prainha.

A essas formas de lazer, acrescentam-se as rodas de conversas nas calçadas no fim da tarde, as brincadeiras de roda, ciranda, pega-pega e esconde-esconde que parecem não fazer mais parte do universo atual das crianças da Prainha. Essas brincadeiras, segundo dona Tereza moradora da localidade, aconteciam livremente e com segurança nos terreiros dos vizinhos.

Todos os domingos, era dia de assistir à missa em Aquiraz, relata dona Carmem, porque naquela época ainda não havia igreja na Prainha. Dona Carmem relembra que essa não é mais uma realidade, pois a igreja da Prainha, ilustrada na figura 29, foi construída com a ajuda das mulheres da comunidade.



Figura 29: Igreja Nossa Senhora dos Navegantes na Prainha em Aquiraz, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

A igreja que tem por nome Nossa Senhora dos Navegantes é também a Santa padroeira da Prainha, a festa em comemoração à padroeira é outra forma de

lazer que ocorre, anualmente, no dia 29 de novembro, com realização de novenas, apresentações de grupos folclóricos, capoeira, dança do coco e apresentação do coral da Prainha. A procissão sai da igreja, percorre as ruas da Prainha até o mar, onde é finalizada com uma missa na praia.

O que faz a Prainha são as pessoas e o trabalho que elas realizam para a contribuição do desenvolvimento local. A comunidade conta com uma Colônia de Pescadores Z9, e tem sua sede no centro de Aquiraz. A associação foi fundada no dia 28 de julho de 1976. Sua natureza jurídica é uma associação privada que conta com aproximadamente 200 associados, segundo o atual presidente da colônia de pescadores, Sr. Nilton Martins de Castro.

Para Tocqueville (*apud* Neumann, 2004 p.32), associação significa a capacidade das pessoas fazerem alguma atividade juntas e de se unirem, associarem-se em torno de objetivos e causas comuns. A união pode ser formal ou informal e ter curta ou longa duração. São atribuídas a Alex de Tocqueville as primeiras referências ao termo associação como uma forma de mobilização social. Na viagem de nove meses que ele e Gustave de Beaumont realizaram pelos Estados Unidos, em 1931, Tocqueville constatou que o fenômeno das associações envolvia pessoas de todas as idades e para diferentes fins.

Tocqueville afirma que “as associações são criadas para proporcionar entretenimento, fundar seminários, construir igrejas, difundir livros, enviar missionários, desta forma são fundados hospitais, prisões e escolas” E conclui dizendo: “para que os homens permaneçam ou se tornem civilizados, a arte de se associarem deve crescer e melhorar na mesma proporção em que se melhoram as condições de igualdade”.

No Brasil, existem associações dos mais diferentes tipos e fins. No plano comunitário, talvez as mais comuns sejam as associações de moradores criadas para representar e defender os interesses dos seus membros na melhoria da qualidade de vida.

Para cumprirem esta missão, no entanto, mais do que a existência legal é importante que as associações comunitárias busquem sua atuação e que sejam capazes de mobilizar pessoas em torno de objetivos comuns. Só assim, as

associações utilizarão seu enorme potencial agregador e democratizador no engajamento e fortalecimento e na transformação de sua realidade.

Além da Colônia de pescadores, existem outras associações na Prainha, como a Associação de Esportes Radicais de Aquiraz – AERA, fundada em 2007, com sede fixa na Prainha, como pode ser observada na figura 30. Segundo o presidente da AERA, Kleber Ratinho, em entrevista cedida para este trabalho, esta associação já realizou oito campeonatos e cinco campanhas ecológicas na Prainha, a partir do incentivo, apoio e colaboração de empresários e empreendedores locais.

A AERA proporciona a crianças e adolescentes da comunidade aulas em quatro modalidades esportivas: *surf*, *body board*, *sand board* e *kite surf*. As aulas são ministradas voluntariamente por profissionais qualificados, possuidores de conhecimentos teóricos e práticos. Mesmo funcionando com dificuldades financeiras, a escolinha tem, atualmente, 31 alunos.



Figura 30: Sede da AERA na Prainha em Aquiraz –CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

O presidente da associação Kleber acredita que a prática de esportes proporciona as crianças e adolescentes não somente uma alternativa de lazer, mas

o fortalecimento da autoestima, o cuidado com o coletivo e o meio ambiente, além de um desenvolvimento psicomotor saudável, levando-os a visualizar novos horizontes, bem como a esperança de uma vida melhor diante de uma realidade tão desigual. A figura 33 mostra uma das aulas práticas com crianças e adolescentes na Prainha.



Figura 31: Aula prática de *surf* – AERA na Prainha em Aquiraz –CE, Brasil.

Fonte: AERA, 2013.

Entretanto, a Associação Ecológica dos Bugueiros de Aquiraz – AEBA tem, como maior parte de seus associados, bugueiros residentes na Prainha. Sua 1ª sede administrativa localizava-se no quiosque do Polo de Lazer Vicente na Prainha, próximo ao Centro de Informações Turísticas. Por questão de estratégia comercial, a associação mudou-se para a praia do Porto das Dunas, funcionando com 55 bugueiros associados.

Associação conta com diretoria executiva e conselho fiscal. Seu atual presidente é o Sr. Paulo Pereira da Silva e seu vice é o Sr. Elvis Clésio Nogueira de Almeida. Sua principal finalidade é a luta pelos interesses de seus associados, dando encaminhamento das suas reivindicações e das leis em vigor. A AEBA tem ainda como objetivos: divulgar o destino Aquiraz; manter, instrumentalizar e

gerenciar de forma sustentável a comunidade, o turismo, o meio ambiente, a cultura, o esporte e a educação do município de Aquiraz.

Segundo Sr. Elvis, a AEBA desempenha um papel socioambiental nas praias de Aquiraz. “A associação sempre realiza eventos ligados ao meio ambiente, como forma de despertar a comunidade, os turistas e o interesse por um ambiente limpo e seguro”.

Um dos eventos realizados pela AEBA foi um mutirão de limpeza das dunas. A ação intitulada “Campanha Dunas Limpas” aconteceu na Prainha e visou à preservação ambiental de um dos lugares mais visitados da Região Metropolitana de Fortaleza, participaram desta campanha 42 bugueiros associados à AEBA como pode ser visto na figura 32.



Figura 32: Bugueiros associados à AEBA na Prainha em Aquiraz –CE, Brasil.

Fonte: AEBA, 2014.

Outra associação existente na Prainha é a das rendeiras criada no dia 1º de novembro de 1989. Antes da criação da associação, foi instalado o Centro das Rendeiras, no Governo de Virgílio Távora, no ano de 1979. O Centro das Rendeiras foi batizado de Luiza Távora, em homenagem à primeira dama, em virtude da sua

participação ativa na conquista das rendeiras em ter um local para expor seus trabalhos.

Segundo a atual presidente da associação das rendeiras da Prainha, dona Iracilda Oliveira Silva, que exerce seu mandato desde janeiro de 2012 a dezembro de 2014, a associação é composta por 93 rendeiras sócias e é uma entidade sem fins lucrativos, não tendo autonomia financeira.

Sua sede localiza-se no próprio Centro das Rendeiras dividindo espaço com depósitos, onde as rendeiras guardam seu material de trabalho diariamente, como rendas, almofadas, tamboretas e tudo mais que auxilia seu trabalho.

O Centro das Rendeiras teve sua primeira ampliação em 1981, quando foram construídos dois quiosques. Em 1990, ocorreu a primeira reforma e levou cerca de um ano para ser concluída. Os primeiros quiosques eram de carnaúba e palha e, com a reforma, passaram a ser de alvenaria. Logo após a reforma, a gestão do Centro deixou de ser do Governo do Estado e passou a ser Municipal.

Atualmente, o Centro das Rendeiras passa por dificuldades. Para a presidente da associação dona Iracilda, há uma dependência do poder público para a solução dos problemas do grupo. A prefeitura tem um projeto de construção de um centro para as rendeiras da Prainha, mas por discussões internas entre as rendeiras retardam a luta da associação com a Prefeitura Municipal de Aquiraz.

Em 2008, os quiosques de alvenaria do Centro das Rendeiras foram derrubados pela Prefeitura para a construção do novo Centro. Na ocasião, as rendeiras tiveram que deixar o local para início da obra. Devido à morosidade burocrática de questões políticas e judiciais, o novo Centro das rendeiras ainda não saiu do papel, ocasionando uma divisão entre as mesmas.

As rendeiras associadas passaram a ocupar outros espaços para comercializar seus produtos. Dividindo o grupo em três. O primeiro grupo, composto por 18 rendeiras, voltou para o antigo Centro, pois estava com receio de perder o terreno para a União. Lá elas montaram suas barracas de forma improvisadas, sem nenhuma infraestrutura adequada para receber os turistas, conforme mostra as figuras 33 e 34.



Figura 33: Centro das Rendeiras na Prainha em Aquiraz –CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.



Figura 34: Barracas improvisadas com lonas no Centro das Rendeiras na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

Na figura 35, vê-se o segundo grupo composto por 8 rendeiras que se instalaram na área externa da Pousada Solar, as mesmas não têm nenhum custo pela ocupação do espaço.



Figura 35: Rendeiras ocupando a área externa na Pousada Solar na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

Na figura 36, têm-se o terceiro e último grupo composto por 7 rendeiras ocupando o espaço externo do restaurante Leôncio, comerciante mais antigo da Prainha, atuando no segmento de restauração desde 1959. As rendeiras pagam o valor de R\$ 20,00 (vinte reais) mensais pelo aluguel do espaço.

O impasse entre rendeiras e Prefeitura, de acordo com a presidente da associação, é o fato de que o terreno onde está instalado o Centro das Rendeiras foi uma doação do Governo na época da fundação da Entidade, porém a associação sofre um processo em relação ao terreno doado. O processo tramita no Patrimônio da União e tem, como causa a concessão do terreno e, por este motivo, a obra do novo Centro das Rendeiras ainda não iniciou.



Figura 36: Rendeiras ocupando o espaço no restaurante Leôncio na Prainha em Aquiraz –CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

Além da preocupação com a construção do novo Centro, algumas rendeiras também demonstraram preocupação com a descontinuidade desta cultura. É o caso de Dona Maria Luiza, Rendeira de 62 anos.

As meninas aqui não querem fazer mais renda, porque a gente ganha muito pouco, elas preferem trabalhar com outras coisas como nos hotéis, lá o salário é certo todo mês. Aqui não é assim, tem mês que tem muito turista a gente ganha bem, mais tem mês que é muito fraco e a gente não vende. Por isso, que tem muitas rendeiras que trabalham também com outras coisas.

Como se vê no depoimento da rendeira dona Maria Luiza, esta ocupação não tem atraído os mais jovens da Prainha, pois os mesmos alegam que esta ocupação não remunera bem como elas gostariam.

Muitas destas jovens preferem trabalhar com o turismo em barracas de praias, hotéis e restaurantes. Segundo depoimento dado por uma rendeira local:

A gente prefere que nossos filhos estudem que se formem. Em Aquiraz tem uma escola do estado profissionalizante que tem o curso de Hospedagem, lá eles aprendem várias profissões para trabalhar nos hotéis, pousadas e restaurantes.

Pode-se perceber, pelos relatos das rendeiras e dos pescadores da Prainha, que a continuidade do ofício destas duas profissões se valerá de um trabalho educativo de valorização do resgate da cultura local, em uma perspectiva pluricultural, voltada à integração Escola, Comunidade e Ambiente, proporcionando aos indivíduos a autoafirmação de sua identidade cultural de modo que a cultura da renda e do pescador não se perca ao longo dos tempos.

5.2 O lazer de segunda residência e os conflitos territoriais

As praias de Fortaleza, até a década de 1970, eram urbanizadas e tinham usos diversos para o lazer, moradia e indústria. O processo de “saturação” destas praias mobiliza a classe mais abastada para o litoral próximo à capital. Estas pessoas foram em busca de novas áreas de veraneio e lazer. Desta forma, a prática do veraneio se inicia no ano de 1980, atingindo as praias vizinhas a Fortaleza, Iparana, Pacheco, Icaraí e Cumbuco no município de Caucaia, na zona costeira de Aquiraz, em Iguape, Prainha e Porto das Dunas e de outros municípios, acentuando a especulação imobiliária na área litorânea.

A lógica de atratividade do veraneio levou ao início da busca por praias mais distantes da capital, dentre os motivos para este acontecimento estão: a fuga do agitado cotidiano das grandes cidades, privacidade, aumento do status social e contato direto com o meio ambiente.

Observa-se uma contradição na prática do veraneio, pois ao mesmo tempo em que o veranista foge do urbano, acomoda-se em sua segunda residência, existindo a tendência de tornar este ambiente parecido ao da primeira residência, transformando pouco a pouco o ambiente antes rústico em espaço urbanizado.

Embora o veraneio seja análogo do turismo, ambos têm particularidades que os diferenciam entre si. O turismo é definido pela OMT (2009) como conjunto de atividades que as pessoas realizam durante as viagens e permanência em lugares distintos de seu entorno habitual, com fins de ócio, negócios e outros. Para Pereira (2006, p.52), “veraneio é o deslocamento entre uma residência principal, localizada na maioria dos casos nos centros urbanos, até outro local onde o veranista é proprietário de uma segunda residência com o objetivo de lazer e/ou descanso”.

A prática do veraneio exige a fixação temporária do veranista. Essa possibilidade leva o veranista a comprar ou a locar uma segunda residência. A compra ou a locação destes imóveis causa uma limitação às pessoas com menor poder aquisitivo, sendo necessário que ele disponha de recursos financeiros para suprir gastos na manutenção do imóvel com caseiro, condomínio, impostos e outros serviços extras.

Algumas peculiaridades do veraneio são apontadas por Pereira (2006), dentre elas destacam-se:

- as relações que se estabelecem entre veranistas e nativos, quando estes geralmente passam a ser empregados nas segundas residências, exercendo funções de caseiros, jardineiros e vigias;
- a possibilidade de o veraneio tornar-se investimento, já que, estas segundas residências estão localizadas em áreas valorizadas pelo capital, podendo também servir para locação contribuindo para as despesas fixas do proprietário do imóvel;
- a perspectiva de tornar a segunda residência em primeira pelos investimentos ocorridos em infraestrutura, em estradas, iluminação e telecomunicações, fazendo com que o proprietário, atraído por estas melhorias, decida morar em vez de praticar o veraneio.

Apontado como uma prática social, o veraneio revela uma sociedade desigual, quando motiva a formação de novas territorialidades no lugar, concretizada

pelo surgimento de um novo sujeito social, até então inexistente e que passa a tecer limites e linhas demarcatórias privatizando os espaços anteriormente coletivizados.

A construção de territórios na zona costeira do distrito de Aquiraz, segundo Carlos (1999), dá-se mediante a ação de sujeitos sociais que modificam os espaços costeiros transformando-os em privados e negando acesso da sociedade. Ainda de acordo com o autor, a efetivação do território de veraneio ocasionada pelo fracionamento do litoral pela prática mercantil e a transformação de um espaço em mercadoria que entra na área da comercialização e passa a apresentar um valor de troca hipervalorizado.

Esta valorização da territorialização litorânea se dá pelos grandes grupos econômicos, através do *marketing* publicitário que a mídia impõe, mantendo a lógica econômica e estimulando o consumo de uma nova “mercadoria” (praia), provocando uma disputa desenfreada entre interessados em busca da zona costeira.

Este interesse é estimulado pelos frequentes anúncios comerciais bem elaborados não só de empresas privadas, mas, sobretudo, de órgãos públicos com o intuito de levar a sociedade a consumir estes espaços transformados em paraísos pela publicidade com frases prontas, como pode ser observado na figura 37, gerando efeitos positivos para o consumo como, por exemplo: “Siga o caminho da felicidade”, “Deixe o turista com vontade de voltar”, “Aquiraz – Feliz é viver aqui”.

Neste processo de consumo do *marketing* ligado à exploração da natureza há uma relação contraditória, pois, a princípio, esta natureza é usada como estímulo para a compra de lotes no litoral, depois de findadas as construções, a paisagem natural exuberante, antes negociada como elemento agregado, é gradativamente degradada em pouco tempo. Este elemento natural, agregado à venda da terra, na maioria das vezes passa a não mais corresponder à expectativa inicial de motivação da compra do lote, pois, antes da compra, a natureza era o fator diferencial do negócio.



Figura 37: *Outdoor* na entrada de Aquiraz-CE, publicidade ligada ao consumo territorial.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

Com este cenário, as relações socioeconômicas que transformam o litoral em mercadoria diferem dos recursos ambientais que não podem ser medidos, por se tratarem de estágios da natureza e não produtos em si. Nesta perspectiva é que o litoral é valorizado e valorado no contexto de suas riquezas em recursos ambientais e naturais. Para Moraes (1999), essas áreas das zonas costeiras qualificam-se pelos bens, tornando-se um espaço com características e valores próprios.

A área da Prainha e o seu entorno é dotada de exuberância e riqueza natural e paisagística em razão da proximidade do Riacho Maceió com o mar e do Rio Catú, um manancial de beleza cênica. Estas áreas eram terras vazias, desocupadas que foram rapidamente incorporadas pelo grande capital.

Segundo testemunhas do processo de ocupação, já na década de 1970, famílias de Fortaleza chegavam à Prainha, construía casas, ao mesmo tempo em que vendiam lotes a veranistas também de Fortaleza. Nessa dinâmica, o início da década de 1980 marcou-se pela complexidade do espaço litorâneo da Prainha, tornado paulatinamente escasso, à medida que aumentava a demanda (ANDRADE, 2008).

Andrade cita ainda que:

Os pescadores indenizados, até hoje se arrependem por terem “vendido” suas propriedades a preço irrisório. Disseram haver sido enganados e pressionados a deixar o lugar, pelos empreendedores alegarem, em documento, a posse da terra. Os que resistiram sofreram ameaças de despejo e até violência física. Ao perceberem que não podiam enfrentar o poder econômico dos empreendedores e sem apoio do governo, os moradores não tiveram outra opção, senão retirar-se do lugar de origem (ANDRADE, 2008, p.35)

O processo de implantação do loteamento na Prainha passa por duas fases: na primeira, verifica-se a permanência da população nativa na comunidade, porém, tendo esta que se deslocar para longe do mar para “dar espaço” ao veranista e suas mansões, como pode ser visto na figura 38.



Figura 38: Vista aérea de casas de veraneio à beira-mar na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.

Fonte: Secretaria de Turismo de Aquiraz, 2014.

Para o Sr. Marcos, ex-pescador local, hoje bugueiro, a Prainha passou por transformações que afetaram diretamente a vida de todos os antigos moradores da comunidade. Essas transformações despertam lembranças de um tempo em que eles se sentiam “donos” da Prainha.

A gente morava na beira da praia. Era na beira da praia onde a jangada atracava para vender o peixe fresquinho, ali a gente batia papo, a gente conversava sobre as pescarias, contava história que somente pescador sabe contar.

Este depoimento do Sr. Marcos é uma recordação da Prainha de um passado em que o nativo era companheiro e vizinho do mar. De lá, ele tirava seu sustento. O mar era sua vida e seu trabalho. Esse passado é sugestivo de perdas e passividade em face dos comportamentos e ideias vindas com os forasteiros de Fortaleza e de outros estados.

Isso aqui era muito diferente. Com a chegada desse povo de fora, muitas casas foram construídas, chegou também hotel e apartamentos. Tinha pescador que morava perto da praia em casa de paia, agora lá só tem casa grande.

A fala do ex-pescador evidencia a quantidade de casas, apartamentos e hotéis que não apareciam na paisagem da Prainha de trinta anos atrás. Para ele, essas casas e apartamentos foram responsáveis pela expulsão dos pescadores da beira da praia, pelo aumento da população e pelo surgimento de novos hábitos, costumes e crenças, exigindo dos moradores locais esforço para se adaptarem à nova realidade.

A preocupação com as transformações ocorridas na Prainha pelos “forasteiros” dá o tom de revolta nos versos do poeta Amor. Os versos também tratam das interferências no *modus vivendi* dos pescadores.

Não existia uma pessoa para nos orientar.
Só chegava era turista nesse nosso Ceará.

Vinha aqui na minha praia
Só tomar banho de mar

Eram eles advogados, deputados e doutor
Falando português, iludindo o pescador:
“Se eu ficar morando aqui você tem um protetor”
Depois que fizeram as casas, pescador foi vigiar
O doutor ilude ele com o resto do jantar
Tem pescador nessa praia que deixou até de pescar

Pois assim tomaram conta da nossa grande Prainha
Que há muito ela existe, nem é tua e nem é minha
Porque de todas as praias, ela hoje é rainha.

No segundo momento, os loteamentos se dão na chamada Prainha Nova onde se formam condomínios de veraneio e instalam-se hotéis, pousadas e spa. Nesta fase, conhecida como interiorização, os empreendimentos localizam-se nos topos das dunas, como pode ser constatado na figura 39, onde se verifica a prática de um lazer privado e isolado.



Figura 39: Condomínios e casas de veraneio na Prainha Nova, em Aquiraz, Brasil.

Fonte: Secretaria de Turismo de Aquiraz, 2014.

5.3 A oferta turística na Prainha

A oferta turística é formada a partir da integração de vários elementos que viabilizam a atividade turística, originando assim o produto turístico. São elementos que, isoladamente, possuem pouco, ou nenhum valor turístico, ou que possuem utilidade para outras atividades que não sejam turísticas. É constituída por três grupos de elementos básicos a serem oferecidos ao mercado: os atrativos turísticos, os equipamentos e serviços turísticos e a infraestrutura de apoio ao turismo.

A oferta turística para Rushmann (1997) é um conjunto de bens e serviços turísticos, atrações, acessos e facilidades colocados no mercado, à disposição dos turistas, em conjunto ou individualmente, visando atender suas necessidades, solicitações ou desejos.

Ignarra (1999) define oferta turística pelo conjunto de elementos divididos em alguns grupos, como atrativos turísticos, serviços turísticos, serviços públicos e infraestrutura básica.

Por sua vez, Lage (2000) alerta que a viabilidade da atividade turística exige a complementação da oferta turística “natural” de uma localidade com uma infraestrutura bem montada de bens e serviços turísticos (hospedagem, transporte, alimentação, comércio, entre outros) e elenca as principais variáveis que influenciam a demanda turística: preços dos produtos turísticos, preços dos outros bens e serviços, nível de renda e preferências dos turistas. Sobre os preços dos produtos turísticos, Andrade (1998) afirma que estes devem ser justos e proporcionais ao poder econômico das classes a que são destinados.

O conceito de atrativo turístico é complexo, dado que a atratividade de certos elementos varia de forma acentuada de turista para turista. Desta forma, os atrativos estão relacionados às motivações de viagens e à avaliação que os turistas fazem do atrativo. Quanto mais acentuado for seu caráter diferencial, maior sua atratividade.

Para Beni (2001), os atrativos estão divididos em naturais e culturais. Os atrativos naturais são divididos em serras, planaltos e planícies, costa ou litoral, terras insulares, hidrografia, cavernas, parques, fauna e flora. Os atrativos culturais são os museus, monumentos, sítios, manifestações e tradições populares, assim como os acontecimentos programados.

Os equipamentos e serviços turísticos, conhecidos como facilidades turísticas, complementam os atrativos porque permitem a permanência do turista e o seu aproveitamento do lugar. Essas facilidades são constituídas pelos meios de hospedagem, alimentação, entretenimento, agenciamento, informação e outros serviços, indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística.

Uma região pode possuir muitos atrativos e contar com ótimos serviços e equipamentos. No entanto, essa região não estará assegurando a demanda, caso os outros dois requisitos não sejam atendidos. Um deles é a questão da acessibilidade, e o outro é o conhecimento do produto turístico por parte do consumidor.

A infraestrutura de apoio ao turismo, conhecida como acessibilidade turística, é formada pelo conjunto de obras e instalações de estrutura física de base, que proporciona o deslocamento da demanda turística, tais como o sistema de comunicação, transportes, serviços urbanos (água, luz, sinalização, limpeza urbana, entre outros), segurança, educação e saúde.

Ruschmann (1997) afirma que a característica mais marcante da Oferta Turística é a sua heterogeneidade, e se constitui da justaposição de bens e serviços oferecidos ao turista e consumidos por eles.

Para a Secretária de Turismo do Município de Aquiraz, Indira Guimarães, em entrevista concedida para este trabalho, em abril de 2014, nas duas últimas décadas, a atividade turística, na Prainha tem tido um crescimento mais acentuado em decorrência de sua oferta turística passando a desempenhar um importante papel na economia local.

Ainda segundo a secretária, alguns projetos direcionados à catalogação da oferta turística do município estão sendo elaborados nesta nova gestão, como o

projeto Setur itinerante. “Estamos organizando a casa, visitando as comunidades litorâneas, ouvindo os principais atores das comunidades e do *trade* turístico”.

O projeto Setur itinerante da Secretaria de Turismo de Aquiraz acontece todas as quintas-feiras do mês. “A Setur ocupa os espaços turísticos de Aquiraz para o levantamento do potencial turístico do município, promove a cadeia produtiva do turismo e aproxima e estimula o *trade* turístico a desenvolver nossos potenciais, de forma regionalizada, a exemplo do que faz o Ministério do Turismo”, relata a secretária de Turismo.

Ainda segundo a secretária, Indira Guimarães, o objetivo da Setur itinerante é estar mais próximo das regiões turísticas e da cadeia produtiva e do *trade* turístico. “Neste primeiro momento nosso objetivo é exatamente catalogar o nosso potencial turístico, para oferecer aos que visitam Aquiraz mais alternativas de lazer e entretenimento”, destaca a secretária de Turismo.

Outro projeto em andamento é o Planejamento da Secretaria de Turismo de Aquiraz para consolidação do município como destino turístico 2014-2016. O projeto tem como visão: consolidar Aquiraz como um dos cinco melhores destinos turísticos de diversão familiar do Brasil. Sua missão é: desenvolver Aquiraz como um destino turístico de diversão familiar no Brasil, através da interação com a comunidade, valorizando o patrimônio material e imaterial das suas regiões, respeitando o meio ambiente, possibilitando o fomento da cadeia produtiva local e a sustentabilidade.

Para a implementação do projeto, foi pensado um novo Roteiro Turístico para Aquiraz que contemplará o litoral com suas exuberantes praias e a oferta turística existente, o interior e seus distritos e a sede do município. Para a efetivação deste roteiro, algumas parcerias serão realizadas com: agências de viagens, transportadoras turísticas, barracas de praias, hotéis e pousadas, restaurantes entre outros.

O quadro 4 abaixo apresenta a estrutura e a organização estabelecida pelo roteiro turístico para incrementar o turismo no município. É a promoção do turismo, vislumbrando a demanda de visitantes para o mesmo.

ROTEIRO TURÍSTICO DE AQUIRAZ			
Praias visitadas	O que será “explorado”	Interior	Visita realizada por ordem de rota urbana
1. Porto das Dunas	- Turismo de visitação, turismo de massa, turismo de eventos e Beach Park.	1. Comunidade Indígena Genipapo Kanindé	1. Porto das Dunas
2. Japão	- Manter a praia primitiva e a pesca.	2. Engenhos	2. Japão
3. Prainha	- Readequação de toda a oferta turística, Hotelaria alto padrão e pousadas, Polo gastronômico, Polo de artesanato, Veraneio e Barracas de praia.	3. Cristo Redentor	3. Prainha
4. Praia Bela	- Resorts, Golfe e Eventos: Shows.	4. Quilombolas	4. Praia Bela
5. Presídio	- Turismo Familiar, eventos e veraneio.	5. Sede	5. Presídio
6. Iguape	- Fortalecimento do artesanato, polo gastronômico e veraneio.		6. Iguape
7. Barro Preto	Turismo de Charme e Barracas de praia.		7. Barro Preto
8. Batoque	Reserva extrativa, praia primitiva e hotel comunitário.		8. Comunidade Indígena Genipapo-Kanindé
			9. Engenhos
			10. Cristo Redentor
			11. Batoque
			12. Quilombolas
			13. Sede

Quadro 4: Planejamento de roteiro turístico da Secretaria de Turismo de Aquiraz para a consolidação do município como destino turístico 2014-2016.

Portanto, entre os preceitos básicos, para que o turismo cumpra sua função de indutor e se consolide sob as premissas da ética e da sustentabilidade, destacam-se o planejamento e a gestão participativa, os quais requerem disponibilidade de informações fidedignas. O passo inicial, para tal pretensão, é a realização do Inventário da Oferta Turística.

O inventário é uma ferramenta do processo de planejamento turístico, baseado nos três pilares da oferta turística: os atrativos históricos e culturais e recursos naturais, os equipamentos e serviços e a acessibilidade por estradas, aeroportos e portos.

Para o Ministério do Turismo (2011):

O Inventário da Oferta Turística consiste no levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento, gestão e promoção da atividade turística, possibilitando a definição de prioridades para os recursos disponíveis e o incentivo ao turismo sustentável.

O Inventário da Oferta Turística é o processo pelo qual se registram, ordenadamente, o conjunto dos atrativos turísticos, dos equipamentos e serviços e da infraestrutura de apoio turístico, postos, efetivamente, no mercado. O inventário constitui a primeira etapa do planejamento turístico, cuja finalidade é chegar a um diagnóstico confiável na elaboração de roteiros.

Segundo a Secretaria de Turismo de Aquiraz, o município ainda não realizou o processo de inventariação de sua oferta turística, porém alguns dados já começaram a ser catalogados, sendo sobre esse tipo de informações coletadas que se deve debruçar, estudando-as e extraindo os elementos que devem subsidiar diagnósticos e prognósticos mais precisos.

Esses procedimentos permitem conhecer as características e a dimensão da oferta, o que necessita ser melhorado ou aperfeiçoado, enfim, quais as iniciativas que devem ser tomadas e que podem permitir ao município de Aquiraz e suas áreas turísticas, desenvolver o turismo mais competitivo e sustentável. De posse desses

resultados, poder-se-á planejar e investir com mais segurança, balizando os negócios e as políticas de turismo.

Na Prainha, que é objeto de nosso estudo, foram catalogados pela Secretaria de Turismo de Aquiraz, hotéis, pousadas, equipamentos de lazer e espaços gastronômicos, como podem ser observados nos quadros 5, 6 e 7.

Distrito/ região	Hotéis	Pousadas	Equipamentos de lazer	Barracas	Restaurantes	Transportes
Prainha	2	5	1	21	2	2

Quadro 5: Oferta de equipamentos e serviços turísticos na Prainha em 2013.

Fonte: Secretaria de Turismo de Aquiraz, organizado pela autora, 2014.

O quadro 6 demonstra a descrição dos hotéis e pousadas e o número de unidades de leitos na Prainha no ano de 2013. Para a Secretaria de Turismo de Aquiraz, tem-se uma previsão de ampliação das suas unidades habitacionais e a mudança no perfil dos turistas. A rede hoteleira local tem características voltadas para o público familiar e mais recentemente atraiu um segmento mais específico, que são os jogadores de golfe.

Empresa	Unid. Hab. (nº)	Leitos (nº)	Funcionários (nº)
Hotel Laguna Blu	39	122	17
Casa Prainha	18	72	06
Pousada Feitiço do Mar	4	12	03
Pousada Sobre as Ondas	9	37	03

Inn			
Pousada Gran Playa	28	100	03
Pousada Coqueiros da Prainha	8	24	02
Pousada Nobre	14	45	03
TOTAL	120	412	37

Quadro 6: Oferta de unidades habitacionais na Prainha em 2013.

Fonte: Secretaria de Turismo de Aquiraz, organizado pela autora, 2014.

O quadro 7 refere-se à descrição dos empreendimentos gastronômicos na Prainha. De acordo com a Secretaria de Turismo de Aquiraz, a maioria absoluta dos proprietários é de moradores das localidades. Estes equipamentos são importantes geradores de trabalho, porque 100% dos funcionários das barracas são pessoas da própria comunidade.

Empresa – barracas de praia (Prainha)	Funcionários (nº)	Mesas / lugares	Especialidade
1. Barraca Beach Place	20	45	Frutos do mar, comida regional
2. Barraca Celina	8	45	Frutos do Mar, carnes, petiscos e comida regional.
3. Barraca Cozinha da Danny	6	70	Frutos do mar, comida regional
4. Barraca Beach Show	9	60	Frutos do Mar, carnes e comida regional.

5. Barraca da Paóla	8	25	Frutos do Mar, carnes e comida regional.
6. Barraca Roberto e tia Elza	26	150	Frutos do Mar, carnes e comida regional.
7. Barraca do Rogério	25	70	Frutos do Mar, carnes, petiscos e comida regional.
8. Barraca frutos do mar	10 (alta estação) 5 (baixa estação)	32	Frutos do Mar, carnes e comida regional.
9. Barraca Zé Maria	20	92	Frutos do Mar, carnes e comida regional.
10. Barraca Maria e Abílio	15	80	Frutos do Mar, carnes e comida regional.
11. Barraca tia Elza e Janaína	20	200	Frutos do Mar, carnes e comida regional.
12. Barraca dona Diva	28	150	Frutos do Mar, carnes e comida regional.
13. Barraca Nossa Sra. de Fátima	10	70	Frutos do Mar, carnes e comida regional.
14. Barraca da Fátima	15	80	Frutos do Mar, carnes e comida regional.
15. Barraca Estrela do Amanhã	10	40	Frutos do Mar, carnes e comida regional.
16. Barraca Kengão Beach	12	40	Frutos do Mar, carnes e comida regional.
17. Barraca Copacabana	9	25/50	Frutos do Mar, carnes e comida regional.
18. Barraca Mar Aberto	7	30	Frutos do mar e comida regional.

19. Barraca do Louro	25	100	Frutos do Mar, carnes e comida regional.
20. Ytacaranha	40	200	Frutos do Mar e comida regional.
21. Wave restaurante e bar	6	22	Frutos do Mar, carnes e comida regional.

Quadro 7: Oferta de equipamentos gastronômicos na Prainha em 2013.

Fonte: Secretaria de Turismo de Aquiraz, organizado pela autora, 2014.

6. IMPACTOS DO TURISMO LITORÂNEO, SUSTENTABILIDADE E GESTÃO INTEGRADA

É inquestionável a importância para o turismo de cenários naturais, como montanhas, florestas, rios, lagos e praias. No entanto, o crescimento vertiginoso nos últimos anos da atividade turística tem mostrado benefícios mensurados, através da geração de empregos diretos e indiretos, geração de divisas e impostos, além de estimular a conservação ambiental e gerar benefícios diversos aos núcleos turísticos receptores, disfarçando os passivos socioambientais decorrentes da atividade.

Para Coriolano (2007), a incorporação dos espaços através de um desenvolvimento desordenado resultante de uma dinâmica turística predatória tem levado a transformações de vários lugares da zona costeira acarretando uma desestruturação das atividades tradicionais, como a pesca e o artesanato e a destruição do meio ambiente. Tornando-se, portanto, uma fragilidade comum às comunidades litorâneas cearenses.

O litoral representa uma área de grande potencialidade turística e a intensificação do turismo aliada às atividades humanas pode ter consequências imprevisíveis. Segundo Camargo (*apud* Ferry 1994), a complexidade de integração homem-natureza é de tal ordem, que nos torna impossível, na maioria das vezes, aferir as consequências das decisões humanas no ambiente.

Para Trigo (1998), o turismo de massa, muito praticado em áreas litorâneas, também denominado turismo de sol e praia, é o mais convencional, passivo e sazonal tendo a sua criação vinculada à consolidação do capitalismo, o que propicia o surgimento do seu público alvo, a classe média. É normalmente menos exigente e desprovido de um maior conforto, pois é um segmento turístico voltado para a classe intermediária da sociedade e tem como característica principal o seu baixo custo.

Esse segmento de turismo, massivo, bastante praticado em nosso litoral, provoca sérios impactos sociais, culturais e ambientais. Apesar de não ser a única atividade que exerce pressão sobre os ecossistemas, o turismo tem recebido atenção especial devido à sua rápida expansão, já que vem consumindo espaços

cada vez maiores, provocando impactos nas paisagens, nas populações nativas e no meio ambiente (DIAS, 1999).

Ainda segundo Dias (1999), falta aos adeptos deste segmento de turismo massivo “cultura turística” fazendo com que estes visitantes se comportem de forma alienada em relação ao meio que visitam, pois acreditam que não têm nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e da originalidade das destinações. Exigem direito ao uso daquilo pelo qual pagaram e que, além disso, permanecem pouco tempo no destino que optaram. Para eles, o tempo de permanência no destino é simplesmente insuficiente para agredir o meio natural.

Os impactos do turismo, para Ruschmann (1997, p.34), referem-se a gama de modificações ou a sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico na localidade receptora. As variáveis que provocam o impacto têm natureza, intensidade, direções e magnitudes diversas, porém os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio natural.

Sánchez (2008, p.31) explica que os impactos podem ser benéficos ou adversos, incidindo tanto no meio ambiente ou na sociedade e completa definindo impacto ambiental como “a alteração da qualidade ambiental que resulta na modificação de processos naturais ou sociais provocados por ação humana”.

Ruschmann (1997 p.34) afirma ainda que:

Os impactos têm origem em um processo de mudança e não constituem eventos pontuais resultantes de uma causa específica, como, por exemplo, um equipamento turístico ou um serviço. Eles são as consequências de um processo complexo de interação entre os turistas, as comunidades e os meios receptores. Muitas vezes, tipos similares de turismo provocam impactos diferentes, de acordo com a natureza das sociedades nas quais ocorrem.

Impacto ambiental é definido de acordo com a Resolução Nº 01 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA de 23 de janeiro de 1986 como:

Art. 1º qualquer alteração nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais.

Os impactos provocados pelo turismo podem ser positivos e negativos, em alguns casos, eles não são relevantes, e em outros, comprometem as condições de vida ou a atratividade das localidades turísticas.

Os potenciais impactos positivos e negativos decorrentes da atividade turística podem ser de esferas distintas passando pelo cultural, social, econômico, político e ambiental. Ainda há uma estreita relação entre o turismo e o meio ambiente, fazendo com que os impactos negativos sejam cada vez mais crescentes, causando danos ambientais.

Os aspectos negativos do turismo, segundo Dias (2003), surgem em decorrência do mau planejamento ou da falta dele no desenvolvimento da infraestrutura voltada para a atividade, num manejo incorreto, nas cicatrizes na paisagem e pelo volume de visitantes, comprometendo os ecossistemas frágeis.

Dias cita ainda, três impactos que são comuns nos sistemas litorâneos decorrentes da exploração do turismo de massa: ocupação desordenada (apropriação do uso do solo pelo turismo, contribuindo para intensificação do crescimento urbano). Uso intenso dos recursos naturais (provocando profundas alterações ambientais) e contaminação (por meio de resíduos sólidos relacionando a intensidade de seu lançamento e as características físicas dos resíduos).

Portanto, sem o adequado planejamento e gerenciamento da atividade, deve-se buscar o equilíbrio entre a intensidade e tipo de impacto e a capacidade de suporte e fragilidade do meio social e ambiental. Deste modo, a atividade turística não será apenas ambientalmente, socialmente e culturalmente danosa como

também insustentável. É dever dos gestores públicos e/ou privados identificarem e preverem esses impactos e qualificá-los de forma a atingir o melhor resultado para todas as partes, já que é impossível não causar nenhum impacto, pois toda atividade, seja ela qual for, causa algum dano ao ambiente.

Como toda e qualquer atividade, o turismo também gera impactos positivos que devem ser encorajados, maximizados e contrabalanceados com os impactos negativos. Frequentemente os impactos negativos podem ser tratados por meio da intervenção dos principais agentes, partindo de um bom planejamento.

No entanto, não se deve perder de vista a gama de impactos resultantes da atividade turística, assim como a necessidade de identificá-los e gerenciá-los. É importante também perceber que diferentes impactos requerem diferentes métodos de avaliação.

No quadro 8, destacam-se os principais impactos gerados pela atividade turística.

Esfera do Impacto	Impactos Positivos	Impactos Negativos
Social	<ul style="list-style-type: none"> - Vivência compartilhada; - Fortalecimento do orgulho comunitário; - Legitimação de grupos comunitários; - Aumento da participação da comunidade; - Transformação e renovação local; - Apresentação de ideias novas e desafiadoras; - Diminuição de desemprego; - Melhoria e desenvolvimento de infraestrutura; - Capacitação e aumento da mão de obra especializada; - Melhoria da qualidade de vida; - Fornecimento de exemplos para melhores hábitos; - Aumento das atividades de lazer. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alienação da comunidade; - Manipulação da comunidade; - Imagem negativa da comunidade; - Comportamento destrutivo pelo abuso de drogas e álcool (tráfico); - Aumento da criminalidade e do vandalismo; - Deslocamento social; - Perda do conforto; - Perda da autenticidade; - Danos à reputação; - Imigração desordenada; - Crescimento desordenado e desequilibrado; - Desconforto da população local; - Evasão da população local pela perda de terras na comunidade; - Rejeição dos turistas pelos residentes; - Desagregação familiar; - Doenças; - Aumento da população sazonal (veraneio/turismo). - Modificação do estilo de vida da população local devido mudanças nas atividades econômicas predominantes, promovidas pelo abandono de atividades tradicionais como a pesca e a agricultura e o início do trabalho na construção de empreendimentos turísticos e segundas residências, normalmente de forma temporária.

Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização do artesanato; - Valorização da herança cultural; - Valorização e preservação do patrimônio histórico; - Revitalização de tradições; - Expansão de perspectivas culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Descaracterização do artesanato; - Vulgarização das manifestações tradições; - Arrogância cultural; - Destruição do patrimônio histórico. - Descaracterização de valores e formas de comportamento tradicional da população nativa local pela influencia do modo de vida dos turistas;
Física e ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Exposição do meio ambiente; - Aumento da consciência ambiental; - Legado de infraestrutura; - Melhoria dos transportes, das vias de acesso e comunicações; 	<ul style="list-style-type: none"> - Danos ao meio ambiente causados pela implantação de obras de infraestrutura como estradas, aterros, sistemas de drenagem, impermeabilização do solo; - Contaminação de lagoas, rios e mares por esgoto não tratados; - Descaracterização da paisagem devido a construções arquitetônicas não integradas à paisagem; - Destruição de ambientes frágeis como manguezais, restingas, recifes e falésias pela implantação de estrutura de apoio ao turismo ou pelo excesso de uso e movimentação nestes locais; - Eliminação ou modificação da vegetação local; - Afugentamento e /ou mudança de comportamento da fauna provocado pelo excesso de visitação em áreas de Unidades de Conservação (UC); - Aumento da poluição, congestionamento e tráfego urbano; - Aumento do consumo de água e energia elétrica; - Destruição do patrimônio; - Perturbação acústica; - Acúmulo de lixo;

Político	<ul style="list-style-type: none"> - Prestígio local, regional, nacional e internacional; - Promoção de investimentos; - Coesão social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Riscos de insucesso do destino; - Desvio de fundos; - Falta de responsabilidade política; - Propaganda enganosa do destino;
Econômico	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento de divisas em moeda estrangeira; - Aumento de impostos arrecadados; - Criação e desenvolvimento de negócios; - Geração de empregos; - Descentralização de riquezas; - Diversificação da economia; - Circulação e distribuição de renda; - Aumento da renda “per-capita”; - Expansão das oportunidades locais; - Atração de investimento diversificado; - Promoção do destino e incremento do turismo; - Aumento do tempo de permanência do turista; - Maior lucratividade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Preços inflacionários / Exploração; - Privilégio de benefícios econômicos; - Aumento do custo de vida; - Aumento da economia informal; - Especulação imobiliária.

Quadro 8: Quadro-Resumo dos principais impactos positivos e negativos recorrentes da prática da atividade turística.

Fonte: Adaptado de Campos *et al*, 2003.

Como pode ser visto no quadro acima, os impactos provocados pelo turismo são inúmeros. A intensidade destes impactos depende do volume de turista e de algumas características do perfil desses visitantes, como permanência, meio de transporte e de hospedagem utilizado, podendo ser acrescentado o fato de existir ou não planejamento na localidade turística.

A realidade é que a sobrecarga na natureza causada pelo turismo continua aumentando (KRIPPENDORF, 2001). Por isso outras formas de turismo estão sendo

propostas a fim de conter impactos negativos da atividade, como o chamado turismo “alternativo”, “responsável”, “ecológico”, “brando” e “turismo sustentável”.

O termo desenvolvimento sustentável ganhou destaque em meados de 1987, quando foi publicado o Relatório Nosso Futuro Comum, que ficou conhecido como Relatório *Brundtland*, produzido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas e presidida pela primeira ministra da Noruega, *Gro-Harlem Bruntland*, que não só consolidou os princípios do novo modelo de desenvolvimento, como também agregou o sentido de sustentabilidade.

Este relatório criou o termo desenvolvimento sustentável e apresentou o seu conceito como “um modelo de desenvolvimento que deve atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (EMBRATUR, 2001, p.3).

Baseava-se na ideia bem fundamentada de que nós não herdamos a terra de nossos antepassados, mas a tomamos emprestada de nossos filhos, (MURPHY, *apud* SWARBROOKE, 2000). Posteriormente, surgiu a “ideia” de turismo sustentável, sob influência do referido relatório, o qual passou a exigir que todas as atividades econômicas fossem sustentáveis.

Ainda não se obteve um entendimento comum sobre a definição de turismo sustentável, apesar de diversas entidades do setor de turismo buscarem algum tipo de conceituação. Segundo definição do World Travel & Tourism Council (WTTC), entidade que congrega os interesses do mercado privado do turismo, o turismo sustentável:

É aquele que busca as necessidades dos turistas atuais enquanto protege e incrementa as oportunidades para o futuro, por meio de produtos que são operados em harmonia com o meio ambiente local, comunidades e culturas, de maneira que estas tornem-se as grandes beneficiárias e não as vítimas do desenvolvimento do turismo (WTTC, 1995)

Segundo Ruschmann (1997), o turismo sustentável exige que empreendedores do *trade* e administradores planejem, regulem, invistam e operem produtos e roteiros turísticos, de forma a “evitar danos irreversíveis aos meios turísticos, para minimizar os custos sociais que afetam os moradores das localidades e otimizar os benefícios do desenvolvimento turístico”. Assim, a expansão do turismo deve ocorrer até o limite ao seu crescimento e definindo diretrizes para a conservação do meio ambiente tanto do ponto de vista físico como social.

Para Petrocchi (2001), o turismo sustentável é:

Um processo de adoção de estratégias, atividades e práticas de negócio ambientalmente responsáveis que atendam às necessidades do negócio do turismo, os investidores e ao mercado de viagens, enquanto protegem, sustentam, e valorizam os recursos humanos e naturais que serão necessários para as futuras gerações de empresários do turismo e de viajantes.

Diversas entidades e especialistas questionam o conceito de turismo sustentável. O WWF Brasil, por exemplo, prefere trabalhar com o conceito de “turismo responsável” e protege seus estudos e projetos no contexto de uma busca estratégica para a sustentabilidade ampla, pois acredita que “o ideal do turismo sustentável é, atualmente, demasiado ambíguo e discutível, pois a indústria envolve aspecto de difícil solução, como o controle das emissões de CO₂ (gás carbônico) dos meios de transportes turísticos principalmente o aéreo”, e nesse sentido define sua missão para a esfera de um turismo responsável, como “aquele que mantém onde é possível, valoriza os recursos naturais e culturais nos destinos” (WWF – Brasil, 2001).

Para o WWF, os agentes do turismo precisam reconhecer e aceitar a responsabilidade pelos impactos da atividade no ambiente natural e nas populações, buscar instrumentos integrados e lidar com sua redução, tais como políticas e regulamentos setoriais, planejamento estratégico, incentivos, códigos de condutas, diretrizes e esquemas de certificação (ver quadro 9).

O turismo deve ser parte de um desenvolvimento sustentável amplo e de suporte para a conservação

O turismo deve ser compatível a fazer parte de planos em escala internacional, regional e local de desenvolvimento sustentável e de conservação, além de obedecer a convenções internacionais e leis nacionais, estaduais e locais que apoiam o desenvolvimento sustentável e a conservação. Deve ser planejado, administrado e empreendido de maneira a evitar danos à biodiversidade e ser ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente equitativo. Deve também ser empreendido com uma visão preventiva, sem comprometer as oportunidades de uma economia local diversificada e respeitando os “limites aceitáveis de mudança” (ou capacidade de carga).

O turismo deve respeitar as culturas locais e prover benefícios e oportunidades para as comunidades locais.

As comunidades locais tem o direito de manter e controlar sua herança cultural e assegurar que o turismo não tenha efeitos sobre ela. O turismo deve respeitar os direitos, desejos, valores e experiências dos locais e prover a oportunidade para que amplos setores da comunidade contribuam nas decisões e nas consultas sobre planejamento e a administração do turismo. Devem ser considerados as tradições locais nas construções e o conhecimento e a experiência das comunidades locais em manejo sustentável dos recursos, buscando maximizar os benefícios para comunidades, promovendo o recrutamento, treinamento e emprego de pessoas do lugar.

O turismo deve eliminar o consumo insustentável e minimizar a poluição e o desperdício

Reduzindo a poluição e o consumo, os danos ambientais também serão menores, melhorando a experiência do turismo, reduzindo os custos operacionais e de recuperação do ambiente. O consumo de combustíveis fósseis e o transporte motorizado, dentro dos destinos, devem ser evitados sempre que possível. A busca por fontes mais limpas e o uso eficiente dos recursos naturais são essenciais.

O turismo deve usar os recursos naturais de modo sustentável

A conservação e o uso sustentável dos recursos naturais são essenciais para um ambiente sadio em longo prazo. A concentração de turistas no tempo e no espaço pode impor um sacrifício muito pesado a recursos naturais como a água. Sistemas de manejo turístico devem se esforçar para distribuir, da melhor forma, os fluxos turísticos, ao longo do ano, e a renda obtida devem apoiar tecnologias e estratégias de uso sustentáveis. Esportes e

atividades ao ar livre devem obedecer aos regulamentos existentes sobre conservação e uso sustentável de espécie e habitats; em caso de ineficiência dos mesmos, o turismo deverá contribuir para seu aprimoramento.

O turismo deve ser informativo e educacional

Educação, conscientização e capacitação compõem a base do turismo responsável. Todos os integrantes do setor, mercados, governos locais e nacionais, comunidades locais e consumidores, devem ser alertados sobre seus impactos positivos e negativos e encorajados a serem responsáveis e apoiar a conservação nas suas atividades. Os turistas devem receber informações sobre assuntos ambientais, culturais e sociais como ponto essencial da viagem, assim como se deve trabalhar para que os visitantes de áreas naturais adotem práticas de mínimo impacto. Sempre que possível, deve haver a oportunidade dos visitantes compartilharem a cultura e as tradições locais.

Quadro 9: Princípios do turismo responsável, segundo o WWF-Brasil.

Fonte: WWF-Brasil, 2001.

Para Diegues (apud Leite, 2000, p.25), um dos aspectos positivos da argumentação que está por trás do conceito de desenvolvimento sustentável é a tentativa de resolver as contradições entre o crescimento econômico e a distribuição de renda e a necessidade de conservar os recursos ambientais, não somente em benefício das gerações atuais, como também das futuras. Assim, deve-se saber administrar essas três vertentes, tendo em mente que tanto a satisfação do turista como a qualidade de vida da comunidade devem ser respeitadas. Sobre esse aspecto, Rocha Júnior (2000, p.24) fala que o conceito de desenvolvimento sustentável traz, portanto, a promessa de que é possível conciliar o crescimento econômico com a conservação ambiental.

A OMT (1998) ensina que o desenvolvimento sustentável está sendo como um método imprescindível para atingir objetivos de desenvolvimento sem deteriorar os recursos naturais e culturais, nem degradar o ambiente. No entanto é muito importante marcar a diferença entre preservação, que é o não uso, a intocabilidade da natureza – a conservação, que é o uso racional, ou seja, a natureza transformada sob controle em conta as necessidades humanas.

Ainda de acordo com a OMT (1998), os três pontos fundamentais do desenvolvimento sustentável são:

- a sustentabilidade ecológica – o desenvolvimento é compatível com a manutenção dos processos ecológicos vitais, garantindo a diversidade dos recursos biológicos;
- a sustentabilidade sociocultural – o desenvolvimento aumenta o controle das pessoas sobre suas vidas, compatibilizando a convivência entre diferentes culturas com os valores das comunidades, mantendo e fortalecendo a identidade local;
- a sustentabilidade econômica – o desenvolvimento é economicamente eficiente e os recursos são geridos adequadamente.

Para viver de forma sustentável, é preciso aceitar o dever de buscar harmonia com os homens e com a natureza. Não se deve tomar da natureza mais do que ela pode repor. Obedecer a esse princípio significa adotar estilos de vida, caminhos para o desenvolvimento que respeitem os limites da natureza e funcionem dentro desses limites.

Para a EMBRATUR (2001, p.16), uma sociedade sustentável:

- respeita e cuida das comunidades;
- conserva a vitalidade e a diversidade dos seres vivos;
- melhora a qualidade de vida humana;
- permanece nos limites da capacidade de suporte da Terra;
- minimiza o esgotamento de recursos não renováveis;
- modifica suas atitudes e práticas pessoais;
- permite que as comunidades cuidem de seu próprio ambiente;
- busca o desenvolvimento sem deteriorar o patrimônio cultural; os recursos naturais e o ambiente.

Armand e Ruiz (1998, p.136) dizem que “os recursos naturais, culturais e outros se conservam para uso continuado no futuro, ao mesmo tempo em que beneficiarão o presente”. A aplicação do desenvolvimento sustentável é importante

porque a maior parte do desenvolvimento do turismo depende de atrativos e atividades relativas ao entorno natural, ao patrimônio histórico e à cultura. Se estes recursos se desgastarem ou forem destruídos, a zona costeira perde sua capacidade de atração e o turismo não poderá se desenvolver nestas localidades.

A tendência atual não é mais adaptar os lugares às expectativas dos visitantes e modificar profundamente os ambientes com a construção de grandes complexos hoteleiros e serviços luxuosos. Parece não ser mais só isso o que os turistas almejam.

Talvez seja melhor estimular os visitantes a se adaptarem aos lugares, ao invés de exigir que os lugares se adaptem a eles. O que se observa em algumas comunidades litorâneas, como a Prainha, é a capacidade de iniciativa, do saber fazer, dentro de um contexto que leva em conta a economia, a geração de renda, mantendo as pessoas na “terra de origem”.

A questão do desenvolvimento sustentável do turismo diz respeito à gestão ambiental concebida como algo associado e relacionado com a gestão do desenvolvimento econômico e social. A própria comunidade assegura um quadro de vida estável, promove o direito à saúde, ao bem-estar, à cultura, ao lazer, sem a necessidade de utilizar grandes quantidades de recursos naturais, tudo isso também representa os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Quando o turismo é feito de forma participativa, levando-se em conta a população local, ele pode ser um fator importante no processo educativo na comunidade. Em qualquer tipo de desenvolvimento, torna-se essencial manter vivos e respeitados os valores históricos, culturais e a cotidianidade da população local.

6.1 Impactos socioambientais na Prainha

Os impactos socioambientais estão vinculados às relações humanas, a sociedade e ao meio ambiente, aparecendo como principal agente causador ou indutor de impactos negativos, na maioria das vezes, irreversíveis. Nessa relação, é

importante considerar a utilização e ocupação desordenada dos sistemas ambientais e paisagística da zona costeira, o fortalecimento socioeconômico e cultural das comunidades tradicionais e a conservação da biodiversidade. (RODRIGUES, 1997).

Neste trabalho, até o momento discutiu-se sobre os impactos positivos e negativos provocados pela atividade turística, na zona costeira da Prainha, abordando as esferas social, ambiental, cultural, política e econômica. Este local tem sido alvo de estudos das dinâmicas naturais, entendendo também as dinâmicas sociais, responsáveis por transformar em mercadoria a natureza. Nesses estudos, devem ser levados em consideração os problemas sociais, muitas vezes, indissociáveis dos problemas ambientais.

Qualificar os impactos socioambientais na Prainha não é uma tarefa tão evidente. No entanto, percebeu-se claramente que as consequências geradas não se restringem somente às relações sociais e à condição de vida da comunidade receptora, precisando de uma avaliação cuidadosa para que não se confunda geração de emprego com substituição de emprego, desenvolvimento com crescimento, abandono das atividades primárias e migração para as atividades do setor de turismo, ou mesmo declínio de atividades tradicionais, tão valorizadas e necessárias para o turismo. Dessa forma, precisaram-se identificar, claramente, os impactos socioambientais da atividade turística na Prainha.

Os danos ambientais provocados pelo turismo são consequências de diversos interesses, entre eles, a oportunidade de lucrar à custa de um cenário paisagístico de beleza cênica, instalando obras arquitetônicas, como os complexos turísticos, que descaracterizam e poluem visualmente a paisagem ora antropizada.

O cenário atual da Prainha apresenta uma contradição com as propostas do desenvolvimento sustentável no que se refere ao planejamento do espaço litorâneo e a ocupação irregular da faixa de praia nas margens da laguna do Maceió, situada na foz do riacho Catu, como pode ser constatada e observada na figura 40.



Figura 40: Desordenamento das barracas de praia na margem do Maceió ocasionando ocupação irregular na faixa de praia na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

A poluição hídrica provenientes destes estabelecimentos é um dos mais graves problemas encontrados. No entorno do manancial, barracas de praia se fixaram de forma desordenada, sem infraestrutura adequada de esgoto, como pode ser observado nas figuras 41 e 42, a instalação de banheiros químicos sem manutenção adequada, contaminando a água com organismos patogênicos (coliformes, parasitas, etc.), pela falta de tratamento adequado de efluentes, afetando todo o manancial.

Além das alterações nos ecossistemas aquáticos, acarretando graves problemas de saúde aos usuários desses recursos. O aporte excessivo de substâncias orgânicas (nutrientes), como restos de comida e detergentes, causando o processo de eutrofização, implicando crescimento de fitoplâncton, algas e plantas aquáticas, bem como processos de decomposição de matéria orgânica, gerando aumento no consumo de oxigênio dissolvido na água (demanda bioquímica de oxigênio) e sua indisponibilidade para outros organismos que necessitam dele para sua respiração (animais aquáticos em geral), os quais acabam morrendo.



Figuras 41 e 42: Na figura 41, pode ser observada a presença de banheiros químicos sem manutenção e limpeza adequada. Na figura 42, observa-se a falta de infraestrutura adequada de esgoto e água nas barracas na margem da laguna do Maceió na Prainha, Aquiraz-CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

A lagoa do Catu e a laguna do Maceió também são procurados para a prática de esportes náuticos como *wind-surf*, *kate-surf*, *jet-ski* e passeios de jangadas ofertados pelos pescadores locais para turistas e visitantes. O uso de veículos aquáticos motorizados como lanchas e *jet-ski* é constante nas margens do Catu, provocando disputa por espaço entre banhistas e pilotos destas embarcações, como pode ser constatado nas figuras 43, 44, 45 e 46. A falta de critérios, cuidado e fiscalização pode provocar acidentes como atropelamento de banhistas e colisão entre embarcações com vítima fatal, a falta de manutenção destes veículos aquáticos podem acarretar derramamento acidental ou não de combustível, óleo e outras substâncias poluentes. Muitos derivados do petróleo são constituídos por metais pesados e substâncias biocumulativas, trazendo contaminação e prejuízo aos seres vivos em geral.



Figuras 43, 44, 45 e 46: Nas figuras 45 e 46, é possível observar o uso de moto aquática (jet-ski) e lanchas na margem do Catu na Prainha. Na figura 47, observa-se a prática de esportes náuticos *kate-surf* como passeios de barcos na laguna do Maceió na Prainha, e na figura 48, observa-se toboágua na lagoa do Catú, na Prainha, com jato d'água provocando desperdício.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

Para Sr. Elvis bugueiro local, é comum ver o despreparo e a imprudência destes pilotos com manobras radicais próximas aos banhistas. Afirma ainda que:

“Aqui não tem fiscalização, os donos dessas lanchas e jet-skis são proprietários das mansões que ficam do outro lado da margem da lagoa do Catu. Já vi acidente acontecer aqui mais nada foi feito”.

Em 2012, a Marinha do Brasil ampliou, através da Portaria Nº 263/DPC – Diretoria de Portos e Costas, o rigor na legislação para a pilotagem de jet-ski e barcos de lazer. Para conduzir estas embarcações, é preciso ter uma carteira de habilitação específica e passar por uma prova teórica na Marinha. Para fazer a

prova, o candidato deve participar de aulas práticas direcionadas ao tipo de embarcação que deseja pilotar, ministradas por entidades náuticas, previamente homologadas pela Marinha.

O uso recreativo no Catu e no Maceió também afeta as condições de transparência da água. Isso ocorre pela movimentação próxima ao fundo (banhista e embarcações), de forma que os sedimentos arenosos ou lodosos, principalmente, sejam revolvidos aumentando a quantidade de substâncias em suspensão e a turbidez da água. Como consequência, há menor incidência de luz, dificultando os processos de fotossíntese e reposição dos níveis normais de oxigênio dissolvido, o qual é necessário à respiração e aos processos de decomposição aeróbica e disponibilização de nutrientes ao ambiente aquático. Além disso, a turbidez pode afetar diversos outros processos naturais de organismos aquáticos, como reprodução, alimentação (disponibilidade de alimentos, predação), e deslocamento, além de oferecer maior risco aos banhistas.

Outro problema que afeta o ambiente aquático é a erosão das margens da lagoa. Apesar de muitas atividades recreativas na água fazerem uso das margens, com acesso para banhistas, pescadores, embarcações. Os impactos nas margens também *têm* origem em outras atividades ligadas ou não ao turismo. De qualquer forma, a eliminação da vegetação ciliar e a erosão das margens contribuem para o assoreamento e o aumento de turbidez, entre outros problemas.

Nas visitas realizadas *in loco*, constatou-se também o desperdício de água nas atividades de lazer nas margens da lagoa do Catu. Observou-se o bombeamento da água do Catu através de um motor para o alto da duna direcionado ao toboágua natural.

Toboágua natural é um escorregador aquático feito de lona pelos próprios barraqueiros para uso recreacional, com um jato d'água em seu topo, permitindo que as pessoas deslizem na corrente de água gerada por ele, como pode ser visto na figura 48.

No local, constatou-se a instalação de três toboáguas com o mesmo sistema de bombeamento d'água para o topo da duna. Para descer na lona escorregadia, é cobrado o valor de R\$ 5,00 (cinco reais) pelos barraqueiros. Apesar de parecer uma

simples brincadeira, a velocidade com que se escorrega na lona é grande, podendo causar acidentes graves. Questionou-se a um dos proprietários do equipamento sobre a segurança dos turistas em relação às descidas no escorregador molhado. Ele nos argumentou o seguinte:

Estamos aqui já faz tempo e nunca aconteceu nenhum acidente com os turistas, a gente oferece os coletes que boiam na água, mas uns usam, outros não querem usar. A gente não pode obrigar né? Se não a gente perde o cliente e eles vão para a barraca do vizinho.

Para o senhor Cleiton, morador nativo da Prainha, a lagoa do Catu vem baixando seu nível d'água há alguns anos, um dos motivos é a falta de chuva, mas o desperdício de água também é grande, relata o morador:

Nos feriados e nas férias, os donos das mansões que ficam na beira da lagoa vêm pra cá. Eles trazem seus barcos e ficam andando na lagoa de um lado para o outro em alta velocidade. Depois que eles andam, eles lavam os barcos, os jet-ski e seus próprios carros com a água da lagoa.

Outra problemática que envolve seriamente a lagoa do Catu é o aterramento realizado pelos donos de imóveis que ficam localizados nas margens da lagoa, como pode ser visto na figura 47. Segundo site G1 do globo.com do portal Verdes Mares, o Ministério Público Federal no Ceará (MPF-CE) ingressou no dia 21 de março de 2014 com ações civis públicas por danos ambientais contra quatro donos de imóveis localizados às margens da Lagoa do Catu. Os réus foram os responsáveis por obras ilegais como dragagem, construção de aterros e muros de arrimo na lagoa, que é Área de Preservação Permanente (APP).



Figura 47: Vista aérea da Lagoa do Catu, na Prainha em Aquiraz-CE, aterrada mesmo depois do embargo realizado pela SEMACE.

Fonte: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/> Acesso em 07 ago. 2014.

Ainda segundo o mesmo site, em janeiro de 2014, as Câmaras Criminais Reunidas do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) já haviam recebido denúncia por crime ambiental contra o prefeito de Aquiraz Antônio Fernando Freitas Guimarães, em ação movida pelo Ministério Público Estadual (MP-CE). Na defesa, o prefeito alegou inexistência de danos ao meio ambiente. Também sustentou a falta de comprovação de ato ilícito.

Para o site G1 do globo.com do portal Verdes Mares, A procuradora da República Nilce Cunha Rodrigues, autora da ação do MPF, pede agora à Justiça Federal que condene os réus à reparação integral da área devastada como antes das agressões ambientais, sob orientação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE). A medida, de acordo com a procuradora, "seria necessária para evitar a potencialização dos danos causados ao ambiente natural da área e está prevista pela legislação brasileira".

A prefeitura de Aquiraz aparece como ré nas quatro ações movidas pelo MPF em função dos danos ambientais à Lagoa do Catu. Para o Ministério Público Federal, o município deixou de cumprir com os seus deveres institucionais, omitindo-se de fiscalizar o local objeto da infração. "Vê-se, claramente, que o meio ambiente, bem essencial à sadia qualidade de vida, sofreu danos carecedores de tutela jurisdicional, em face da intervenção indevida pelo promovido e em decorrência da omissão do Poder Municipal de Aquiraz de fiscalizar o local", afirma Nilce Cunha. (G1 do globo.com do portal Verdes Mares, 2014).

Em 2013, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) verificou as irregularidades e embargou, em janeiro, as obras em quatro propriedades na Lagoa do Catu. Fiscalizações realizadas pela SEMACE nos meses seguintes apontaram que as obras não foram paralisadas e que os proprietários continuaram a fazer o aterramento da lagoa. Em dois dos terrenos, a SEMACE verificou a construção de um píer para embarcações e uma rampa para retirar as lanchas da água. Segundo Leonardo Borrhalho, fiscal da SEMACE, além de privatizar um espaço público, a obra prejudica o meio ambiente. "A mata ciliar foi descaracterizada, o que vai impedir a proteção da lagoa", diz o fiscal da SEMACE.

A SEMACE e o Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA) constataram que os infratores davam continuidade ao aterramento de parte da Lagoa do Catu e realizavam obras já embargadas pela autarquia. De acordo com os fiscais que estiveram no local em abril de 2013, em uma das propriedades o aterramento já havia aumentado cerca de 25 metros em direção à lagoa do Catu (desde a vistoria do dia 3 de janeiro de 2013, data do embargo) e que um muro de arrimo estava "praticamente concluído".

A Lagoa do Catu abastece o município de Aquiraz. Segundo a Companhia de Gerenciamento de Recursos Hídricos (COGERH), que monitora o sistema de abastecimento d'água do Ceará, o aterramento da Lagoa do Catu, pode trazer prejuízos irreparáveis nos próximos anos. Para o diretor de operações da COGERH, Ricardo Adeodato, "tudo o que diminuir a área da lagoa, compromete o meio ambiente e o abastecimento".

A privatização do espaço por casas e empreendimentos hoteleiros que ficam na margem da laguna do Maceió é bastante questionada pelos frequentadores e moradores locais, chegando ao ponto dos "proprietários" destes imóveis

demarcarem “seus terrenos” com estacas de madeiras, grades de ferro e muros impossibilitando o direito de ir e vir dos turistas e especialmente dos moradores e trabalhadores locais, como se podem ver nas figuras 48 e 49.



Figuras 48 e 49: Nas figuras 48 e 49, é possível observar cerca e muro impedindo o livre acesso dos transeuntes na margem da laguna do Maceió na Prainha. Na figura 49 observa-se área privativa do hotel Laguna Blu bloqueando o acesso à praia na Prainha.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

Esse fenômeno da segregação socioespacial tem se tornado bastante frequente na zona costeira impondo um comportamento social e hegemônico em que classes sociais economicamente privilegiadas detêm o controle e o acesso a estes lugares, (CARLOS, 1999). Essas barreiras impostas por muitos hotéis e por proprietários de segundas residências impedem o contato com a comunidade por terem modo de vida privativo e recluso, não havendo sociabilidade com os nativos.

Essa segregação socioespacial é preocupante, pois se verificam limites entre veranistas e nativos, constituindo basicamente uma segregação residencial, enfraquecendo os laços comunitários e impossibilitando o sentimento de pertença do lugar.

A distinção público/privado, em termos jurídicos, revela que os espaços públicos não são redutíveis àqueles que pertencem à comunidade, “ao domínio público”. (BRANCATO, 1998). Ainda segundo o autor, certos espaços com um estatuto jurídico ou gestão privada são, de fato, espaços públicos a exemplos dos cafés, estádios de futebol, parques temáticos, no sentido de que o seu uso é praticamente livre para todos, mas, muitos destes domínios não são acessíveis a todos, porque o seu direito de uso é condicionado ao pagamento de entradas ou reservado aos seus residentes, como por exemplo, pessoas que residem em condomínios fechados. Estes condomínios ocupam vastas áreas do litoral e integram no seu interior, um conjunto de serviços e espaços públicos, como parques ecológicos, lagoas, nascente de rios, entre outros.

Notadamente, um espaço público é, por natureza, mais aberto e o que o distingue do espaço privado é a facilidade de acesso. O espaço público é de todos e de ninguém em particular, em princípio todos podem usar com os mesmos direitos, Brancato, 1998.

A privatização de vários trechos de praias vem dificultando o acesso à mesma, pela ocupação ilegal dos terrenos de marinha por veranistas, agentes imobiliários, hotéis e *resorts*. O decreto Lei 3.438, de 17 de julho de 1941, dispõe sobre terrenos de marinha e é definido em seu artigo primeiro como:

Áreas banhadas pelas águas do mar ou dos rios navegáveis em sua foz vão até à distância de 33 metros para a parte das terras, contados desde o ponto em que chega o preamar médio.

De acordo com Brancato (1998), a utilização dos terrenos de marinha depende de autorização federal. São Bens da União e obedecem ao regime de aforamento (transferência da posse da terra). Sujeitam-se ao pagamento anual de foro e do *laudêmio* de 5%, cada vez que estes são vendidos, o que só pode ocorrer com a concordância do Serviço de Patrimônio da União (SPU).

Na Prainha, a instalação de infraestrutura privada dentro dos limites de áreas públicas é visível, como se constatou nas figuras 48 e 49. Um morador nativo critica estas construções em tom de indignação:

Aqui quem manda é quem tem dinheiro, por isso eles conseguem construir. Ouvi falar de uma lei que aqui é proibido construir, ninguém pode mexer, porque essas terras são da União. Mas ninguém respeita, eles não respeitam não.

Sob este aspecto o artigo 21 do Decreto 5.300 de 7 de dezembro de 2004, adverte:

As praias são bens públicos de uso comum do povo sendo, assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido.

Na Prainha, apesar da segregação ser menos explícita que no porto das Dunas, ainda se verificam limites entre nativos e veranistas, constituindo basicamente numa segregação residencial. A separação é preocupante, pois enfraquece os laços comunitários e possibilita a extinção do sentimento de pertença ao lugar.

Andrade 2008, p.120 cita que:

Pelas restrições de acesso à praia, na Prainha, a partir das ocupações, entende-se que tal pratica é desrespeito do art. 20, IV da Constituição Federal, que dispõe que as praias são bens da União, não passíveis de apropriação.

Não só é na praia que se veem territórios demarcados por muros e cercas, essas demarcações são bastante aparentes nas dunas da Prainha, como pode ser observado na figura 50.



Figura 50: Privatização da área de duna por equipamento hoteleiro na Prainha, Aquiraz-CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

Quanto ao uso potencialmente turístico das dunas, são muitas as limitações, principalmente as relacionadas com a desconfiguração morfológica do corpo dunar, impermeabilização e alterações na quantidade de água armazenada, construção de vias de acesso, fixação com a implantação de equipamentos turísticos e a mineração.

No caso da Prainha, o principal risco, de uso inadequado pelo turismo, associado aos aspectos geodinâmicos e ecológicos são:

- construção de um complexo turístico e imobiliário Aquiraz Riviera, instalado nas dunas a direita da foz do rio Catu. Sua construção teve início em 2007 e ainda não foi finalizada. Na primeira etapa das obras foi construído o primeiro campo de golfe do estado e o hotel Dom Pedro Laguna, conhecido como Veneza Tropical, por estar instalado em torno de uma lagoa artificial de 15 mil m², conforme figura 51. O hotel Dom Pedro Laguna é o primeiro de oito hotéis que serão construídos no complexo.



Figura 51: Vista aérea e panorâmica do hotel Dom Pedro Laguna no complexo turístico Aquiraz Riviera em Aquiraz-CE.

Fonte: Aquiraz Riviera – Figura de divulgação, 2010.

O complexo turístico Aquiraz Riviera é um projeto milionário com valor total estimado US\$ 350 milhões, voltado ao turismo receptivo, entretenimento, eventos e lazer. Sua sociedade é composta pelo Consórcio Luso-Brasileiro Aquiraz Investimentos SA, composto pelo empresário cearense Ivens Dias Branco e pelos portugueses Ceará Investment Fund – Fundo Turístico Imobiliário, Grupo Hoteleiro Dom Pedro e Solverde (divisão de turismo do grupo Industrial Violas com a concessão dos Cassinos do Algarve). Com uma área total de 285 hectares, sendo 1.800 metros de frente para o mar.

O empreendimento tem sua importância pelas mudanças econômicas e sociais que trará à Prainha, pois, segundo o empreendedor, a oferta é de aproximadamente 4.500 empregos diretos, sendo que destes 1.700 é referente ao setor hoteleiro, 2.800 nos campos de golfe, residências turísticas, serviços e comércio. Mais de 5.000 empregos em diversas atividades do complexo. O que preocupa a administração do empreendimento é a falta de qualificação da mão de obra local.

Apesar de toda essa grandiosidade, o complexo Aquiraz Riviera trouxe consigo problemas como esgoto, lixo e a privatização das dunas e da praia. As dunas representam importantes zonas de recarga para o lençol freático e atuam na manutenção do aquífero que dá suporte para o abastecimento da comunidade da Prainha e das demais atividades socioeconômicas vinculadas ao turismo.

Devido aos impactos gerados pela presença de esgoto nas dunas, é provável a contaminação do lençol freático. Desta forma, alerta-se para a implantação urgente de medidas de controle ambiental relacionadas com a instalação de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e saneamento básico que sejam diretamente associados à melhoria da qualidade deste importante recurso hídrico. Na figura 52, é possível constatar tubulações de esgoto que escoam nas dunas da Prainha, estas tubulações foram implantadas pelo complexo turístico Aquiraz Riviera.



Figura 52: Tubulações de esgoto implantadas pelo complexo turístico Aquiraz Riviera no corpo dunar na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

Em depoimento, para este trabalho, o senhor Manoel Joaquim bugueiro local nos relata:

É triste ver nossas dunas assim. Essas dunas é o ganha-pão de muitos bugueiros daqui da Prainha. Se ela for destruída, como vamos trabalhar? O turista que vem pra cá quer ver coisa bonita, quer subir e descer nas dunas.

Na figura 53, pode-se constatar outro problema observado nas dunas da Prainha. A presença de cascalhos nas dunas colocados pelo complexo turístico Aquiraz Riviera como medida de contenção fixando e compactando a duna. Esta medida é uma forma de impedir que a ação dos ventos desenterrem as tubulações de esgotos por eles colocados.



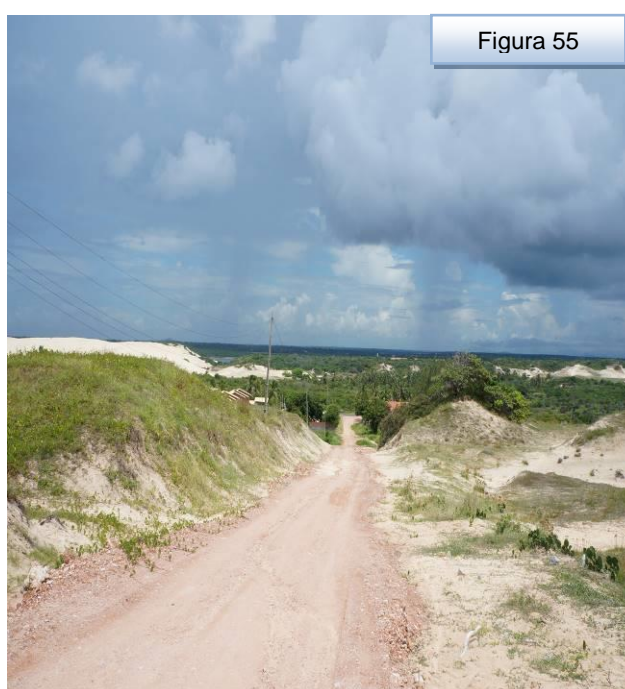
Figura 53: Duna fixa com cascalhos no canto direito da imagem, impedindo a ação dos ventos nas tubulações de esgoto na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

Trânsito de veículos de tração sobre o corpo dunar indiscriminadamente também é um fator de risco alterando o transporte de areias através dos sedimentos, acarretando mudanças no seu aspecto morfológico natural, promovendo a compactação do solo, o esmagamento da cobertura vegetal por gramíneas e uma ampla área de ruídos, como pode observado nas figuras 54 e 55.

No caso das dunas que margeiam a lagoa do Catu, o trânsito de veículos e de pessoas que caminham e descem em pranchas de madeira do topo da duna até a lagoa acelerando o processo de assoreamento do manancial. Quando os veículos acessam a faixa de praia de forma indiscriminada acarretam o esmagamento de moluscos e de algas.

A circulação irregular destes veículos tem causado conflitos de ordem social pela disputa de espaço entre veículos e turistas impedindo a livre circulação e a segurança dos banhistas.



Figuras 54 e 55: Na figura 54, observa-se circulação de veículo nas dunas na Prainha, e na figura 55, tem-se a compactação da duna por uma estrada aberta, partindo a duna ao meio na Prainha.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

A ausência de saneamento básico é outro problema que vem sendo reivindicado pelos moradores. Apesar de o distrito sede ser um dos que apresentam melhores condições de esgotamento sanitário, boa parte da população não usufrui deste serviço. Conforme informações da prefeitura, os custos relacionados com a ligação de canalização da rua e o pagamento da taxa mensal ainda são altos.

O lixo produzido pela comunidade é recolhido pelo carro coletor de lixo, porém, segundo moradores, a coleta não é feita com frequência, deixando as ruas da Prainha sujas. Em feriados prolongados, o número de veranistas e turistas aumenta na Prainha, assim como também aumenta a produção de lixo conforme registro nas figuras 56 e 57.



Figuras 56 e 57: Na figura 56, observa-se a presença de lixo espalhado nas ruas na Prainha, e na figura 57, tem-se o lixo em área de duna na Prainha em Aquiraz-CE, Brasil.

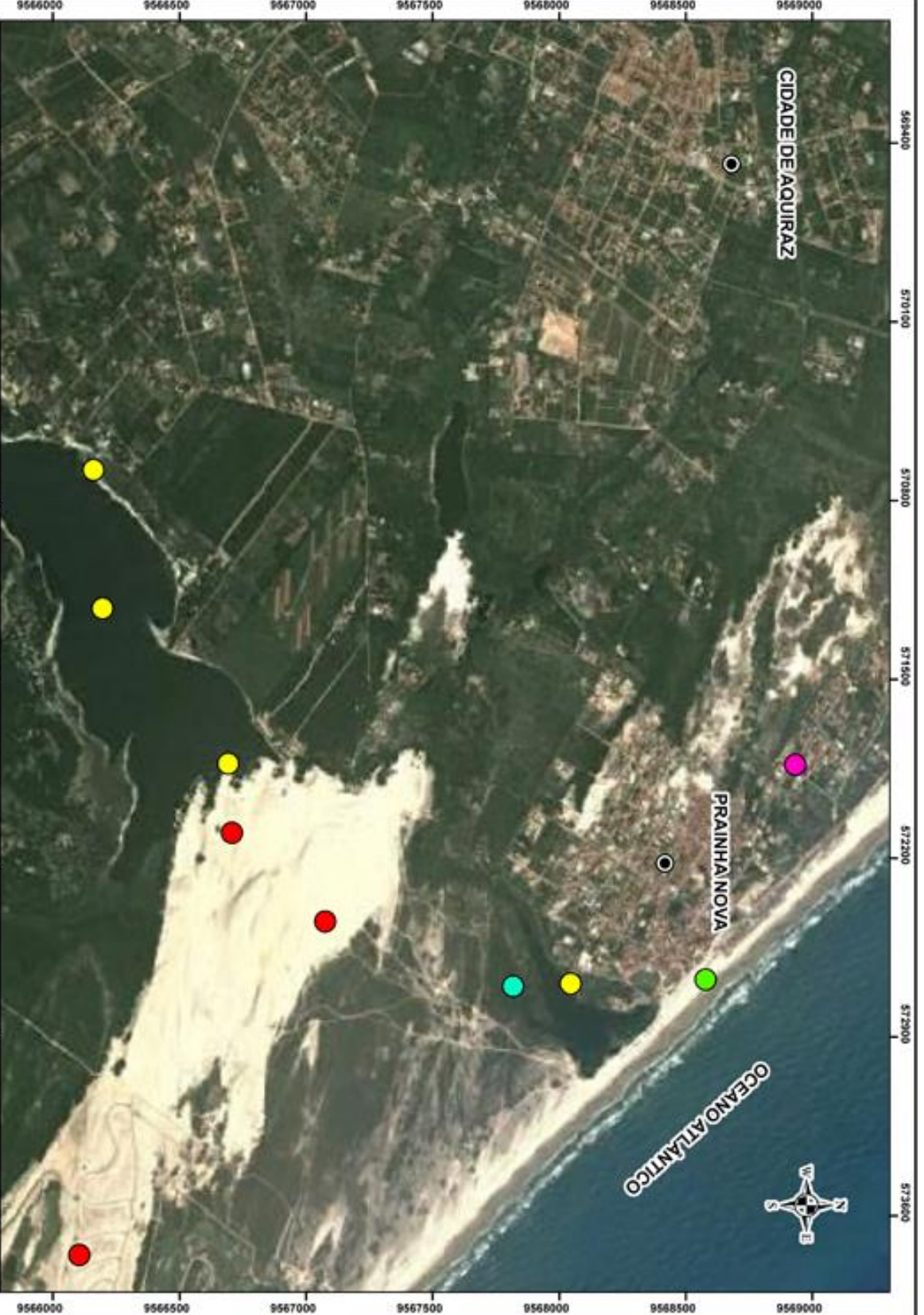
Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2014.

Observando as imagens acima, constata-se a necessidade de trabalhos voltados à educação ambiental em parceria com o Poder Público, escola e comunidade, elaborando programas de preservação da natureza, investindo também no resgate da cultura local, proporcionando aos indivíduos a autoafirmação de sua identidade cultural.

Outro problema que a comunidade vem enfrentando é o alcoolismo e o uso indiscriminado de drogas ilícitas como a maconha, o crack e a cocaína devido à ociosidade dos mais jovens. As drogas, os roubos e a prostituição têm sido preocupações existentes, pois com a chegada do turismo e dos complexos hoteleiros o acesso às drogas tem sido mais facilitado. Adolescentes, para consumir drogas, acabam prostituindo-se, esse problema social tem afetado famílias inteiras na comunidade.

Aqui existem algumas coisas erradas, por que vem gente de fora, tá mais descoberto, coisa errada tem em todo lugar e esse negócio de droga também chegou aqui. (Opinião de uma moradora acerca do uso de drogas na Prainha)

Entre os principais impactos socioambientais constatados na Prainha apuraram-se: poluição hídrica oriunda de estabelecimentos turísticos e de atividades de lazer, desmatamento da vegetação nativa principalmente das dunas e da planície fluviomarinha, desencadeamento do processo de erosão e assoreamentos dos corpos d'água lançamento de esgotos nas praias e lagunas, presença de lixo a céu aberto nas dunas e nas ruas da comunidade, compactação do solo, perturbação sonora dos veículos com tração e motos aquáticas e de lanchas, remoção de parte da comunidade tradicional, uso de drogas, prostituição. Como pode ser observado no mapa de impactos na figura 58.



ÁREA IMPACTADA	TIPOS DE IMPACTOS
● PRAIA	Ocupação desordenada, na praia, terra de atarajás para a prática da recreação, e do turismo, privatização da praia por hotéis, lanchonete e casas de veraneio afetando o acesso na comunidade; contaminação por detritos provenientes de esportes na praia.
● DUNAS	Implantação de equipamento turístico e privatização das dunas com muitos pelo comércio turístico aquece riveira caracterizando segregação socioespacial; construção de vas de acesso; lançamento de esgoto; mineração; presença de lixo; construção das dunas com cercalhões; trânsito de veículos de tração provocando ruídos; esmagamento da cobertura vegetal.
● PRAIA MACIZO E LAGOA DO CATÚ	Ocupação irregular nas margens do rio Macizo e Catú; poluição hídrica; ruídos e uso de motores aquáticos (jet ski) e lanchas provocando ruídos; erosão e assoreamento nas margens na Lagoa do Catú; drenagem; aterramento e danos de arrasto no Catú; privatização de espaços no Macizo e Catú.
● PLANÍCIE ALUVIAL MARINHA	Desmatamento da vegetação nativa.
● COMUNIDADE	Presença de lixo e esgoto a céu aberto nas ruas da comunidade; mineração de parte da comunidade tradicional; comércio destrutivo pelo abuso de drogas e álcool; aumento da criminalidade e do vandalismo; aumento da prostituição; atividades ligadas ao turismo: alojamento, restaurantes, aumento da população sazonal; (vandalismo); desestruturação de valores e formas de comportamento tradicional; da população nativa local; perda influência do modo de vida dos turistas; descaracterização da paisagem devido a construções inadequadas não integradas a paisagem; especulação imobiliária.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
 Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPPGq
 Centro de Ciências e Tecnologia - CCT
 Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
 Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos – MFGNT

Mapa de Impactos socioambientais relacionados a atividade turística na Praia.

**TÍTULO:
 TURISMO NA ZONA COSTEIRA DE AQUIRAZ-CE:
 UM OLHAR SOBRE OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA PRAIAHÁ**

ESCALA 1:13.000



Sistema de Projeção: Universal Transversa de Mercator
 Datum: SIRGAS 2000

Autores: ALINE ROCHA PITOMBEIRA
 Orientador: Prof. Dr. FÁBIO PEREIRA VASCONCELOS
 Elaborador: DAVI RODRIGUES RABELO

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

● Localidade

FONTE:
 - Imagem disponibilizada do Google Earth

6.2 Gestão integrada e participativa na zona costeira da Prainha.

O modelo de gestão integrada e participativa da zona costeira deve ter como princípio o diálogo entre: poder público, iniciativa privada e sociedade civil, gerando mudanças nos padrões de consumo no litoral e resultando numa conscientização socioambiental de valorização da cultura e do lazer, bem como pela diminuição dos conflitos de uso no espaço que vão de encontro à sustentabilidade socioambiental.

Um dos maiores desafios dos gestores ambientais na atualidade é a implantação de uma gestão compartilhada, democrática e participativa discutindo, elaborando e traçando novos rumos para o litoral, (VASCONCELOS, 2005).

Compreendida como espaço de ações dinâmicas, a zona costeira tem sido alvo de descaso das políticas públicas. A descontinuidade na execução dos projetos e nas ações pensadas e planejadas compromete o sucesso das ações realizadas.

É preciso que a zona costeira seja convertida em uma política autônoma, definida em objetivos, resultados e produtos. O poder público deve equilibrar as diferentes forças, configurando e travando diálogos democráticos entre governo e sociedade, habitantes e investidores, interesses públicos e privados para analisar e decidir sobre uso, ocupação, investimentos, preservação e conservação da zona costeira.

Para Vasconcelos (2005, p.16), a essência da gestão integrada reside no fornecimento de elementos e informações técnico-científicas, por parte dos cientistas e pesquisadores, aos gestores públicos que, a partir da troca de experiências com a comunidade, empresários e investidores, decidem a melhor forma de gerir o espaço, em conjunto com os atores sociais.

Torna-se cada vez mais clara a necessidade de mudanças profundas de valores no cenário da zona costeira. Essas mudanças recaem inevitavelmente na questão educacional.

Tradicionalmente, a educação tem representado um meio de incentivar obediência e aceitação do que é transmitido, resultando ou na adoção de atitudes rebeldes que normalmente se manifestam de forma agressiva, ou em posturas

passivas em que o indivíduo aceita o que é ensinado sem muito questionar (PADUA, 2000).

O padrão cultural vigente favorece o racional em detrimento de outras formas criativas de conhecimento, ao mesmo tempo em que cultiva a competitividade, que destrói a integridade do indivíduo e da natureza.

Os processos de socialização dentro ou fora da escola ignoram a diversidade e a riqueza inerente a todo ser humano. O risco de expor ao imenso potencial transformador que essa diversidade favorece tem sido uma das razões mais significativas para a resistência a um repensar da educação em relação ao meio ambiente com maior profundidade. Os grupos privilegiados detentores do poder socioeconômico não têm mostrado muito interesse em mudar suas posições o que retrata um processo que poderia ser mais ágil e compensador.

No entanto, estão surgindo indicadores de uma revolução social-cultural e ambiental na dimensão local de organização de comunidades, escolas, grupos e movimentos sociais que buscam a construção de um novo paradigma, embora ainda com pouca visibilidade. Padrões inovadores culturais e educacionais no processo de gestão são necessários para que grupos sociais passem a se interessar em criar novas formas de convivência e sociabilidade na zona costeira e que estejam em sintonia com a sustentabilidade e a integridade participativa. (SÁ, 2001).

Pensar a educação como geradora de ideias livres é ter de abrir mão de normas e preceitos impostos e aceitos pelo mundo globalizado técnico e produtivo. Trata-se de um grande desafio para os educadores, ou seja, para todos aqueles que se sentem responsáveis pela formação das novas gerações com atitudes responsáveis, éticas e sustentáveis de ecossistemas frágeis como a zona costeira.

É preciso estar em constante alerta e ter sobre as armadilhas ideológicas e psicológicas da mídia e da propaganda, determinando incessantemente a construção da subjetividade e das identidades pessoais e coletivas. Esse processo aliena as pessoas e os grupos de si mesmos, de seus potenciais transformadores da realidade, além de desvalorizar e “ilegitimar” o vínculo solidário com o meio ambiente, com a própria vida e com o outro. (SÁ, 2001).

Refletir sobre essas questões é de grande importância para trazer à tona a realidade em que se encontra o processo de educação e de gestão da zona costeira, a formação do indivíduo na sociedade contemporânea e sua relação com a gestão da natureza. Trata-se de um exercício pertinente nesses dias de domínio ideológico imposto pela globalização (BARTHOLO, 2001).

Essas questões mesmo que bem intencionadas passam por reflexões complexas, entre as quais: como realizar uma gestão participativa da zona costeira de forma eficiente? Como esperar que uma população culturalmente submetida a um clientelismo secular, de repente, assuma responsabilidades na resolução de problemas socioambientais? Como promover canais legítimos de participação de mobilização social entre os principais atores (comunidade, empresários e turistas) nos espaços de formulação e execução das políticas públicas voltadas para a zona costeira?

Entre sugerir a participação integrada e, de fato, propiciar meios para que ela ocorra, há uma grande distância. A intenção de implantar programas sem a participação da comunidade ainda é questionável. Observa-se a tendência de propostas verticais para áreas turísticas do litoral, com “pacotes prontos”, em que as comunidades muitas vezes são avisadas de projetos que afetarão diretamente o seu modo de vida somente após sua implantação.

A gestão integrada da zona costeira – (GIZC) implica numa atuação transformadora sobre padrões culturais impressos na formação das subjetividades e das identidades pessoais e coletivas, promovendo condições essenciais, sem as quais não se garante a sustentabilidade socioambiental no litoral.

A abordagem participativa depende de uma integração intersubjetiva e intergrupar para que todos possam trabalhar em prol de um objetivo comum, reconhecendo, respeitando e apreciando diferenças e identidades. Não se trata de um processo linear, pois reflete a dinâmica de cada contexto. Também não há controle sobre a totalidade do processo, uma vez que suas regras de construção devem ser criadas e negociadas coletivamente na medida em que ele acontece, já que se trata de um procedimento democrático.

A mudança de padrões culturais capitalistas, competitivos e individualistas que destroem e degradam para padrões solidários e cooperativos exige um correto planejamento e execução da GIZC, minimizando e solucionando problemas socioambientais, pois o gerenciamento realizado em decisões combinadas, em discursões, debates e diálogos firmados entre poder público e sociedade, traz como resultado a participação ativa e consciente da população na manutenção dos ecossistemas e na diminuição da segregação socioespacial.

Esse trabalho conjunto só é possível porque a comunidade sente-se responsável pela manutenção do ambiente. Desse modo, a comunidade dificilmente quebrará com a promessa das condições e regras criadas e discutidas. Quando os atores sociais planejam juntos, torna-se mais fácil de colocar em prática o plano de ação por eles discutido.

A adoção de posturas éticas e inclusivas, como propostas aqui, demanda políticas públicas contínuas e descentralizadas, firmadas em um paradigma gerencial, ao encontro da participação popular, visto que a GICZ não é salvação para os problemas do litoral, como: poluição, conflitos e impactos estudados aqui, mas é uma forma coletiva de buscar soluções. Essas soluções, muitas vezes, não são encontradas imediatamente, sendo um processo que deve ser construído permanentemente e paulatinamente, sendo um processo de construção.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A localidade da Prainha em Aquiraz é um dos importantes cenários paisagísticos litorâneos do Estado do Ceará. Tem sido alvo da degradação da atividade turística, deixando marcas na comunidade e no meio ambiente.

Com base nos conceitos de turismo socialmente responsável e gestão participativa, chegou-se à conclusão de que, nesta comunidade, o turismo tem sido realizado, ainda, de cima para baixo, contrariando os princípios do desenvolvimento sustentável. O turismo é visto como uma atividade promissora para a comunidade da Prainha, desde que gere empregos, proporcione o intercâmbio cultural e ajude a comunidade a desenvolver, com esta atividade, mais uma opção econômica.

Para algumas comunidades, em decorrência das agressões ambientais e da expulsão dos nativos, o turismo é uma atividade não desejada; muitas comunidades litorâneas ainda desconhecem seu potencial. Pretende-se, com o desenvolvimento do turismo na Prainha, entre outras coisas: a criação de postos de trabalho fixos; rendimentos adicionais; melhoria de infraestrutura; instalações e serviços à comunidade e maior consciência e proteção do ambiente e cultura locais, sem descaracterizar o lugar, valorizando os residentes, trabalhando e envolvendo todos na sua gestão.

O turismo no litoral da Prainha tem-se voltado para os grandes empreendimentos turísticos estimulando a especulação imobiliária e a marginalização da comunidade pesqueira, levando à descaracterização cultural e ambiental e outros impactos indesejáveis associados ao turismo, como: exclusão social, segregação socioespacial, supervalorização da zona litorânea, ocupação irregular de dunas, geração de lixo, surgimento de drogas e prostituição.

As considerações sobre os impactos do turismo no ambiente costeiro da Prainha não tratam esse tema de forma exaustiva nem conclusiva. É, antes, um esclarecimento sobre as características e os tipos de impactos gerados pela atividade turística não só do ambiente litorâneo, mas, sobretudo, das reais atitudes e ações sociais públicas e privadas praticadas no meio ambiente.

Muitos outros desdobramentos e correlações entre a atividade turística, problemas ambientais e as formas de desenvolvimento implantadas na zona costeira na Prainha podem ser estabelecidas para as modalidades de impactos aqui apresentados. Além disso, como já mencionado no texto, há forte dependência das características específicas e fragilidades do ambiente costeiro na geração destas externalidades.

A problemática deste estudo indagou sobre os impactos socioambientais do turismo existentes na Prainha. Foi possível observar, identificar e qualificar as significativas modificações ocorridas que comprometem os recursos naturais e sociais a partir do uso e ocupação destes espaços pelo homem.

É importante ressaltar que ainda mesmo que, diferentes atividades ligadas ao turismo apresentem um mesmo tipo de impacto, a intensidade deste impacto pode variar de acordo com a atividade e/ou os equipamentos utilizados.

Entendeu-se que o turismo sustentável favorece a ampliação dos impactos que são positivos e a redução dos negativos. Na elaboração do planejamento turístico, a gestão pública tem um papel importantíssimo, porém é preciso vontade política para tornar o turismo uma atividade socialmente justa, ambientalmente equilibrada e economicamente viável. Somente com a elaboração de um planejamento adequado ao desenvolvimento turístico, fincado nos conceitos da sustentabilidade, pode-se evitar ou minimizar os impactos indesejáveis ao meio, sem deixar de atender às necessidades culturais da comunidade.

Diante deste fato, e com base no que foi exposto, constatou-se que a zona costeira da Prainha passa por um processo desvirtuado das relações socioeconômicas, especialmente agravadas pelos impactos socioambientais de diversas esferas ocasionados na comunidade, tendo como principal motivador os especuladores imobiliários com o processo de ocupação da praia, possibilitando a geração de empreendimentos voltados ao veraneio, bem como: hotéis, pousadas e *resorts*.

Verificou-se também que além dos impactos de ordem natural, podem-se constatar impactos oriundos de intervenção antrópica com a utilização de trilhas nas dunas por veículos de tração na realização de passeios turísticos, o assoreamento

do Catu com a prática do “*skibunda*” e do *windsurf* e o uso frequente de lanchas e *moto aquáticas* por turistas e veranistas, além do seu aterramento pelas casas de veraneio.

As construções de casas de veraneio na Prainha, estimuladas pelo processo de ocupação do litoral e pelas práticas turísticas, desencadeiam vários fatores, como: a valorização dos espaços costeiros e a especulação imobiliária, que se caracterizam como ocupações que mais trazem impactos e problemas socioambientais. Esta é uma realidade em que os fluxos turísticos, associados ao fenômeno das segundas residências, assumem proporções significativas quando se discute a gestão integrada da zona costeira e o seu processo de litoralização interligando-a a problemáticas socioambientais.

Os agentes sociais, comunidade, empresários e turistas, envolvidos no setor de turismo nessa região, demandam uma revisão das políticas públicas de turismo que estão sendo aplicadas e desenvolvidas, pois estas políticas são pouco integradas entre si e tem sido incapazes de mudar o *status quo* devido às falhas institucionais vigentes, bem como repensar o modelo de desenvolvimento para assegurar um turismo ambientalmente correto, socialmente justo, integrado e participativo, certificando a permanência do destino no mercado e melhorando a qualidade de vida dos residentes.

Se por um lado há um aumento desordenado da demanda para o turismo litorâneo, por outro, diversos esforços que ultrapassam fronteiras vêm criando uma base de políticas, diretrizes, princípios e práticas para o adequado planejamento e desenvolvimento do turismo na zona costeira.

Os desafios são grandes e apontam para um novo formato de gestão integrada da zona costeira de forma participativa e compartilhada partindo de políticas públicas entre a sociedade civil e induzindo a participação direta da comunidade e do poder público.

Portanto, é preciso conhecer as tendências do turismo contemporâneo e suas marcas, incluindo, em suas ações, essas novas demandas, estimulando os turistas a se adaptarem aos lugares visitados ao invés de exigir que os lugares se

adaptem a eles, incentivando a iniciativa comunitária e prestigiando o protagonismo identitário.

Cabe aos diversos segmentos, envolvidos e interessados no assunto, a apropriação, a adaptação e a aplicação desses instrumentos no âmbito de abrangência de suas ações, bem como a integração institucional e a canalização de esforços de forma a minimizar os impactos negativos do turismo no litoral da Prainha.

Esses e outros fatores contribuem para que haja consenso entre os autores que tratam do assunto de que ainda existem diversas lacunas para o entendimento amplo e profundo do tema e da necessidade de mais estudos e pesquisas que possibilitem esses esclarecimentos.

REFERÊNCIAS

AEBA – Associação Ecológica dos Bugueiros de Aquiraz. Disponível em <http://passeiodebuggynasdunasdaprainha.blogspot.com.br/p/roteiro-dos-passeios.html>. Acesso em 13 de maio de 2014.

ANDRADE, C. F. **Dinâmica, Erosão e Conservação das Zonas de Praias.** Lisboa: Parque Expo 98, 1998.

ANDRADE, José Célio S.; RIBEIRO, Maria Teresa F.; GÓES, Maria de Fátima B. e VARGENS, Emiliana da C. Regulação de conflitos socioambientais: efluentes do complexo Costa de Sauípe-BA. In: **E&G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v.4, n.8, p.98-120, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br>>, acesso em 18 dez. 2012.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo Fundamentos e Dimensões.** São Paulo: Ática, 1998.

ANDRADE, M. Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação:** noções práticas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ANDRADE, Rony Iglecio Leite de. **Dinâmicas e conflitos na zona costeira de Aquiraz:** Porto das Dunas e Prainha em análise. Fortaleza, 2008. 150p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

AQUIRAZ-CE. **Prefeitura Municipal de Aquiraz.** Disponível em:<<http://www.skyscrapercity.com/showthread.>>. Acesso em: 10 agos. 2013.

AQUIRAZ-CE. **Prefeitura Municipal de Aquiraz.** Disponível em: <http://www.aquiraz.ce.gov.br/noticias_detalhes.php?cod_noticia=154.>. Acesso em: 31 de maio de 2014.

AQUIRAZ-CE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**. Prefeitura Municipal de Aquiraz, 2001.

AQUASIS – Associação de pesquisa e preservação de ecossistemas aquáticos. **A Zona Costeira do Ceara**: Diagnóstico para gestão integrada. Fortaleza: AQUASIS, 2003.

ARMAND, Enrique Hernandez; RUIZ, Carlos Vogeler. **Estructura y organización del mercado turístico**. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, SA, 1998.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BARTHOLO JR., R. Solidão e liberdade: notas sobre a contemporaneidade de Wilhelm Von Humboldt. In: BURSZTYN, M. (Org.). *Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século*. São Paulo: Cortês, 2001.

BENI, Mário. A política do turismo. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (org.). **Como aprender, como ensinar 1**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

BRANCATO, R. Teixeira. **Instituições de direito público e privado**. São Paulo: Saraiva, 1998.

BRASIL. Decreto Lei Nº 3438, de 17 de julho de 1941.

BRASIL. Lei nº 5.300, de 07 de dezembro de 2004:

BRASIL. Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981: Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **D.O.U** de 2.9.1981a.

BRASIL. Lei nº 6.902, de 27 de Abril de 1981: Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. **D.O.U.** de 28.4.1981b.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Secretaria-Geral. Projeto RADAMBRASIL. Folha SA. 24 Fortaleza; **geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra.** Rio de Janeiro, 1981.

BRASIL. Lei nº 6.902, de 27 de Abril de 1981: Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. **D.O.U.** de 28.4.1981b.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Ediouro, 1988.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Anuário estatístico do turismo – 2012.** Brasília, v.39, 2011.

CÂMARA, Camila de Freitas *et al.* Estudo Geoambiental do Litoral da Prainha e do Porto Das Dunas/ Aquiraz - Ce: Propostas Para O Planejamento Ambiental. **Anais...** VI Seminário Latino Americano de Geografia Física, II Seminário Ibero Americano de Geografia Física. Portugal: Universidade de Coimbra, Maio de 2010.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável:** dimensões e desafios. São Paulo: Papirus, 2003.

CAMPOS, Alberto Alves (Coord.). *et al.* **A zona costeira do Ceará:** diagnóstico para a gestão integrada. Fortaleza: Aquasis, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O consumo do espaço.** In: _____. (org.). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 1999. (coleção caminhos da geografia).

CARVALHO, V.C & Rizzo H.G – **A zona costeira brasileira: subsídio para uma avaliação ambiental**, Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Brasília, 1994b.

CASTRO, José Liberal de. **300 anos de história, cultura e belas praias de Aquiraz**: conhecimentos de geografia e história. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1973.

CAVALCANTE, A. W. L.; SOUSA, M. A. de; ALBINO, M. J. A. **Descobrimo e construindo Aquiraz**: conhecimentos de geografia e história. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2005.

CEARÁ. Governo do Estado. Lei Nº 13.796, de 30 de junho de 2006: Dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Ceará. DOU, 30/06/2006.

CEARÁ. Secretaria Estadual da Cultura. **Guia dos bens tombados no Estado do Ceará**, 2003.

CEARÁ. Governo do Estado. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/5913-jovens-de-aquiraz-ganham-escola-de-educacao-profissional>. Acesso em: 14 de maio de 2014.

CEARÁ. Secretaria Estadual do Turismo. **Estudos Turísticos da SETUR**: Evolução do Turismo no Ceará. Fortaleza: SETUR (CE), 4ª Edição, nº 17. 2009. 13p.

CIRILO, Licy Aspectos legais da Hospitalidade Turística: uma abordagem socioantropologica. *In*: CIRILO, Licy (org) **Administração Hoteleira**. Desafios e Tendências para o Século XXI. São Paulo: DVS editora, 2006. p.57-71.

CAMPOS, Alberto Alves (coord). *et al.* **A zona costeira do Ceará**: diagnóstico para a gestão integrada. Fortaleza: Aquasis, 2003.

CONAMA. Resolução Nº 001, de 23 de janeiro de 1986: Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. **DOU**, de 17/02/1986.

CONAMA. Resolução nº 237/1997: Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. Publicação **DOU** nº 247, de 22/12/1997, págs. 30.841-30.843.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARDOSO, E. S. **Análise das Condições Ambientais do Litoral de Iguape e Barro Preto – Aquiraz – Ceará**. Fortaleza, 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará – UFC. 164p.

CORIOLOANO, L. N. M. T. A formação socioeconômica do litoral cearense. In: CORIOLOANO, L. N. M. T. & VASCONCELOS, F. P. (orgs.). **O Turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EdUECE, 2007.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Turismo e Meio ambiente: Interfaces e perspectivas. In: CORIOLOANO, L. N. M. T. & VASCONCELOS, F. P. (orgs.). **O Turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EdUECE, 2007.

CORIOLOANO, Luzia. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.

CPRM. **Atlas dos recursos hídricos subterrâneos do Ceará**. 2ª ed. Fortaleza: CPRM, 2000. 1 CD-ROM.

DANTAS, Eustógio W.; PEREIRA, Alexandre Q.; PANIZZA, Andrea C. **Urbanização litorânea das metrópoles nordestinas brasileiras: vilegiatura marítima na Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará**. *Cidades (Presidente Prudente)*, v. 5, p. 14-34, 2008.

DANTAS, Eustógio W.; Histórico da ocupação da zona costeira. In: CAMPOS, A. C; MONTEIRO, A. Q; NETO, C. M; POLETTE, M. (orgs). **A zona costeira do Ceará: diagnóstico para a gestão integrada**. Fortaleza: Aquasis, 2003.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DIAS, Marilza do Carmo Oliveira (coord.). **Manual de impactos ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais e atividades produtivas**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999. p. 187-198.

EMBRAPA – Embrapa Monitoramento por Satélite. Coleção Brasil Visto do Espaço: CD Ceará, Campinas, SP, 2002. Recortes de Imagens de satélite LANDSAT 7/ETM+, dez/2002, bandas 5,4,3/RGB. Disponível em: www.embrapa.br. Acesso em 07/06/2014.

EMBRATUR, SISTEMA VERDES E MARES E UNIFOR. **Projeto Turismo Sustentável Local: ecologia, identidade cultural excelência na receptividade**. Fortaleza, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, Vol XVI, Rio de Janeiro, 1959.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Aquiraz/CE**. Rio de Janeiro, 1960.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Aquiraz/CE**. Rio de Janeiro, 1970.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Aquiraz/CE**. Rio de Janeiro, 1980.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Aquiraz/CE**. Rio de Janeiro, 1991.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Aquiraz/CE**. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de desenvolvimento sustentável, dimensão ambiental áreas Costeiras**. Rio de Janeiro, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de desenvolvimento sustentável – Brasil 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Aquiraz/CE**. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2036&id_pagina=1>. Acesso em: 10 dez 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872 – 2010**. Rio de Janeiro 2011. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/divisao_territorial/evolucao_da_divisao_territorial_do_brasil_1872_2010/evolucao_da_divisao_territorial_do_brasil_publicacao_completa.pdf>. Acesso em: 06 de jan 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003 -2009**. Rio de Janeiro, n. 18, 2012.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégica Econômica do Ceará. **Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) – Ceará 2004**. Fortaleza, 2004.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégica Econômica do Ceará. **Perfil Básico Municipal 2012 – Aquiraz**. Fortaleza, 2012.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégias Econômicas do Ceará. Aquiraz. Fortaleza, 2009.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégias Econômicas do Ceará. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br>. Acesso em 07 de maio de 2014.

IPLANCE - Anuário Estatístico do Ceará, Tomo I e II, Fortaleza, 2001.

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Trad. Contexto Traduções. São Paulo: Aleph, 2001. 184p.

LAGES, Beatriz Helena G. & MILONE, Paulo César. Impactos socioeconômicos globais do turismo. In: LAGES, Beatriz Helena G. & MILONE, Paulo César. (orgs). **Turismo: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LANDIM NETO, Francisco Otávio; SILVA, Edson Vicente; DAMASCENO. Marília de Fátima Barros. **Análise e gestão ambiental dos recursos hídricos na comunidade de Trairussu** – litoral leste do estado do Ceará, Brasil. Boletim Campineiro de Geografia. v. 2, n. 2, 2012.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: LOUREIRO; LAYRARGUES, Philippe Pomier (Org.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

LEITÃO, Cláudia (Org.). **Gestão Cultural: significados e dilemas na contemporaneidade**. Fortaleza, Banco do Nordeste, 2003.

LEITE, Marcos Túlio dos Santos. **O perfil do turista do parque nacional de Ubajara, Ce: um estudo de caso.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2000. (Dissertação de mestrado).

LIMA, Luiz Cruz; SOUZA, Marcos José Nogueira de; MORAIS, Jader Onofre de. **Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará.** Fortaleza: FUNECE, 2000.

LIMA, Maria do Céu. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará: território, costumes e conflitos.** São Paulo, 2002. 220p. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2002.

LIMONAD, Ester. **"Você já foi à Bahia, NÊGA? Não! então vá! antes que acabe..." Planejamento, urbanização e turismo no litoral do Nordeste brasileiro tendências e perspectivas.** In: Anais X Colóquio internacional de geocrítica. universidade de Barcelona.. Barcelona/Espanha, maio/2008.

LINHARES, P. **Cidade de água e sal: por uma antropologia do litoral do Nordeste sem cana de açúcar.** Fortaleza: D. Rocha, 1992.

MAIA, L. P – **Procesos costeros y balance sedimentario a lo largo de Fortaleza (NRBrasil): implicaciones par auna gestión adecuada de la zona litora.** **Universitat de Barcelona.** Facultat de Geologia. Departamento d'Estratigrafia i Paleontologia, Espanha. Tesis Dotoral, 1998.

MEIRELES, A. J - **Falésias do litoral leste do estado do Ceará: análise dos processos morfogenéticos e impactos ambientais,** UFC, 1999.

MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. **As unidades morfo-estruturais do Ceará.** In: José Borzachiello; Tércia Cavalcante; Eustógio Dantas. (Org.). Ceará: Um novo Olhar Geográfico. 1 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005, v. 01, p. 189- 211.

MEIRELES, A. J. A; DANTAS, E. W. C; SILVA, E. V. **Parque Nacional de Jericoacoara: Trilhas para a sustentabilidade.** Fortaleza: Edições UFC, 2011.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente.** 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil:** elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 15/06/2014.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil:** elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.

MONTALBO, Aires. Aquiraz outrora e hoje. **Revista do Instituto do Ceará**, p.64-73, 1968.

MUEHE, D. Geomorfologia Costeira. In: GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. da (Orgs). **Geomorfologia:** Uma Atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

NASCIMENTO, Geísa Silveira do. **As Dunas Do Litoral Leste De Aquiraz/Ce:** evolução, dinâmica e gestão ambiental. Fortaleza, 2007. Dissertação de Mestrado em Geografia/UFC. 156p.

NUGA - Núcleo de Geografia Aplicada - **Contribuição ao estudo integrado da paisagem e dos ecossistemas da área do município de Aquiraz.** Vol-I, UECE, 1983.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Desenvolvimento do turismo sustentável:** manual para as organizações locais. Publicação de Turismo e Ambiente, 1998.

OMT. **World Tourism Baromete**. Madri, v. 7, n. 2, jun 2009.

PADUA, S.M. Educação ambiental: um caminho possível para mudanças. In: BRASIL. Ministério da Educação (Orgs.). **Reflexões sobre o panorama da educação ambiental no ensino formal**. Brasília: MEC/COEA, 2000.

PANIZZA, Andrea C.; PEREIRA, Alexandre Q. **Residências Secundárias e Estruturação Sócio-Espacial da Zona Costeira Cearense, Brasil**. Geografia (Londrina) v. 18, n. 2, 2009. P.53-74.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **Veraneio marítimo e expansão metropolitana no Ceará**. Fortaleza, 2006. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará.

PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Veraneio marítimo na metrópole: o caso de Aquiraz, Ceará-Brasil**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 20 (2): 93-106, DEZ. 2008.p.93-106.

PETROCCHI, Mário. **Gestão de polos turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.

PDDU – **Plano diretor de desenvolvimento urbano do município de Aquiraz, Ceará**, 2001.

RIBEIRO, J.A.P. – **Características hidrogeológicas e hidroquímicas da faixa costeira leste da Região Metropolitana de Fortaleza – Ceará**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, 2001. 112p.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Rocha Júnior, Antônio Martins da. **O turismo globalizado e as transformações urbanas do litoral de Fortaleza: arquitetura e estetização na Praia de Iracema**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2001. 172p. (Dissertação de mestrado)

RODRIGUES, Adyr. B. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, Rosa Alice. **Os impactos do Desenvolvimento nas comunidades litorâneas do município de Aquiraz – Ceará**. Ceara, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Marinhas Tropicais). Instituto de Ciências do Mar, Universidade Federal do Ceará.124p.

RUSCHMANN, D. V. D. M. **Turismo e Planejamento Sustentável**. São Paulo: Papirus. 1997.

SÁ, L. M. **A educação como instrumento de um processo democrático de gestão ambiental**. Brasília: UnB: Centro de desenvolvimento sustentável, 2001.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impactos ambientais: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 495p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: Do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SELLTIZ, Claire *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo, EPU/EDUSP, 1975.

SETUR/CE. Secretaria de Turismo do Estado do Ceará. **Indicadores turísticos 1995/2013**. Fortaleza, 2012.

SETUR/AQUIRAZ. Secretaria de Turismo de Aquiraz. **Planejamento da Secretaria de Turismo de Aquiraz para a consolidação do município como destino turístico – 2014 -2016**. Aquiraz, 2014.

SOUZA, M.J.N. **Contribuição ao estudo das unidades morfo-estruturais do Estado do Ceará**. Fortaleza: Revista Geológica, nº 1,1988. p.73-90.

SILVA, E.V. **Dinâmica da Paisagem**: estudo integrado de ecossistemas litorâneos em Huelva (Espanha) e Ceará (BRASIL). Tese (Doutorado), Universidade Estadual Paulista, p. 1993.391.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável**: meio ambiente e economia. São Paulo: Aleph, vol. 2, Tradução Esther Eva Horovitz: 2000.

TOCQUEVILLE, Alex. **Democracy in América**, 1835. Disponível em: www.tocqueville.org. Acesso em 21 de junho de 2014.

TRICART, J. **Ecodinâmica**, Rio de Janeiro, SUPREN/IBGE, 1977.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo básico**. 4ª edição. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

TULIK, Olga. **Turismo e Meios de Hospedagem**. São Paulo: Ed. Roca, 2001.

UNESCO. Instrumentos y Personas para una Gestión Integrada de Zonas Costeras. **Guia Metodológica** – Volumén II. COI, Manuales y Guías nº42, 2001.

VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **Gestão Integrada da Zona Costeira**: Ocupação antrópica desordenada, erosão, assoreamento e poluição ambiental do litoral. Fortaleza: Premius, 2005.

VASCONCELOS, F. P., Os Impactos Sócio Ambientais e a Sustentabilidade do Turismo. **Curso Turismo de inclusão**, fascículo 11. Fortaleza: O Povo, 2006.

VASCONCELOS, F. P.; CORIOLANO, L. N. M. T. Impactos Socioambientais no Litoral: Um Foco no Turismo e na Gestão Integrada da Zona Costeira no Estado do Ceará/Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, v.8, n.2. 2008. p.259-275.

VIDAL, M. R. **Proposta de gestão ambiental para a reserva extrativista do Batoque – Aquiraz/CE**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. p. 156.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo: uma esperança condicional**. São Paulo: Global, 2003.